

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ECOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

**TURISMO, PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO E PERCEPÇÃO
AMBIENTAL: O CASO DE CANOA QUEBRADA, ARACATI, CEARÁ**

Shirley Carvalho Dantas

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente do Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará, como requisito final à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva
Universidade Federal do Ceará

Fortaleza
2003

Esta dissertação foi submetida como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, outorgado pela Universidade do Ceará e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca Central de Ciências e Tecnologia e na Coordenação deste curso da referida instituição.

A utilização de qualquer trecho desta dissertação é permitida, desde que seja feita de acordo com as normas da ética científica.

Shirley Carvalho Dantas

Dissertação defendida e aprovada com louvor em 01 de setembro de 2003 pela banca examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva – Orientador

Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas

Prof. Dr. José Almir Farias Filho

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e irmãos, pelo amor e toda a construção de uma concepção de vida digna,

Ao meu esposo Willington pelo companheirismo e apoio incondicional,

Ao meu filho Gabriel, que nasceu durante esse processo, e sua simples e encantadora existência fortaleceu-me como ser humano e profissional,

Ao colega arquiteto Luciano Guimarães pela oportunidade de trabalhar com Canoa Quebrada, pelas valiosas contribuições e pela especial atenção dispensada durante toda a caminhada,

Ao orientador José Borzacchiello da Silva, pela mestria, prestatividade e honra que me foi concedida ao ser sua orientanda,

Aos professores, especialmente ao Prof. Lemenhe, pelo reconhecimento e incentivo,

À comunidade de Canoa Quebrada, pela chance de descobrir a “alma” desse lugar,

Aos amigos, especialmente Milena Castelo e Claudia Feijó, pelo interesse, carinho e conversas informais que tanto enriqueceram o trabalho,

Aos colegas de mestrado, especialmente Sandra, Lidiane e Lenilde, pela partilha de informações, idéias e angústias,

Ao CNPq pela concessão de bolsa de estudo.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	06
LISTA DE TABELAS E QUADROS	08
LISTA DE SIGLAS	09
RESUMO	11
ABSTRACT	12
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: ZONAS LITORÂNEAS E A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL	19
1.1 Considerações Iniciais	19
1.2. Zona Costeira Brasileira	21
1.2.1. Processo de Povoamento na zona costeira do Brasil	22
1.2.2. Situação atual da ocupação na zona costeira do Brasil	26
1.3. Zona Litorânea Cearense	28
CAPÍTULO 2: CONCEITOS BÁSICOS PARA O ESTUDO DE CANOA QUEBRADA	
2.1. Produção e Apropriação do Espaço	37
2.1.1. A especificidade do Espaço Turístico	46
2.2. Paisagem	49
2.2.1. Paisagem e Turismo	55
2.3. Lugar	58
CAPÍTULO 3: CANOA QUEBRADA – PRAIA DE ENCANTOS E DESENCANTOS	
3.1. O Município de Aracati	63
3.2. A APA Municipal de Canoa Quebrada	67
3.2.1. Zoneamento Ambiental da APA de Canoa Quebrada	76
3.3. Um pouco da história de Canoa Quebrada	84

3.4. Quadro urbano-ambiental atual de Canoa Quebrada	97
3.5. O impacto do turismo em Canoa Quebrada	112
3.5.1. Planejamento do Turismo	112
3.5.2. Canoa Quebrada no contexto do turismo de Aracati	121
CAPÍTULO 4: PERCEPÇÃO AMBIENTAL - CANOA QUEBRADA ENQUANTO ESPAÇO, PAISAGEM E LUGAR	
4.1. Valorização do Espaço de Canoa Quebrada	136
4.2. Percepção ambiental dos agentes produtores do espaço – uma forma de interpretar a realidade de Canoa Quebrada	145
4.2.1. Categorização dos agentes produtores do espaço	145
4.2.2. Percepção Ambiental dos agentes de Canoa Quebrada	146
4.2.2.1. Usuários ou consumidores do espaço	152
4.2.2.1.1 Moradores nativos	152
4.2.2.1.2 Moradores não nativos	159
4.2.2.1.3 Turistas	164
4.2.2.2. Proprietários fundiários	168
4.2.2.3. Estado	173
CONSIDERAÇÕES FINAIS	179
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	184

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Zona Litorânea do Ceará

Figura 2 – Foto utilizada no *site* da SETUR-CE para divulgar Canoa Quebrada

Figura 3 – Localização e Acessibilidade do Município de Aracati no Estado do Ceará

Figura 4 – Localização da APA de Canoa Quebrada no município de Aracati

Figura 5 – Algumas construções edificadas mais próximas às dunas sendo soterradas

Figura 6 – Núcleo do Estêvão compondo uma paisagem de dunas, falésias e enseada.

Figura 7 – Fotos de paisagens naturais da APA de Canoa Quebrada

Figura 8 – Foto aérea da APA de Canoa Quebrada (sem escala)

Figura 9 – Zoneamento Ambiental da APA de Canoa Quebrada (sem escala)

Figura 10 – Acesso esquemático Fortaleza/Canoa Quebrada

Figura 11 – Vista geral do núcleo de Canoa Quebrada

Figura 12 – Vista geral da “massa” edificada de Canoa Quebrada, a partir da duna

Figura 13 – Mapa de Canoa de 1996 com inventário do uso do solo realizado em 2002

Figura 14 – Fotos da rua Dragão do Mar, famosa “Broadway”

Figura 15 – Fotos de barracas de praia implantadas na área de intermarés, na encosta das falésias

Figura 16 – Construção de residência com quatro andares na segunda área considerada em Canoa Quebrada

Figura 17 – Garota fazendo labirinto na varanda de uma casa

Figura 18 – Foto aérea de Canoa Quebrada com as três áreas de análise consideradas

Figura 19 – Voçorocas causadas pela ação das águas pluviais

Figura 20 – Tentativas paliativas de contenção das areias que invadem o povoado através das fendas das falésias provocadas por erosão

Figura 21 – Fotos da rua Dragão do Mar (Broadway) em seu trecho de caixa mais larga, com

ônibus, topics e carros de passeio estacionados e com grande fluxo de passagem

Figura 22 – Foto com veículos estacionados em locais ambientalmente frágeis, causando também riscos de segurança

Figura 23 – Sopés das falésias nos fundos das barracas utilizados para armazenamento de entulho ou instalação de tanques de esgoto

Figura 24 – Macrorregiões Turísticas do Ceará estabelecidas pela SETUR-CE

Figura 25 – Localização das praias de Aracati e de municípios próximos

Figura 26 – Foto aérea de trecho da zona costeira de Aracati e fotos das principais praias

Figura 27 – Evolução do Núcleo de Canoa Quebrada – Anos 1986, 1996 e 2002

Figura 28 – Noite movimentada na “Broadway”

Figura 29 – Esquema representativo de Experiência montado por TUAN (1983)

Figura 30 – Acesso improvisado ao pavimento superior de uma residência voltado para a propriedade vizinha

Figura 31 – Exemplos de construção de sacadas, escadas e jardineiras invadindo o espaço público da rua e da propriedade vizinha, reduzindo a caixa de passagem da via e eliminando a possibilidade de construção de calçadas para pedestres

Figura 31 – Foto Aérea com delimitação de alguns loteamentos existentes desde 1982 em Canoa Quebrada e área de expansão, hoje pertencente à APA

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Zona Costeira Brasileira – Extensão e Área

Tabela 02 – População Residente na APA de Canoa Quebrada em 2000

Tabela 03 – Evolução da População Residente em Canoa Quebrada e Estêvão

Tabela 04 – Tipologia das Construções em Canoa Quebrada e Estêvão

Tabela 05 – Contagem de Veículos no Período de Carnaval de 2002

Tabela 06 – Fator Decisório da Visita dos Turistas que Vieram a Passeio ao Nordeste

Tabela 07 – Fluxo Turístico Doméstico no Brasil - 2001

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – “Grade” de Práticas Espaciais segundo HARVEY

Quadro 02 – Características das Zonas da APA de Canoa Quebrada

Quadro 03 – Principais Problemas de Canoa Quebrada identificados nas Oficinas de Planejamento

LISTA DE SIGLAS

AME – Associação dos Moradores do Estêvão

APA-CQ – Área de Proteção Ambiental de Canoa Quebrada

ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Mundial

CAGECE – Companhia de Água e Esgoto do Ceará

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

CTI-NE – Comissão de Turismo Integrada do Nordeste

EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo

EMCETUR – Empresa Cearense de Turismo

GTP – Grupo Técnico de Planejamento

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDACE – Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará

ONG – Organização Não Governamental

PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PIB – Produto Interno Bruto

PMA – Prefeitura Municipal de Aracati

PNGC – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro

PRODETURIS – Programa de Desenvolvimento do Turismo em Zona do Litoral do Ceará

PRODETUR-NE – Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste

RMF – Região Metropolitana de Fortaleza

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEINFRA – Secretaria de Infra-Estrutura do Estado

SEMACE – Superintendência Estadual do Meio Ambiente – Ceará

SETUR- CE – Secretaria de Turismo do Estado do Ceará

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

RESUMO

A temática abordada recaiu sobre a tentativa de se avaliar as questões em torno da relação homem x natureza buscando-se compreender os processos que envolvem a produção dos espaços em que a natureza é urbanizada. Desta forma, constitui objetivo geral desse trabalho compreender a ação social que ocorre mediante agentes produtores do espaço distintos, a partir de uma visão que privilegia a percepção ambiental desses agentes, trabalhada tomando-se como base fundamentações trazidas de Yi-Fu TUAN, partindo-se do pressuposto que ao se apreender a forma com que cada um percebe seu meio, pode-se interpretar com mais segurança as causas e conseqüências de todo o processo de apropriação e produção do espaço. Como recorte espacial, estudou-se Canoa Quebrada, núcleo urbano do município de Aracati, um dos destinos turísticos mais famosos do Estado, que experimentou nos últimos 20 anos profundas transformações sociais, urbanas e ambientais oriundas da valorização artificial da terra fomentada pela atividade turística, refletindo-se numa ocupação desordenada do solo e predatória da paisagem. Através de entrevistas e observações em campo, buscou-se captar as inter-relações destes agentes com o meio e entre si. A pesquisa permitiu apreender que as experiências, as sensações, as idéias, os objetivos de cada grupo definem a sua interação com Canoa Quebrada e, geram conseqüências, às vezes, que se ignora por completo e que afetam a qualidade de vida de várias gerações. Foi possível aferir, então, que Canoa Quebrada é um espaço turístico, abstrato e fragmentado (LEFEBVRE) para alguns tipos de turistas, proprietários fundiários, moradores estrangeiros e Estado, mas também é espaço vivido e percebido, e, fundamentalmente, lugar, para grande parte dos nativos e de moradores não nativos brasileiros tendo em vista que atribuem ao espaço de Canoa significado e valor. Assim, às diferentes maneiras de experienciar e interpretar Canoa Quebrada, correspondem as práticas espaciais distintas de cada agente produtor de seu espaço.

ABSTRACT

The theme in question fell about the attempt of evaluating the questions about the man x nature relationship seeking to comprehend the process that involve the output of the spaces in which the nature is urbanized. In this way, it constituted general objective of that work to understand the social action that occurs by means of distinct producers agents of the space, from a vision that privileges the environmental perception of those agents, worked taking as base substantiations brought from Yi Fu TUAN, on the principle that when you apprehend the form in which everyone perceives his environment, it is possible to acknowledge the causes and consequences of all the process of appropriation and output of the space. The site to be studied was Canoa Quebrada, urban nucleus of the town of Aracati, one of the most famous tourist destination of the State, that experienced in the last 20 years deep arising from environmental, urban, and social transformations from the artificial valorization from the land created by the tourist activity, reflecting in a disorderly occupation of soil and predatory of the landscape. Through interviews and observations in field, sought to capture the inter-relations of these agents with the environment and between itself. The research permitted apprehend that the experiences, the feelings, the ideas, the objectives of each group defined to theirs interaction with Canoa Quebrada and, they generate consequences, sometimes, that is ignored completely and that affect the quality of life of several generations. It was possible to discover, then, that Canoa Quebrada is an abstract, a tourist and a fragmented space (LEFEBVRE) to some kinds of visitors, land's holders, foreigners residents and to the State, but also is space lived and perceived, and, fundamentally, place, for majority of the natives and of non native brazilians residents having in mind to attribute to Canoa the meaning and value. To the peculiar ways of experimenting and interpreting Canoa Quebrada, therefore, in harmony with the spatial practices of each agent producer of their space.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca trazer uma reflexão sobre questões em torno da relação homem x natureza na tentativa de se compreender os processos, notadamente nos casos em que o turismo é agente protagonista e desencadeador, que estruturam a produção dos espaços em que a natureza é urbanizada e integrada aos espaços construídos.

Tais processos expressam não somente as formas reais de apropriação pelas quais a natureza é transformada, mas também as formas simbólicas – o pensamento sobre estas apropriações e transformações (RODRIGUES, 1998).

Compreender estes processos passa também pelo pressuposto que os problemas referentes à natureza também dizem respeito às relações dos homens entre si, tendo em vista que a existência e as contradições de classes sociais relacionam-se diretamente às formas como o homem em sociedade se apropria da natureza.

Para esse propósito, elegeu-se como estudo de caso o núcleo praiano de Canoa Quebrada, um dos destinos turísticos mais famosos do Estado do Ceará, localizado no município de Aracati.

Até meados de 1970, a comunidade de Canoa Quebrada vivia quase exclusivamente da pesca e do artesanato. Descoberta pelos *hippies* naquela década, sua fama espalhou-se tornando-a uma praia visitada por pessoas de diversos segmentos sociais e nacionalidades. Por outro lado, esta fama também atraiu pessoas que se estabeleceram definitivamente em Canoa, provocando mudanças nos aspectos sociais, culturais e espaciais.

A concentração de pessoas dedicadas a negócios turísticos tornou esta atividade econômica preponderante em Canoa e sua distribuição no espaço urbano ocorreu de forma desordenada e com ocupação predatória do solo e da paisagem, fato que prejudica sua

imagem turística e está a exigir um rígido controle urbano e ambiental.

Em todo o litoral brasileiro, essa problemática se faz presente tendo em vista que a valorização acelerada de certos lugares no litoral parecem ter escapado a todo tipo de orientação e controle, suscitando conflitos de interesse, destruição de paisagens e desequilíbrios ecológicos, fomentados pela ação social no espaço.

RODRIGUES (1998) concorda quanto ao papel fundamental da ação social quando afirma que: “a questão ambiental deve ser compreendida como um produto da intervenção da sociedade sobre a natureza. Diz respeito não apenas a problemas relacionados à natureza, mas a problemas decorrentes da ação social. Corresponde à produção destrutiva que se caracteriza pelo incessante uso de recursos naturais sem possibilidade de reposição”.

Desta forma, constitui objetivo geral desse trabalho compreender essa ação social que ocorre mediante agentes distintos, a partir dos processos passados e atuais de produção do espaço, notadamente o espaço turístico de Canoa Quebrada.

Tais processos serão analisados mediante uma visão dialética. Segundo ANDRADE (1999:25), “o método dialético não envolve apenas questões ideológicas, geradoras de polêmicas. Trata-se de um método de investigação da realidade pelo estudo de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade”.

Tais contradições podem facilmente ser encontradas, por exemplo, ao verificar-se que geralmente os espaços que são produzidos para serem consumidos pela atividade turística, têm suas condições originais, que os tornaram atrativos, destruídas a curto prazo. Para RODRIGUES (1996), “essa atividade (turismo) deveria preservar, conservar a mercadoria que deu origem à atividade. (...) Lugares deixam de ser ‘ideais’ para o turismo em pouco tempo”.

Em Canoa Quebrada, os elementos naturais e a rusticidade do lugar, que atraíram um contingente imenso de pessoas no início da década de 80, foram e estão sendo gradativamente eliminados da paisagem. A produção e o consumo da natureza estão gerando, contraditoriamente, sua destruição.

Como forma de melhor se apreender a realidade da área objeto de estudo, este trabalho foi dividido em quatro partes.

Na primeira parte, no sentido de contextualizar o objeto de estudo, procurou-se compreender a dinâmica do processo de apropriação do solo litorâneo no Brasil, e no Ceará em particular, e suas formas de ocupação, tendo em vista o valor que estes espaços costeiros vêm acumulando e os impactos que vêm sofrendo ao longo do tempo.

Dessa forma, resgatou-se um pouco da história do povoamento brasileiro, e do padrão de assentamentos ocorridos desde os tempos coloniais no litoral. Verificou-se que alguns processos atuaram de forma significativa na urbanização litorânea, quais sejam: a industrialização, a urbanização e a proliferação de segundas residências. Entretanto, enfatizou-se mais o maior vetor de desenvolvimento destas áreas: a atividade turística. No caso do Ceará, após uma breve caracterização física de seus ambientes litorâneos, ressaltou-se a especulação imobiliária como a maior responsável pelo quadro sócio-ambiental crítico existente neste litoral.

Na segunda parte, buscou-se fundamentar algumas categorias de análise como espaço, paisagem e lugar a fim de se organizar questões no plano teórico que pudessem subsidiar a análise dos processos concretos de produção do espaço de Canoa Quebrada. Para a maior parte destes conceitos foram utilizadas como fio condutor as contribuições de Lefebvre, e seus discípulos, e de Milton Santos.

Posteriormente, a terceira parte concentrou-se na análise da região onde Canoa

Quebrada está localizada, notadamente o município de Aracati e seus potenciais, mais especificamente a APA Municipal de Canoa Quebrada, cujos aspectos geomorfológicos, econômicos, sócio-culturais e urbano-ambientais foram abordados de forma a facilitar a compreensão da abrangente dinâmica em que Canoa Quebrada se insere.

Mediante tal contextualização regional, resgatou-se um pouco da história do núcleo de Canoa Quebrada e traçou-se uma breve caracterização de seu momento presente, com a identificação de seus principais problemas urbanísticos e ambientais. Demonstrou-se, dessa forma, como ocorreram as principais mudanças sócio-ambientais e quais agentes e processos engendraram seu quadro atual de deterioração. Através da coleta de dados quantitativos e qualitativos, foi possível aprofundar a problemática local que envolve a atividade turística. Vale importar que o acesso a uma grande parte das informações coletadas deveu-se à oportunidade de fazer parte da equipe interdisciplinar que elaborou o Projeto Canoa, durante todo o ano de 2002.

O início da quarta parte trouxe questões relativas à valorização do solo, mediante algumas assertivas e reflexões sobre a categoria valor, introduzindo uma discussão sobre a forma de apropriação do solo e o direito de posse sobre terras de Canoa Quebrada.

Para que os objetivos desta pesquisa fossem atingidos, foi considerado fundamental, como ferramenta de análise, o estudo da percepção ambiental dos agentes produtores do espaço de Canoa Quebrada, partindo-se do pressuposto que ao se apreender a forma com que cada um percebe seu meio, pode-se interpretar com mais segurança as causas e conseqüências de todo o processo de apropriação e produção do espaço.

Assim, a maior parte do quarto capítulo deste trabalho destinou-se a identificar e categorizar os agentes sociais produtores do espaço de Canoa Quebrada e, através de entrevistas, conversas informais e observações em campo, captar as inter-relações destes

agentes com o meio e entre si, no sentido de se buscar elementos capazes de subsidiar a construção de uma interpretação da realidade deste espaço.

Dessa forma, a questão da percepção foi trabalhada tomando-se como base fundamentações trazidas de Yi-Fu TUAN, estudioso da Geografia Humanística, que desenvolveu seus trabalhos a partir da perspectiva da *experiência humana*. Segundo TUAN (1982), “A Geografia Humanística procura um entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico, bem como dos seus sentimentos e idéias a respeito do espaço e do lugar”.

Como objeto de estudo da percepção ambiental urbana, a cidade é concreta e situada histórica e espacialmente. Estuda-se sempre um espaço particular e perceptível por meio das marcas e dos sinais decorrentes da relação cotidiana do homem com esse espaço específico (FERRARA, 1999). Tais marcas e sinais apontam para a escolha, para a seleção entre alternativas desenvolvidas pelo homem na construção cotidiana da cidade e de sua existência nela.

Quanto à metodologia adotada, FERRARA (1999) afirma que, tendo em vista a complexidade da cidade como objeto de pesquisa, os estudos voltados à percepção ambiental não podem seguir um rigor metodológico que siga um modelo teórico, método ou técnica prefixados. Cada pesquisa, dessa forma, deve ser única e deve privilegiar a observação direta e dados primários. As marcas e sinais encontrados em Canoa Quebrada resultantes das representações de valores, hábitos e expectativas construídos pela vida diária de seus usuários, foram interpretados de forma a se estabelecer significados a eles subjacentes.

Assim, a contextualização da área objeto de estudo, em nível macro, realizada no terceiro capítulo deste trabalho, constituiu um importante passo para o reconhecimento do lugar para, posteriormente, no quarto capítulo, privilegiar-se o nível micro, atingindo o

indivíduo em seu diálogo com o meio.

Vale ressaltar que as reflexões resultantes neste trabalho não se esgotam em si. Todavia, a pesquisa realizada e a interpretação dos dados colhidos permitiram apreender, delinear e identificar algumas relações, alguns comportamentos, sentimentos e valores que, seguramente, têm um papel importante e, em muitos casos, decisivo, na formação de juízos de valor, de atitudes e de ações dos diversos agentes sociais sobre o espaço de Canoa Quebrada.

CAPÍTULO 1

Zonas Litorâneas e a Problemática Ambiental

1.1 Considerações Iniciais

A singularidade das zonas litorâneas decorre da excepcional combinação de um conjunto de fatores físicos e humanos que configuram o meio ambiente litorâneo. Do ponto de vista físico, caracteriza-se como um espaço de contato entre a litosfera, a hidrosfera e a atmosfera; e do ponto de vista humano, é um meio de atividades e relações sócio-espaciais amplamente influenciadas pela presença do mar (MICHAND, 1981).

Suas características físicas determinam paisagens originais devido a componentes geomorfológicos propriamente litorâneos (cordões dunares, falésias, zonas de acumulação, etc) devido à ação direta ou indireta do mar.

O litoral é também peculiar pois, através das inter-relações entre seus aspectos físicos, suscita uma excepcional produtividade biológica que cria estuários, lagoas formadas pelo mar, etc. Do ponto de vista climático, o litoral se beneficia, graças à presença do mar, de condições que moderam as influências extremas continentais ou marítimas, favorecendo o desenvolvimento da vida vegetal e animal.

Entretanto, nem sempre o espaço litorâneo foi valorizado e considerado em seus aspectos biofísicos e paisagísticos. Ao contrário, somente a partir do final do século IX, na Europa, evidenciou-se o interesse pelo mar, que, antes, era sempre associado ao medo, à imagem da morte (CORBAN *apud* DANTAS, 2002).

Mediante “a modificação da mentalidade dos europeus, a fabricação de novos instrumentos de navegação e os progressos associados à oceanografia”, o mar tornou-se fundamental ao comércio e, conseqüentemente, elemento que propiciava a expansão européia

e contatos com os continentes da América, Austrália e África do Sul. Através desses contatos, a relação das sociedades locais com o mar foi bastante influenciada, notadamente no Brasil, por este processo de ocidentalização e seus desdobramentos, resultando na construção de um novo imaginário (*op.cit.*, 2002:13-4).

No que importa à localização, somente no último século, considera-se que o litoral encontra-se em uma situação geográfica singular, de grande importância estratégica na vida das sociedades atuais. Seja como base dos fluxos de circulação oceânicos, seja como depositária de recursos naturais valiosos que fomentam atividades econômicas rentáveis, a zona costeira afirma-se na atualidade como um espaço privilegiado. A interface com o mar propicia alguns usos quase que exclusivos do litoral.

O litoral também particulariza-se, modernamente, por uma apropriação cultural que o identifica como um espaço de lazer, e os espaços preservados são, hoje, ainda mais valorizados nesse sentido. Isto sustenta uma das indústrias de maior dinamismo na atualidade, qual seja a das atividades turísticas e de veraneio (MORAES, 1999).

Cada uma das atividades que conformam o litoral – ou o desfiguram – completando-se ou opondo-se, acabam por originar transformações econômicas e sociais nas zonas costeiras, implicando, conseqüentemente, em transformações espaciais.

A transformação das funções tradicionais e a aparição de novas atividades, principalmente as turísticas, trazem uma mudança na escala dos numerosos conflitos na ocupação e utilização dessas terras litorâneas. Desta forma, o litoral aparece como um espaço que comporta formas diversas e de dimensões diferenciadas de organização de ocupação e uso do solo nele praticados.

No Brasil, por exemplo, encontram-se ainda desde tribos quase isoladas até complexos industriais de última geração, ou desde comunidades vivendo em gêneros de vida

tradicionais até metrópoles dotadas de toda a modernidade. Trata-se de um universo marcado pela diversidade e presença de padrões díspares de ocupação.

A amplitude e a diversidade desses assentamentos e das atividades ali realizadas e a vertiginosa valorização de certos lugares no litoral parecem, no entanto, ter escapado a todo tipo de orientação e controle, suscitando conflitos de interesse, destruição de paisagens e desequilíbrios ecológicos.

1.2. Zona Costeira Brasileira

A zona costeira brasileira compreende uma faixa de 8.698 km de extensão e largura variável e contempla um conjunto de ecossistemas contíguos sobre uma área de aproximadamente 388 mil km² (ver Tabela 01). Abrange uma parte terrestre e uma área marinha, que corresponde ao mar territorial brasileiro, com largura de 12 milhas náuticas a partir da linha de costa (IBAMA, 2002).

Tabela 01
ZONA COSTEIRA BRASILEIRA: Extensão e Área

Estado	Área Total - Km ²	Zona Costeira	
		Área - Km ²	Extensão - Km
Amapá	143.453,70	69.842,80	698,0
Pará	1.227.530,00	82.596,43	1.200,0
Maranhão	324.616,00	38.894,32	640,0
Piauí	252.378,60	4.633,50	66,0
Ceará	148.016,00	28.173,00	573,0
Rio Grande do Norte	53.306,80	11.888,40	410,0
Paraíba	56.372,00	2.640,00	137,0
Pernambuco	98.281,00	4.410,00	187,0
Alagoas	27.689,10	2.279,00	228,0
Sergipe	21.862,60	4.793,30	168,0
Bahia	561.026,00	41.409,00	1.181,0
Espírito Santo	45.597,00	10.547,21	411,0
Rio de Janeiro	43.653,30	18.291,90	850,0
São Paulo	247.320,00	20.891,00	700,0
Paraná	199.323,90	5.594,47	98,0
Santa Catarina	95.442,90	9.250,00	531,0
Rio Grande do Sul	280.674,00	42.650,00	620,0
TOTAL		388.784,23	8.698,0

Fonte: IBAMA, 2002.

Essa faixa concentra quase um quarto da população do País, em torno de 36,5

milhões de pessoas (*segundo a Contagem da População de 1996*) abrigadas em cerca de 400 municípios, com uma densidade média de 87hab/km², cinco vezes superior à média nacional (17 hab./km²). As atividades econômicas costeiras são responsáveis por cerca de 70% do PIB nacional (IBAMA, 2002).

A zona costeira brasileira pode ser considerada uma região de contrastes. Por um lado, são encontradas nessa região, áreas onde coincidem intensa urbanização, atividades portuária e industrial relevantes e exploração turística em larga escala.

Por outro lado, esses espaços são permeados por áreas de baixa densidade de ocupação e ocorrência de ecossistemas de grande significado ambiental, que, no entanto, vêm sendo objeto de acelerado processo de ocupação, demandando ações preventivas, de direcionamento das tendências associadas à dinâmica econômica emergente (a exemplo do turismo e da segunda residência) e o reflexo desse processo na utilização dos espaços e no aproveitamento dos respectivos recursos.

1.2.1. Processo de Povoamento na Zona Costeira do Brasil

Desde os primeiros tempos – a Colônia e Vice-Reinado – as áreas costeiras foram os espaços que se mostraram mais adequados às ocupações humanas, cujas paisagens foram também as que mais cedo sofreram transformações (MACEDO, 2002).

Os primeiros assentamentos lusitanos em terras brasileiras localizaram-se, com raras exceções, na zona costeira. De todos os 18 núcleos pioneiros fundados pelos portugueses no século XVI, apenas São Paulo não se encontrava à beira-mar. O território colonial brasileiro era constituído de uma sucessão de sistemas de ocupação pontuais ao longo de toda a costa (MORAES, 1999:32).

Dessa forma, o litoral brasileiro foi povoado num padrão descontínuo, onde eram identificadas zonas de adensamento e alguns núcleos de assentamento entremeados por vastas porções não ocupadas pelos colonizadores. Os conjuntos mais expressivos de ocupação do espaço litorâneo do Brasil, formados durante o período colonial, foram os seguintes:

- Litoral oriental da zona da mata nordestina, área polarizada por Olinda/Recife. Zona produtora de açúcar, com ramificações na hinterlândia, por meio da pecuária e da agricultura de abastecimento, ocupando o denominado “sertão de fora”. No “século do açúcar” (1570/1670), a maior parte dos assentamentos coloniais fixou-se nesta área e uma rede de núcleos urbanos litorâneos localizou-se na desembocadura dos principais rios da região;
- Recôncavo Baiano, área polarizada pela cidade de Salvador, sede do governo geral durante boa parte do período colonial (até 1763) e a maior cidade brasileira até o final do século XVIII. Zona também produtora de açúcar, porém com maior variedade em produtos. Um conjunto de núcleos assentou-se nas desembocaduras dos rios que vertiam para a Baía de Todos os Santos e litoral imediato;
- Litoral fluminense, área polarizada pela cidade do Rio de Janeiro, que cresceu ao abrigar a corte portuguesa no início do século XIX. Zona de produção de abastecimento para as áreas mineradoras e de embarque dos produtos minerais, destacando-se também na agricultura canavieira e na fabricação de aguardente. Uma ampla extensão da zona costeira foi pontuada por núcleos urbanos ao norte e ao sul da Baía de Guanabara;
- Litoral paulista, área polarizada por Santos/São Vicente, que se articulou com o sistema paulistano no planalto, envolvendo uma rede de povoações e caminhos em direção ao interior. Não se destacou tanto pelos assentamentos, neste período,

mas pela dinâmica dessa área de circulação. Seus núcleos formaram um rosário, distanciando-se à medida que avançavam no sentido meridional (*op. cit.*, 1999:33).

Além destas principais zonas de adensamento, a zona costeira do Brasil também contava, neste período, com cidades portuárias relativamente isoladas. É o caso de Belém, São Luís, Fortaleza ou Vitória que polarizavam seus entornos imediatos. No restante, vastas extensões do litoral permaneceram isoladas e pouco ocupadas, transformando-se, em algumas ocasiões, em áreas de refúgio de tribos indígenas e de escravos fugidos, que instalavam pequenas comunidades com hábitos rudimentares e de subsistência. Tais comunidades originaram as atuais populações litorâneas “tradicionais”, ainda existentes em muitas localidades da costa brasileira (*op. cit.*, 1999:34).

Durante ainda muito tempo, as principais cidades brasileiras localizavam-se no litoral. Em 1822, as cinco maiores cidades eram: Rio de Janeiro (com 50 mil habitantes), Salvador (com 45 mil habitantes), Recife (com 30 mil habitantes), São Luís (com 22 mil habitantes) e São Paulo (com 16 mil habitantes). Em 1900, as três grandes aglomerações mantinham seu crescimento: Rio de Janeiro (com 700 mil habitantes), São Paulo (com 240 mil habitantes), Salvador (com 206 mil habitantes), Recife (com 113 mil habitantes) e Fortaleza (com 48 mil habitantes). A cidade de São Luís diminuiu seu ritmo de crescimento em função da queda da lavoura algodoeira, enquanto Fortaleza crescia em razão do traçado das linhas ferroviárias (*op. cit.*, 1999:34).

Com a construção das rodovias, as indústrias deixaram de considerar as vantagens locais do litoral para instalar-se próximas às fontes energéticas e de matéria-prima no interior do país. Dessa forma, na primeira metade do século, nas cidades litorâneas, começaram a surgir áreas deprimidas, onde localizavam-se portos secundários, centros

regionais que ficavam à margem das novas linhas de transporte. Essas áreas “mortas” resultantes do início da urbanização do interior, existentes também nas capitais, distribuíam-se em toda a orla litorânea brasileira e, juntamente com aqueles povoados, os das comunidades “tradicionais”, vieram a tornar-se zonas de imenso assédio de revitalização e ocupação, na segunda metade do século XX (*op. cit.*, 1999:35).

Diante do exposto, pode-se aferir que o caráter básico da ocupação territorial brasileira não reside exatamente em uma vocação litorânea. Com o advento das rodovias, outras vantagens substituíram a suposta vocação. Ainda eram fartas as extensões de terras litorâneas pouquíssimo povoadas e num quase total isolamento diante da rica rede de eixos de ligações e transportes que permeava todo o interior do país no início do século XX. Por volta de 1960, por exemplo, era possível encontrar praias semi-desertas num raio de menos de 100 Km de qualquer aglomeração urbana litorânea.

Outros importantes processos atuaram de forma significativa na urbanização litorânea pós-cinqüenta como a industrialização e a proliferação de segundas residências.

A urbanização de segunda residência iniciou um importante processo de transformação e criação de paisagens ao longo da costa brasileira, tanto em escala e dimensão como em abrangência. Loteamentos comuns, condomínios fechados e balneários construídos pela iniciativa privada deram uma nova configuração na orla marítima brasileira.

Entretanto, a atividade turística é, sem dúvida, o vetor responsável pela intensificação dos usos na zona costeira nas últimas décadas, cuja ação incide tanto nas aglomerações litorâneas quanto nas áreas de baixa ocupação na costa.

A importância do setor turístico pode ser medida através da preocupação estatal brasileira de fornecer-lhe suporte com a elaboração de planos de construção de infra-estruturas, equipamentos turísticos e outros tipos de investimentos que qualifiquem o litoral

brasileiro numa atração de fluxos internacionais. Um dos maiores planos estatais da atualidade, o PRODETUR-NE, busca alavancar tal processo e tem causado impactos de vários aspectos e dimensões onde são implantados.

1.2.2. Situação atual da ocupação na zona costeira do Brasil

Atualmente, cinco, das nove regiões metropolitanas brasileiras, encontram-se à beira-mar, respondendo sozinhas por cerca de 15% da população do país.

Numa visão geral da ocupação atual da zona costeira, numa escala macro-regional, pode-se aferir que do litoral norte do Rio Grande do Sul até o litoral no oeste imediato de Fortaleza, já predomina uma dinâmica capitalista de uso e apropriação da terra, onde as áreas dominadas por gêneros de vida tradicionais são residuais, tendentes ao desaparecimento, num curto prazo de tempo (MORAES, 1999).

Nessa vasta e contínua extensão já predomina uma lógica mercantil de propriedade da terra, onde, muitas vezes, os espaços não ocupados encontram-se submetidos a processos especulativos, dentro de um projeto de uso futuro. A forma de ocupação dominante tende a uma estruturação em moldes urbanos mesmo nas áreas interurbanas, onde encontra-se fracionamento de lotes do tipo citadino. Assim, os “intervalos” existentes entre esses tipos de apropriação do espaço litorâneo passam a sofrer pressão dessa dinâmica que se encontra em expansão, constituindo uma rede de circulação, equipamentos e infra-estrutura que envolve toda a extensão da referida faixa costeira - Rio Grande do Sul até Fortaleza.

Por outro lado, fora deste conjunto de maior densidade, encontram-se também vastas extensões de áreas de baixa densidade demográfica, sejam no litoral do extremo sul do país, sejam na superfície quase contínua da costa dos estados setentrionais, que representam quase um terço do litoral brasileiro, constituindo-se como grande estoque contíguo de território

litorâneo do país.

Do exposto, destaca-se que, da vasta e contínua faixa litorânea referida entre o Rio Grande do Sul e Fortaleza, os estados nordestinos são os que têm sofrido maiores pressões e investimentos em turismo de massa, e suas capitais têm se constituído nos principais pólos receptores de turistas em escala regional.

Somente somadas as faixas litorâneas do nordeste, tem-se, aproximadamente 50% do litoral brasileiro. São as praias, com suas formações dunares, arrecifes, falésias e coqueirais constituindo os recursos paisagísticos que compõem a paisagem turístico-litorânea do Nordeste, que têm sido ocupadas indiscriminadamente contrariando a legislação ambiental brasileira, segundo a qual a praia “é bem de uso comum do povo” (Lei nº 7.661/88 – PNGC).

Segundo MACEDO (2002:195), esses diversos padrões de ocupação turística ao longo da costa podem ser classificados, de forma, geral, dentro das seguintes categorias:

1. urbano consolidado – são trechos da costa urbanizados de forma tradicional, onde as atividades turísticas são apenas complementares. São as áreas urbano-costeiras como Rio de Janeiro, Santos ou Vitória onde a destinação turística e de veraneio de praia está totalmente inserida no cotidiano urbano de uso da orla como espaço de recreação da cidade. Nestes casos, o conjunto da paisagem está totalmente transformado e os elementos naturais foram, em grande parte, eliminados no processo de urbanização;
2. urbano recreativo – extensos trechos da costa ocupados por loteamentos primordialmente destinados a segunda residência ou veraneio, situados em municípios cuja atividade urbana principal está prioritariamente voltada ao turismo. Toda a ocupação é voltada para a exploração máxima dos valores paisagísticos ligados à praia e ao mar;

3. urbana exclusivamente hoteleira – uma forma pouco comum na costa, constituindo-se de assentamentos urbanos, isolados, cuja principal função é a hotelaria. São complexos hoteleiros com arquitetura “padrão internacional” ou cenarizadas e com instalações que permitem as mais diversas formas de lazer;
4. urbano rústico – áreas em processo ainda embrionário de urbanização, em geral, constituídas de pequenas e mais ou menos isoladas vilas de pescadores, nas quais as atividades turísticas convivem com um cotidiano local ainda voltado ao extrativismo, agricultura ou pesca.

Os dois primeiros padrões reúnem prejuízos ambientais de toda ordem e que são sentidos a médio e longo prazo com o crescente adensamento urbano, notadamente em ambientes de alta fragilidade, como a impermeabilização do solo, contaminação da água em épocas de temporada, descaracterização da paisagem, etc.

Aspectos como ocupação inadequada, valorização e apropriação da terra e implementação de um turismo sem planejamento global e eficaz têm sido verificados em toda zona costeira brasileira. Todavia, vem ocorrendo com maior intensidade no Nordeste e, no Estado do Ceará, em particular, que têm tentado se transformar no maior pólo receptor turístico da região, gerando, além de emprego e renda, também graves prejuízos sociais, ambientais e culturais em suas comunidades litorâneas.

1.3. Zona Litorânea Cearense

A formação sócio-territorial do Ceará merece destaque em função de sua tardia ocupação. O Estado só passou a fazer parte da História do Brasil colonizado depois que Bahia, Pernambuco e São Vicente já tinham quase um século de exploração. Para alguns historiadores, a ocupação do Ceará foi retardada em função da presença de indígenas que

espalhavam-se por quase todo território litorâneo e não facilitaram a entrada dos europeus. Outros historiadores consideram que o atraso deveu-se ao fato de o projeto de colonização estar mais voltado para Zona da Mata, propícia ao cultivo da cana-de-açúcar, de grande valor comercial no mercado europeu (SILVA & CAVALCANTE, 2002).

Embora a ocupação inicial no Brasil tenha sido em território litorâneo, no Ceará colonial, esta zona teve um fraco desenvolvimento, tendo em vista aspectos tecnológicos, naturais – vento forte e ausência de recortes acentuados, baías e enseadas que favorecessem acesso e acostagem - e simbólicos, que inviabilizaram sua ocupação, em relação ao sertão (DANTAS, 2002).

Para penetrar o sertão, a configuração da rede hidrográfica cearense foi fundamental em seu processo de ocupação e povoamento, tendo em vista que os colonizadores beneficiaram-se dos vales dos rios Acaraú, Aracatiaçu e Coreaú e, principalmente, do rio Jaguaribe (SILVA & CAVALCANTE, 2002).

Já as zonas de praia, em decorrência de suas características naturais e estratégicas, interessavam unicamente aos governantes portugueses, visto que a ocupação dos municípios litorâneos do Ceará, exceto Fortaleza e as zonas portuárias¹, correspondia a uma estratégia geopolítica do governo brasileiro de promover a defesa do litoral. Tal estratégia, que correspondia ao medo de provável invasão estrangeira e à necessidade de desenvolvimento da pesca como atividade rentável na época, concretizava-se através do estabelecimento de colônias de pescadores no litoral. Essas comunidades eram originárias dos antigos grupos indígenas que se distribuíam sobre quase todo litoral, onde a pesca era a principal atividade (DANTAS, 2002).

¹ Os portos que foram instalados em cidades litorâneas, como o caso de Aracati, destinavam-se a viabilizar a mercantilização de produtos provenientes de atividades realizadas no sertão (DANTAS, 2002).

Segundo DANTAS (2002), a lógica dicotômica entre o sertão e o litoral só seria questionada com a adoção dessa geoestratégica, no início do século XIX, que inseria Fortaleza, a capital, e outras cidades cearenses, na lógica característica das cidades litorâneas que se abrem para o mar, sem abdicar, no caso, de sua ligação com o sertão. Entretanto, para o autor, somente no século XX, a maritimidade no Ceará adquire características diferenciadas:

“Se, entre os séculos XVII e XIX, a valorização das zonas de praia advém, sobretudo, de modificações de ordem política e econômica que as transformam em lugar privilegiado das trocas e lugar de habitação das classes pobres (...), no século XX, as transformações de ordem cultural adquirem relevância maior, provocando abertura da elite em face dos espaços litorâneos: abertura iniciada no período precedente e resultante do processo de ocidentalização das elites locais, que altera gradualmente, após os anos 1920-1930, os lugares tradicionalmente ocupados pelos portos, pelas comunidades de pescadores e pelos pobres, em lugar de lazer e de habitação das classes abastadas.” (p.47).

Essa valorização das zonas de praia resultou inicialmente, por parte das elites locais cearenses, de práticas marítimas como os banhos de mar de caráter terapêutico e de lazer, culminando numa incipiente urbanização dessas zonas que começou a se expandir, a partir de 1970, na totalidade dos espaços litorâneos cearenses, com o veraneio, inicialmente nas praias vizinhas de Fortaleza: do Icaraí e de Cumbuco, em Caucaia e do Iguape, em Aquiraz., provocando alterações na estrutura urbana do Estado, marcando a “litoralização” do Ceará (DANTAS, 2002:48).

Atualmente, o Ceará, com mais de 7 milhões de habitantes e 184 municípios, situado na região Nordeste do Brasil, é um Estado importante no cenário regional e nacional, que assume significativa expressão quanto à dinâmica de suas atividades econômicas, à beleza de suas paisagens e suas ricas manifestações culturais (SILVA & CAVALCANTE, 2002).

Sua zona litorânea tem aproximadamente 573 Km de extensão (ver Figura 01), 17,50% do litoral nordestino (IBAMA, 2002), com largura variável, correspondendo a uma área de 28.173,00 Km², a 6^a área costeira maior do país (ver Tabela 01), estreitando-se na área

próxima a Fortaleza e alargando-se no baixo curso dos Rios Acaraú e Jaguaribe. Enquanto a média de densidade populacional do Ceará é de 25 hab./Km², a costa responde por 252 hab./Km², correspondendo a 66% da população total, excedendo, portanto, em mais de dez vezes a média estadual (IBGE, 1996).



Figura 01 – Zona Litorânea do Ceará. Fonte: SETUR – CE.

Geomorfologicamente, a zona costeira cearense é formada por sedimentos de idades terciária e quaternária e apresenta topografia quase plana, com suaves declives que se desenvolvem do interior para o litoral (SOUZA, 1988).

Nessa zona, as temperaturas médias anuais são elevadas e homogêneas, situando-se em torno de 26°C. As precipitações também são elevadas mas extremamente irregulares, alcançando valores entre 1.000 e 1.500 mm anuais nas áreas próximas à linha da costa e entre 750 e 1.000 mm nas áreas mais interiorizadas, ocorrendo os maiores índices no período de fevereiro a maio, enquanto o período compreendido entre junho e janeiro caracteriza a estação seca (BEZERRA, 1989).

Dentre as formações litorâneas típicas nordestinas, dois aspectos distintos da

paisagem litorânea cearense, resultantes da combinação dos fatores geológicos e climáticos, podem ser identificados: o conjunto formado pela planície litorânea e as superfícies planas mais interiorizadas classificadas como tabuleiros pré-litorâneos (SALES, 1993).

A planície litorânea estende-se por uma largura média variável de até 30 Km e tem como elemento característico a ocorrência dominante de formas de acumulação do tipo praias e dunas.

As praias ocorrem por toda a extensão do litoral com planuras de larguras variáveis sujeitas à ação abrasiva das marés, eventualmente expondo afloramentos de “beach-rocks”. Os processos eólicos, atuando sobre essa faixa de praia, transportam constantemente os sedimentos para o continente, possibilitando a formação de extenso cordão de dunas que se desenvolve em direção ao interior, e que representa a feição mais relevante da zona costeira do Estado (SALES, 1993).

As dunas do litoral cearense possuem três tipos de formação: dunas móveis, dunas estabilizadas e dunas antigas edafizadas.

As dunas móveis encontram-se contíguas à linha de costa e migram livremente pela planície costeira quando não há obstáculos estruturais à mobilização de sedimentos. Formam campos de dunas originariamente caracterizados pelas feições tipo barcanas (meia-lua) e cordões longitudinais. As dunas estáveis, situadas à vanguarda das primeiras, acham-se parcial ou totalmente fixadas por vegetação pioneira. A vegetação e o cordão de dunas à retaguarda entram o trabalho dos ventos, possibilitando o maior crescimento vertical desses depósitos em relação às dunas móveis, com as quais por vezes se interpenetram. Mais interiorizadas, ocorrem as gerações de dunas mais antigas, que se encontram rebaixadas e, por vezes, recobertas pelas dunas atuais (SALES, 1993).

A planície litorânea tem sua continuidade espacial interrompida apenas pela presença

de planícies flúvio-marinhas, caracterizadas pela ocorrência de ambientes de manguezal, e pela eventual exposição, ao nível do mar, dos sedimentos terciários do Grupo Barreiras, que se acham talhados por paredões sedimentares denominados de falésias. Os manguezais, presentes na maioria das planícies flúvio-marinhas da zona litorânea cearense, acham-se mais desenvolvidos nos estuários dos rios Jaguaribe, Acaraú e Timonha (SALES, 1993).

No baixo curso dos rios, é comum a obstrução dos fluxos d'água pelas areias das dunas, o que dificulta o acesso dos rios ao mar, originando assim canais paralelos à linha de costa ou ainda lagoas de barragem, às quais se somam as inúmeras lagoas freáticas interdunares que pontilham toda a zona costeira do estado.

Os tabuleiros pré-litorâneos, expressão geomórfica dessa formação que ocorre por toda a zona litorânea, apresenta topografia plana, com altitudes sempre inferiores a 100m e inclinação não maior que 5°, dispostos de forma gradativa em direção ao litoral, onde por vezes são talhados pela ação abrasiva do mar em falésias vivas, encontradas em setores do litoral como Morro Branco, Canoa Quebrada, Iparana, Camocim, etc (SALES, 1993).

Historicamente, a zona costeira cearense, como visto, antes ocupada apenas por população nativa, passou por algumas alterações resultantes das atividades de subsistência aí realizadas, baseadas sobretudo na pesca artesanal e na agricultura e extrativismo extensivos – formas de exploração que mantinham a degradação do ambiente em níveis não alarmantes. Com o crescimento, nas últimas décadas da pesca industrial para fins de exportação e abastecimento do mercado interno, o perfil sócio-ambiental da zona litorânea foi parcialmente alterado.

Do ponto de vista natural, essa atividade associa-se à pesca predatória, sobretudo das espécies mais valorizadas no mercado internacional, como a lagosta, cujo período de “defeso” não é obedecido pelas empresas e donos de embarcações. Do ponto de vista social, passou a

haver uma crescente sujeição dos pescadores aos donos de embarcações e intermediários na transação de venda e compra do pescado, estabelecendo-se assim, relações de produção francamente desfavoráveis aos primeiros, do que lhes resulta uma precária situação sócio-ambiental (SALES, 1993).

No que importa às marcantes transformações das zonas de praia do Ceará, foi no final dos anos 80 que se observou a intensificação desse processo nos municípios litorâneos, graças à intervenção do estado buscando posicionar o Ceará no mercado turístico nacional e internacional (DANTAS, 2002).

A especulação imobiliária apresenta-se como a maior responsável por essas transformações e pelo problemático quadro sócio-ambiental existente no litoral cearense. Favorecidos por uma legislação pouco obedecida e pela omissão e/ou conivência dos órgãos públicos, os incorporadores imobiliários apossam-se da zona litorânea ignorando a existência de uma ocupação anterior, representada exatamente pela população nativa. Para ofertar lotes para implantação de residências de veraneio ou de pousadas e hotéis, os incorporadores imobiliários implantam loteamentos em praias de todo o Estado, enquanto o poder público passa a se responsabilizar pela construção de vias de acesso e de infra-estrutura, num processo de valorização artificial da terra.

O crescimento do turismo tem agravado esse quadro, pela instalação indiscriminada de pousadas e hotéis ao longo da zona litorânea do Estado. Os hotéis e equipamentos de lazer são em grande número construídos em prejuízo de rios, dunas e falésias, agregando ainda à degradação sócio-ambiental o aspecto de privatização das praias e de fontes de água, gerando conflitos de toda ordem (SALES, 1993).

Essa infra-estrutura, garantida com o veraneio e com o turismo, é bem aceita pelas comunidades nativas, pois corresponde à chegada do progresso com a instalação de energia

elétrica, vias pavimentadas, acesso ao emprego, etc. Entretanto, DANTAS (2002:80) ressalta que “a construção de lugares de consumo nas zonas de praia implica adoção de lógica contrária ao modo de vida dos pescadores, explicitando novos embates e conflitos no litoral, que envolvem veranistas e antigos habitantes das zonas de praia”. Em função dessa nova lógica, surgem três tipos de situação. Na primeira, parte da população migra para a capital, sentindo-se expulsa de seu lugar. Em outra situação, a comunidade manifesta resistência, gerando conflitos de posse de terra. A esses grupos aliam-se os novos moradores dessas localidades, preocupados com a possibilidade de modificação da ambiência litorânea por eles escolhida. Numa última situação, há certa adequação e incorporação desse novo modo de vida: antigos pescadores transformam-se em empreendedores ligados, direta ou indiretamente, às atividades de lazer e de turismo ou se transformam em trabalhadores assalariados na prestação de serviços.

Do ponto de vista natural, o parcelamento do solo das praias, hoje presente em grande parte do litoral cearense, tem implicado sistematicamente no acentuado aplainamento de dunas, desmonte de falésias, poluição dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, ocupação irregular e desordenada de faixa de praias, empobrecimento da biodiversidade e acúmulo de lixo.

Entretanto, até o momento, a capacidade estatal de ordenação do uso do solo do litoral tem ficado aquém da velocidade dos processos atuantes, o que implica um crescimento constante das carências urbanas e sociais e um impacto cada vez maior no meio ambiente.

Pode-se aferir, dessa forma, que muitas localidades praianas do Ceará, principalmente a leste de Fortaleza, ainda devem conhecer um veloz processo de crescimento urbano, pois vêm rapidamente seus espaços serem ocupados por uma dinâmica externa que em pouco tempo subordina totalmente a vida local à sua lógica.

Na praia de Canoa Quebrada, área objeto desta pesquisa, localizada no litoral leste do estado do Ceará, no município de Aracati, esta lógica especulativa tem se instalado provocando uma expansão urbana intensa, crescente e desordenada, nos últimos quinze anos, gerando impactos sociais e ambientais, às vezes irreversíveis, mediante distintos agentes sociais produtores do espaço, cujas ações serão retratadas e melhor analisadas adiante.

CAPÍTULO 2

Conceitos Básicos para o Estudo de Canoa Quebrada

2.1. Produção e Apropriação do Espaço

As categorias de análise consideradas fundamentais para o estudo de Canoa Quebrada são, entre outras, espaço, paisagem e lugar. A mais abrangente, contudo, e que contempla as outras, é a categoria espaço. Assim como o termo paisagem, a palavra espaço é utilizada com diversos sentidos, e sua compreensão pressupõe também considerar a complexidade de sua apropriação, da produção, do consumo, da distribuição e das relações que nele se estabelecem.

Antecedentemente importa destacar que, conforme RODRIGUES (1998:90), a categoria espaço não equivale à categoria território. A autora relembra que até o período colonial, o predomínio da geopolítica estava baseado no “espaço é poder” e, dessa forma, espaço representava território, no sentido de domínio territorial delimitado.

Com a problemática ambiental, a categoria espaço retomou sua importância nos estudos da Geografia, ciência do espaço por excelência, que passou a buscar uma reflexão epistemológica e a investigar mais profundamente as inter-relações homem x natureza em sua globalidade e em sua dinâmica contínua, extrapolando os limites do locacional (SILVA,2001).

Para RODRIGUES (1998), a nova consciência dos problemas ambientais faz retomar esta nova reflexão, tendo em vista que a “natureza não tem fronteiras demarcadas e, por isso, temos de compreender, na análise espacial (...), a dinâmica da circulação do ar, da água, etc e, sem dúvida, as relações societárias para compreender as formas pelas quais a natureza tem sido apropriada, transformada e paulatina e velozmente destruída (...)”. SILVA (2001) concorda: “Os diversos usos e abusos da natureza reforçam os argumentos que recolocam a

discussão do espaço na ordem do dia”.

Sem dúvida, a maior contribuição que fundamentou a compreensão do espaço na sociedade enquanto condição e produto social foi Henri LEFEBVRE, que desde 1968 devotou-se a obras voltadas a essa questão, notadamente *La Producion de L'espace*, de 1974, nas quais desenvolveu uma teoria marxista do espaço, muito embora a maior parte dos marxistas rejeitasse a necessidade de uma teoria distinta de espaço². “Segundo os marxistas, a análise espacial deve estar vinculada diretamente às transformações da sociedade produzidas pelo esforço de acumulação de capital e pela luta de classes” (GOTTDIENER, 1997:125). Para eles, no entanto, “(...) não há lugar para uma teorização autônoma da organização espacial das sociedades, na medida em que isso é conceituado como mera projeção territorial das relações sociais (...)” (MARTINS *apud* GOTTDIENER, *op. cit.* :126).

A principal característica do espaço para LEFEBVRE é sua natureza multifacetada. Para ele, o espaço é ao mesmo tempo o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação. É também ao mesmo tempo um meio de produção como terra e parte das forças sociais de produção, especialmente através da forma, ou seja, do arranjo espacial, cujas condições inerentes ao capitalismo reforçam interesses predominantes na sociedade . Ou seja, em vez de reduzir o espaço a meros meios de produção, como era considerado na teoria econômica marxista, LEFEBVRE considera-o uma das forças de produção.

COHEN *apud* GOTTDIENER (*op. cit.*:128) esclarece essa teoria: “A posse do espaço, certamente, confere uma posição na estrutura econômica. Mesmo quando uma peça de espaço não tem conteúdo, seu controle pode gerar poder econômico, porque pode ser preenchido com algo produtivo, ou porque pode precisar ser atravessado por produtores”.

² A teoria do espaço de Lefebvre é considerada por GOTTDIENER apenas uma ênfase dada ao espaço dentro da concepção marxista e, dessa forma, sua teoria não colabora o bastante para uma análise espacial adequada (SILVA, 2001).

Da mesma forma que é um meio de produção, o espaço também é um produto dessas mesmas relações, o que o torna uma objeto de consumo, com acontece no caso do turismo, em que o meio ambiente é consumido através da recreação ou pela implementação dos negócios devido a atratividades naturais. “Desse modo, as relações sócio-espaciais impregnam o modo de produção ao mesmo tempo como produtor e produto, relação e objeto, numa maneira dialética que se opõe à redução a preocupações de classe ou de território” (*op. cit.*: 129). SILVA (2001:42) acrescenta que “sendo o espaço geográfico, produto, processo e manifestação da sociedade, expressa todas as contradições geradas e contidas nas relações sociais de produção”.

O espaço é também controlado administrativamente, tendo em vista que é um instrumento político de suma importância para o Estado, que o utiliza de forma que assegura seu controle dos lugares, sua hierarquia, a homogeneidade do todo e a segregação das partes. Para LEFEBVRE *apud* GOTTDIENER (*op. cit.*: 130), a organização espacial representa a hierarquia de poder, é um instrumento político de controle social que o Estado usa para promover seus interesses.

Por fim, LEFEBVRE vê o conflito de classes desenvolvendo-se no espaço. Tal conflito nasce em razão da contradição fundamental do espaço capitalista, ou seja, sua pulverização para atender a demanda da sociedade de massa por fragmentos de espaço homogêneos e reprodutíveis para compra e venda, o que provocou uma “explosão de espaços”. Em resposta a essa fragmentação, que torna o espaço abstrato, surgem, então, conceitos orgânicos de integração espacial como espaço social, espaço pessoal, espaço residencial, espaço global, etc, que reafirmam a singularidade do espaço personalizado e coletivizado (*op. cit.*: 130).

Esse conflito de classes a que LEFEBVRE se refere representa diferenças concretas

entre pessoas em consequência da dominação do espaço abstrato sobre o espaço social em nossa sociedade atual. Segundo o autor, a principal contradição espacial da sociedade é essa confrontação entre o espaço abstrato, que se exterioriza através de práticas econômicas e políticas que se originam com a classe capitalista e com o Estado, expressando valores de troca, e o espaço social, ou o espaço de valores de uso produzidos pela complexa interação de todas as classes na vivência diária (LEFEBVRE *apud* GOTTDIENER, 1997:131).

Todavia, é através da luta de classes que LEFEBVRE (1974) supõe que se evite que o espaço abstrato assuma o controle de todo o planeta e apague todas as diferenças: “Apenas a luta de classes é dotada da capacidade de diferenciar, de gerar diferenças que não sejam intrínsecas ao crescimento econômico (...), isto é, diferenças que não sejam induzidas por esse crescimento nem aceitáveis para ele.”

Para LEFEBVRE *apud* GOTTDIENER (*op. cit.*: 132), entender o espaço exige que se compreenda como ele é produzido. Segundo o autor, o espaço é produzido como nenhuma outra mercadoria, pois ele representa ao mesmo tempo um objeto material e um processo que envolve relações sociais e que recria continuamente tais relações ou ajuda a reproduzi-las. No caso em que é produzido pelo capitalismo, destrói a vida cotidiana e a natureza, “ameaçando romper os processos ecologicamente regeneradores, responsáveis pela sustentação da vida nesta terra”.

Algumas caracterizações de espaço foram evidenciadas por LEFEBVRE em *La Production de L'Espace* (1974). David HARVEY, em sua obra *Condição Pós-Moderna* (1993), buscou descrever e fazer uma generalização sobre as práticas espaciais e temporais de toda a sociedade mediante a construção de uma “grade” de práticas espaciais (ver Quadro 01), fundamentadas nas três dimensões do espaço identificadas por LEFEBVRE: o vivido, o percebido e o imaginado, que possuem relações dialéticas entre si:

- 1) Espaço Vivido – seriam as práticas espaciais materiais³ que se referem aos fluxos, transferências e interações físicos e materiais que ocorrem no e ao longo do espaço de maneira a garantir a produção e a reprodução social;
- 2) Espaço Percebido – consistiriam nas representações do espaço compreendendo todos os signos e significações, códigos e conhecimentos que permitem falar sobre essas práticas materiais e compreendê-las, mediante o senso comum cotidiano ou os jargões utilizados por disciplinas acadêmicas que tratam de práticas espaciais (geografia, arquitetura, engenharia, etc);
- 3) Espaço Imaginado – seriam os espaços de representação, as invenções mentais (códigos, signos, planos utópicos, paisagens imaginárias, etc) que imaginam novos sentidos ou possibilidades para práticas espaciais.

Segundo LEFEBVRE, o espaço imaginado pode, por exemplo, influenciar a representação do espaço (percebido), como também agir como força produtiva material com respeito às práticas espaciais. Ou seja, o que se deseja para determinado espaço pode afetar como determinada coletividade representa tal espaço e como age em relação a ele.

Segundo RODRIGUES (1998:110), essa complexidade intrínseca ao espaço pode ser analisada sob vários pontos de vista, com vai ser visto adiante, “tendo em conta que o real extrapola a todo momento o pensamento e o pensamento não dá conta do real”.

³ Segundo LIPIETZ *apud* RODRIGUES (1998:118), “todos os processos sociais, todas as práticas sociais são processos materiais. Reproduzir-se, trabalhar, comer, distrair-se, instruir-se, aperfeiçoar-se, brincar, criar, debater, ensinar, escutar, fazer amor e fazer guerra são processos materiais e, por esse motivo, têm uma dimensão espacial. Não se inscrevem no ‘espaço’: são o espaço, tecem o espaço, pelo menos o espaço humano, aquele da geografia humana e o espaço urbano”.

Quadro 01

“Grade” de Práticas Espaciais segundo HARVEY

	Acessibilidade e distancimaneto	Apropriação e uso do Espaço	Domínio e controle do Espaço	Produção do Espaço
Práticas Espaciais Materiais (vivido)	Fluxos de bens, dinheiro, pessoas, força de trabalho, informação, etc.; sistemas de transporte e comunicação; hierarquias urbanas e de mercado; aglomeração.	Usos da terra e ambientes construídos; espaços sociais e outras designações espaciais; redes sociais de comunicação e ajuda mútua	Propriedade privada da terra; divisões administrativas e estatais do espaço; comunidades e bairros exclusivos; zoneamento excludente e outras formas de controle social (policimento e vigilância)	Produção de infra-estruturas físicas (transporte e comunicações; ambientes construídos; liberação de terra, etc.); organização territorial de infra-estruturas sociais (formais e informais)
Representações do Espaço (percebido)	Medidas sociais, psicológicas e físicas da distância; mapeamento; teorias da “fricção da distância” (princípio do menor esforço, física social, alcance de um lugar bom e central e outras formas de teoria da localização)	Espaço pessoal; mapas mentais do espaço ocupado; hierarquias espaciais; representação simbólica dos espaços; “discursos” espaciais	Espaços proibidos; “imperativos territoriais”; comunidade; cultura regional; nacionalismo; geopolítica; hierarquias	Novos sistemas de mapeamento, de representação visual, de comunicação, etc; novos “discursos” artísticos e arquitetônicos; semiótica
Espaços de Representação (imaginado)	Atração/repulsão; distância/desejo; acesso/negação; transcendência: “o meio é a mensagem”	Familiaridade; aconchego familiar; locais abertos; locais de espetáculo popular (ruas, praças, mercados); iconografia e grafite; publicidade	Estranheza; espaços de meio; propriedade e posse; monumentalidade e espaços construídos de ritual; barreiras simbólicas e capital simbólico; construção da “tradição”; espaços de repressão	Planos utópicos; paisagens imaginárias; ontologias e espaço de ficção científica; esquetes artísticos; mitologias de espaço e lugar; poética do espaço; espaços de desejo

Fonte: HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo, 1993.

Obs.: Alguns esclarecimentos sobre a “grade” de HARVEY:

- A apropriação do espaço examina a maneira pela qual o espaço é ocupado por objeto, atividades, indivíduos, classes ou outros grupos sociais;
- O domínio do espaço reflete o modo como indivíduos ou grupos poderosos dominam a organização e a produção do espaço mediante recursos legais ou extraleais, a fim de exercerem um maior grau de controle sobre a forma pela qual o espaço é apropriado;
- A produção do espaço examina como novos sistemas (reais ou imaginários) de uso da terra, de transporte e comunicação, de organização territorial, etc, são produzidos, e como surgem novas modalidades de representação (tecnologia da informação, mapeamento computadorizado, etc).

Através dessa grade, e sobrepondo-se a ela a estrutura de relações sociais em que tais práticas espaciais entram em ação, é possível vislumbrar parte da complexidade que se

apresenta na compreensão da experiência espacial de uma dada sociedade. “Sob as relações sociais do capitalismo, por exemplo, as práticas espaciais retratadas na grade ficam imbuídas de significados de classe”, afirma HARVEY (1993:204).

A utilização da grade de HARVEY pode fundamentar pesquisas que privilegiam a constatação da necessidade dos vários enfoques metodológicos que a categoria espaço impõe atualmente. SILVA (1997) exemplifica: “As pesquisas geográficas, nas quais as práticas espaciais fundamentam a territorialidade, constituem-se em eixos privilegiados de análise”. Ou seja, analisando-se o imaginado e o percebido, por exemplo, compreende-se o vivido, as práticas espaciais materiais, citadas por LEFEBVRE.

Yi-Fu TUAN (1983:18-9), que distinguiu com grande propriedade as categorias lugar e espaço, reforça:

“Os espaços do homem refletem a qualidade de seus sentidos e sua mentalidade. (...) Os homens não apenas discriminam padrões geométricos na natureza e criam espaços abstratos na mente, como também procuram materializar seus sentimentos, imagens e pensamentos. O resultado é o espaço escultural e arquitetural e, em grande escala, a cidade planejada”.

Valiosa contribuição foi também concedida por Milton SANTOS na compreensão, renovação e distinção da categoria analítica espaço em diversas obras dedicadas ao tema. Para SANTOS (1997:111), a definição do espaço é tarefa das mais difíceis. Entretanto, o autor propõe uma definição, considerada por ele, operacional e fundada no real: “O espaço é formado por dois componentes que interagem continuamente: a) a configuração territorial, isto é, o conjunto de dados naturais, mais ou menos modificados pela ação consciente do homem, através dos sucessivos ‘sistemas de engenharia’; b) a dinâmica social ou o conjunto de relações que definem uma sociedade em um dado momento”. Dessa forma, “o espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediado pelos objetos, naturais e artificiais” (*op. cit.*:71).

Esta configuração territorial ou espacial seria dada pelo arranjo, a cada momento histórico, sobre o território dos elementos naturais e artificiais de uso social: canais, vias, portos e aeroportos, redes de comunicação, prédios residenciais, comerciais e industriais, etc. Segundo SANTOS (*op. cit.*), o conjunto desses objetos criados forma o meio técnico, sobre o qual se baseia a produção e que evolui em função desta.

A dinâmica social seria dada pelo conjunto de variáveis econômicas, culturais, políticas, etc, que, a cada momento histórico, dão uma significação e um valor específicos ao meio técnico criado pelo homem, ou seja, à configuração territorial.

Segundo essa concepção, a rede urbana tem um papel fundamental na organização do espaço, pois assegura a interação entre fixos e fluxos⁴, ou seja, entre a configuração territorial e as relações sociais internas e as que se dão com o exterior de determinado espaço. Conforme SANTOS (*op. cit.*:112), “uma análise evolutiva dum sistema urbano, feita segundo essa ótica, permite reconhecer as diversas dinâmicas espaciais, em diferentes momentos, e mesmo nos dá indicações quanto ao futuro”.

Ressalta-se, porém, que essa concepção não considera o espaço somente como resultado de uma rede urbana, de uma organização espacial. A produção do espaço, segundo DAMIANI (2001:49), remete à produção das cidades, produção esta que se expressa, não só materialmente, mas em sua segmentação social e espacial; na redefinição dos sujeitos sociais, que têm a cidade restringida em sua urbanidade; no grau de interferência estadista e no comprometimento do espaço vivido.

Dessa forma, pensar a cidade como materialização do espaço, pressupõe também

⁴ Os fixos, citados por SANTOS (1997), são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa de homens. Os fluxos são o movimento, a circulação, que dão a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo. Cada objeto geográfico, um fixo, é um objeto técnico, mas também um objeto social em função aos fluxos. Fixos e fluxos interagem e se alteram mutuamente.

imaginá-la como “espaço privilegiado de vivências, de troca de experiências, local de encontros, de embates, de construção” e também como “*locus* da criatividade e das contradições” (SILVA, 1997:89). Assim, a existência de uma rede urbana, de uma organização territorial, não garante sua totalidade, não garante que haja um espaço interativo, um lugar único praticado. Ao contrário, “a cidade, vista enquanto objeto, instituição, estrutura, forma, processo, função, movimento, inércia e sinergia, carrega em seu conjunto e em sua organização territorial enormes contradições (...)”.

RODRIGUES (1998:91) trabalha a categoria espaço enfatizando a problemática ambiental inerente ao processo de apropriação do espaço. Para a autora, o espaço é um produto social que “pode se compreendido como a necessária articulação da sociedade com a natureza em todas as esferas e escalas” e, assim, o espaço passa a ser encarado como “locus” de reprodução das relações sociais de produção.

Nessa linha, a produção social do espaço é definida por RODRIGUES como “um processo pelo qual se ocupa um espaço, no qual se produzem e/ou reproduzem relações sócioespaciais e se reproduzem relações dominantes de produção e de reprodução como parte integrante das relações societárias com a natureza”. O produção destrutiva do espaço, segundo a autora, não é considerada.

Nesse contexto, é no meio ambiente urbano ⁵ que se explicitam de forma mais clara os processos que envolvem a produção e a apropriação do espaço: “O meio ambiente urbano mostra, com toda a clareza, a diversidade da riqueza e da pobreza, da produção e (re)produção de objetos, de cultura, de vida cotidiana enfim”, e pode ser analisado, segundo RODRIGUES,

⁵ Segundo RODRIGES (1998), o meio ambiente urbano é o conjunto das edificações, com suas características construtivas, sua história e memória, seus espaços segregados, a infra-estrutura e os equipamentos de consumo coletivos, mas também significa imagens, símbolos e representações subjetivas e/ou objetivas (o “viver” cotidiano) e, por fim, também o conjunto de normas jurídicas, que estabelecem os limites administrativos das cidades, as possibilidades de circulação, de propriedade e de uso do espaço – do acesso ao consumo da e na cidade .

sob o ponto de vista macro e micro, que contribuem igualmente para a compreensão de toda a complexidade que envolve a produção do espaço:

- a) Macro: análise que caracteriza tanto a homogeneidade como a diversidade de aspectos das e nas cidades. Mostra, de maneira geral, como ocorre o processo de urbanização e da construção da urbanidade;
- b) Micro: o relato micro caracteriza a vida cotidiana e a ação dos homens em grupos ou formas específicas de habitar/produzir.

Essas premissas indicam que natureza e sociedade precisam ser compreendidas em sua globalidade, em sua dinâmica contínua e em suas inter-relações. Todos os aspectos da produção do espaço estão totalmente vinculados.

Dessa forma, a análise proposta na presente pesquisa busca compreender as formas pelas quais o espaço tem sido apropriado e transformado, trazendo elementos desde os mais abrangentes, que envolvem aspectos sobre o Estado, a Região, o Município onde a área de estudo está inserida, até os mais específicos que tratam do cotidiano das pessoas, das formas de viver, experimentar e sonhar seu espaço.

2.1.1. Especificidade do Espaço Turístico

Existem espaços com vocação turística, como os parques nacionais por exemplo, onde o turismo é uma atividade altamente explorada, mas não foi esta atividade que produziu aquele espaço, embora o consuma.

Por outro lado, existem espaços produzidos pelo turismo e para o turismo. Dessa forma, há uma dificuldade, no meio científico, em se definir exatamente o espaço turístico tendo em vista a diversidade e a complexidade dos elementos que o constituem como os

territórios - de emissão e recepção, e os deslocamentos, além dos componentes abstratos, difíceis de serem avaliados, como a fluidez do capital financeiro.

Existem algumas tentativas de propostas de definição de espaço turístico baseadas em modelos teóricos, onde estes espaços passariam por fases evolutivas, desde a implementação das atividades no território até a saturação do espaço. Tais modelos, entretanto não podem ser aplicados em todos os casos em função da realidade de cada caso (RODRIGUES, 2001 a).

Apesar dos vários componentes do espaço turístico, não se pode ignorar a materialidade do espaço turístico expresso pelo seu território, apesar de não representar a totalidade espacial. Para RODRIGUES (2001a), os elementos do espaço turístico são: oferta turística, demanda, serviços, transportes, infra-estrutura, poder de decisão e de informação, sistema de promoção e de comercialização, elementos estes que interagem e não podem ser compreendidos separadamente.

RODRIGUES (2001 b) busca definir o espaço turístico através de uma reflexão à luz da concepção de espaço expressa nas obras de Milton Santos. A análise do fenômeno do turismo, segundo a autora, pode ser uma forma de se entender o espaço, visto que sua complexidade é expressa pelas relações sociais e pela materialização territorial que é gerada pelo processo de produção do espaço.

Remetendo-se a como Milton SANTOS refere-se ao espaço, “formado de fixos e fluxos” (1997), e tendo em vista o dinamismo que o turismo apresenta, o espaço turístico é então considerado, assim, pela inter-relação entre os elementos fluidos representados pelos fluxos de pessoas, que resultam em formas (rodovias, estações, aeroportos, etc), e os elementos fixos, porém não estáticos, representados pelos centros emissores da demanda.

Nessa perspectiva, os fixos expressos pelos objetos edificados compõem a paisagem

dos núcleos receptores, onde se dá de forma mais clara e explícita o consumo do espaço, como reforça RODRIGUES (2001:63): “Nos novos espaços de turismo, particularmente em ‘reservas naturais’, consome-se destruindo e produzindo. Objetos naturais vão transformando-se em objetos sociais no processo de valorização do espaço.”

Acrescente-se ainda que além do fenômeno do turismo *per si*, deve-se considerar o fenômeno urbano, tendo em vista que das novas formas de divisão social e territorial do trabalho, surgiram novos valores, expectativas e estilos de vida produzindo um padrão de comportamento nitidamente urbano que marca os novos territórios do turismo. Dessa forma, segundo RODRIGUES (2001), não se pode focalizar o espaço do turismo sem abordá-lo como um espaço de natureza urbana.

Segundo essa abordagem, na qual a sociedade é fundada sobre a troca, o espaço apropriado e produzido serve cada vez mais às necessidades da acumulação, e o turismo, que representa a conquista de uma parcela do espaço, o transforma em mercadoria reprodutível, entrando no circuito da troca. CARLOS (2001:66), quanto a essa reprodução, alerta: “(...) o espaço é banalizado, explorado, e as possibilidades de ocupá-lo são sempre crescentes, o que explica a emergência de uma nova lógica associada a uma nova forma de dominação do espaço que se reproduz ordenando e direcionando a ocupação, fragmentando o espaço vendido em pedaços (...)”.

Entretanto, a autora ressalta que em meio a estes espaços capturados pela lógica da troca e sua transformação em mercadoria, existem ainda lugares onde é possível reintroduzir a diferença, escapar da homogeneidade no processo de reprodução do espaço. Seriam lugares de passagem, de consumo, mas também de encontros e de oportunidades de se estabelecer laços de amizade, solidariedade e vizinhança. Nestes casos, o espaço deixaria de ser abstrato para ser pensado como lugar no qual o desejo poderia se manifestar ou se desenvolver, seja na

praia, na montanha, ou mesmo nas grandes cidades.

2.2. Paisagem

Muitos são os sentidos da paisagem, um conceito amplo, cujas acepções combinam-se entre si e necessitam ser exploradas.

Segundo BLEY (1999), o conteúdo etimológico do termo paisagem é classificado como proveniente de diversas línguas e, ao longo dos anos, passou a assumir vários significados. No grego, a palavra utilizada para indicar paisagem é a mesma que indica país, compreendido como espaço e não como divisão político-administrativa.

Embora no latim não houvesse um vocábulo único para indicar a idéia de paisagem, nas línguas neolatinas encontra-se essa palavra até mesmo na língua portuguesa. Vocábulos etimologicamente bem próximos da palavra que se usa em português estão presentes no espanhol - *paisaje*, no italiano - *paesaggio* e no francês – *paysage*.

Os dicionaristas, nas línguas neolatinas, têm explicado a paisagem algumas vezes como um espaço regional e outras com conotação artística. Quando se refere a espaço, vinculam-na à natureza, ignorando a ação humana.

Para HARTSHORNE *apud* BLEY (1999:122), em 1939, ano em que se propôs a analisar o vocábulo paisagem, havia uma total falta de clareza quanto aos seus significados. Segundo o geógrafo, o termo francês *paysage* é o mais abrangente, envolvendo aspectos físicos e culturais, e o termo em português paisagem teria se originado desse vocábulo.

Muitos estudiosos, notadamente os geógrafos, têm estudado o termo paisagem e proposto várias concepções quanto à sua compreensão.

Há uma linha de pensamento onde a paisagem é considerada em seus aspectos

estéticos e simbólicos, onde o ver é confundido com o perceber. Conforme H. BARTLEY *apud* RODRIGUES (2001b:46), a paisagem contém elementos necessários para estimular dez modalidades sensoriais que se combinam na percepção. São a visão, a audição, o tato, a temperatura, a sinestesia, a dor, o gosto, o olfato, o sentido vestibular e o sentido químico comum. Assim, cada sentido se especializa em abranger uma parte da realidade.

Nessa concepção, a visão é seletiva e reflete a experiência. Dessa forma, cada pessoa vê uma paisagem diferentemente de outra, dependendo do direcionamento de sua observação, em função de seus interesses. O olfato capta o odor da paisagem, elemento importante que propicia a formação e a memorização da imagem. Os sons também são fundamentais para a evocação de uma paisagem. Através do tato, pode-se sentir as texturas ao se caminhar numa praia, ao se tocar uma falésia, etc. Outro elemento, o sentido vestibular, diz respeito ao equilíbrio como a sensação de vertigem, por exemplo.

Acrescenta-se a todos esses elementos que são estimulados num dado momento, a experiência individual construída com base em toda uma história de vida, de pensamentos, sensações e sentimentos, que resulta numa visão de mundo permeada pelo imaginário.

COLLOT *apud* BLEY (1999:125) concorda com essa visão e ainda acrescenta que a paisagem se define como um espaço percebido, onde o sujeito não se limita a receber passivamente os dados sensoriais, mas os organiza para lhes dar um sentido. A paisagem é, assim, também construída e simbólica.

Para SANTOS (1997), a dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que nos chega aos sentidos, e essa percepção é sempre um processo seletivo de apreensão, ou seja, se a realidade é apenas uma, cada pessoa a vê de forma diferenciada. Este autor distingue paisagem natural de paisagem artificial. A primeira seria aquela ainda não mudada pelo esforço humano, enquanto a segunda seria a paisagem transformada pelo homem. Entretanto,

ele admite que é difícil encontrar uma paisagem onde forças naturais e artificiais não estejam presentes. A paisagem é sempre heterogênea.

Milton SANTOS tem uma outra preocupação epistemológica: diferenciar paisagem e espaço, que são um par dialético. Para isso afirma que “A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são formas mais a vida que as anima” (1997b:83). O tempo é outra variável que distingue as categorias. Para o geógrafo, a paisagem é criada em momentos históricos diferentes, mas coexistindo no momento atual, enquanto que “no espaço, as formas de que se compõe a paisagem preenchem, no momento atual, uma função atual, como resposta às necessidades atuais da sociedade”.

Entretanto, apesar da diferenciação conceitual, paisagem e espaço possuem uma relação intrínseca, pois a primeira sempre é reflexo da segunda, pois “toda transformação no espaço representa simultaneamente alguma transformação na paisagem, senão em sua fisionomia, certamente sobre seus significados” (CRUZ, 2002:108). Para esta autora, as paisagens possuem, pelo menos, três características que subsidiam uma análise espacial: “sua concretude (as paisagens são arranjos de formas naturais e antrópicas); sua fixidez espacial (as formas-conteúdo que dão concretude à paisagem são fixas no espaço) e sua dimensão histórica (as paisagens mudam ao longo do tempo, em função de processos naturais, mas fundamentalmente em função de processos sociais)”.

Kevin LYNCH, cuja obra está entre as pioneiras em estudos de percepção ambiental, também considera que a paisagem desempenha um papel social. Para o arquiteto, “o ambiente identificado, conhecido de todos, fornece material para lembranças comuns e símbolos comuns, que unem o grupo e permitem a comunicação dentro dele. A paisagem funciona como um sistema vasto de memórias e símbolos para a retenção das idéias e da história do

grupo”. Desta forma, continua, “a organização simbólica da paisagem pode ajudar a reduzir o medo de estabelecer uma relação emocionalmente segura entre o homem e o meio ambiente (...). Há uma sensação agradável na familiaridade ou certeza de uma paisagem conhecida” (1960:140).

O papel social da paisagem também é destacado pelo geógrafo ROUGERIE *apud* BLEY (1999:123), que estabeleceu uma relação mais íntima entre paisagem e a geografia. Para o autor, “a Geografia consiste em localizar fatos, apreender diferenciações do espaço terrestre e comparar conjuntos desvendando seu dinamismo interno e suas relações recíprocas”. A expressão material dessas diferenciações do espaço seriam as paisagens, que devem ser desdobradas em vários componentes a fim de serem melhor compreendidas.

Assim, a paisagem deve ser considerada levando em conta seus aspectos sociais, históricos, políticos, culturais, etc. Esta concepção está voltada para o que se poderia chamar de paisagem social, visão que vários geógrafos são adeptos como J.B. Jackson que diz que a paisagem deve ser vista “como reflexo de valores sociais e padrões culturais, como expressão da maneira de viver (...)”, e Milton Santos quando diz que na paisagem “o seu traço comum é ser a combinação de objetos naturais e de objetos fabricados, isto é, objetos sociais e ser o resultado da acumulação da atividade de muitas gerações” (BLEY, 1999:124).

A paisagem também pode ser definida a partir da concepção de um espaço subjetivo, sentido e vivido, individualizado, de cada ser humano. Essa é uma concepção atualmente utilizada por arquitetos, psicólogos, sociólogos e, também, geógrafos. A partir dessa linha pode-se analisar a conduta de indivíduos e de comunidades no sentido de trabalhar pela solução de problemas de reestruturação da paisagem cotidiana.

A questão do valor da paisagem é também fundamental para sua compreensão. Uma corrente filosófica afirma que o homem em todos os atos e diante de todos os fatos, define,

analisa, rejeita, aceita ou rejeita, isto é, estabelece uma valoração, um juízo de valor.

Esses valores, cujo julgamento é polêmico, podem ser relativos ou absolutos e ter uma hierarquia. A partir dessa premissa, pode-se indagar: uma paisagem considerada bela, um valor relativo, pode ser sacrificada em função do desenvolvimento econômico, um valor absoluto? A questão, difícil de ser respondida, resume-se em como se pode classificar hierarquicamente o que tem mais valor, o desenvolvimento ou uma bela paisagem. Quando esta paisagem é aproveitada como recurso em alguma atividade econômica, por exemplo, ela passa a ter um outro valor? Assim freqüentemente se julga, nem sempre apropriadamente, para a tomada de decisões, se a paisagem tem valor utilitário, financeiro, comercial ou somente estético.

Para LACOSTE *apud* BLEY (1999:126), a paisagem tem um valor de mercado, pois nas adjacências de toda paisagem de beleza já consagrada, há especulação imobiliária. Já as paisagens, cujas belezas que não são tão consagradas, são manipuladas ou construídas por arquitetos, paisagistas e geógrafos para tornarem-se com valor de mercado. Lacoste concorda com este tipo de intervenção desde que estes profissionais não tentem construir uma paisagem estática como num quadro ou fotografia, mas considerando sua dinâmica.

Entre os pioneiros no estudo sobre o valor das paisagens está LOWENTHAL (BLEY, 1999:126) que não concorda com que as preferências e o valor de determinada paisagem estejam vinculados apenas à beleza. Segundo o autor, a preferência estética é apenas uma das muitas formas de vínculo com a paisagem.

Para o arquiteto MACEDO (2002:185-7), que adota como conceito de paisagem “a expressão morfológica das diferentes formas de ocupação e configuração de um território e, portanto, da transformação social do ambiente em um determinado tempo”, podem ser arroladas como qualidades definidoras de valor paisagístico de um determinado espaço os

seguintes atributos:

- a) Excepcionalidade - se o lugar ou um segmento qualquer da paisagem se destaca morfológicamente em relação ao seu meio imediato ou ao conjunto de paisagens;
- b) Estética – um atributo totalmente dependente dos padrões culturais da sociedade em um determinado momento histórico;
- c) Afetividade – uma comunidade convivendo por longo período com algumas estruturas morfológicas, incorpora tais estruturas no seu cotidiano;
- d) Simbolismo – um valor atribuído a um lugar, um edifício, onde um evento social cívico ou religioso se efetivou em algum momento da história da comunidade ou marcou uma conquista material.

Segundo este autor, estes atributos são muito dependentes do movimento natural de transformação cultural das comunidades, que têm sido altamente influenciadas pelos meios de comunicação de massa, que criam e recriam padrões. Dessa forma, por todo o país, alguns “pontos” são então destacados pelo consenso popular ou pela mídia com é o caso do mar, da praia, que são a principal atração paisagística do momento.

Outras formas de vínculo com a paisagem, segundo GOLD & BURGESS *apud* BLEY (1999:127) seria a satisfação de nossas necessidades básicas como os locais que representam o abrigo, proporcionam o prazer, marcaram ou resgatam o passado, etc. Esses autores questionam, então, por que as paisagens belas são preferencialmente preservadas e não se consideram as paisagens que funcionam como pano de fundo da vida cotidiana, cujas mudanças são perturbadoras e violentas para a maioria das comunidades que, geralmente, sentem profunda afeição pelos lugares onde vivem.

Nesse sentido, os planejadores e o poder público não podem, sozinhos, decidir sobre

a valorização das paisagens sem considerar o envolvimento ativo das populações nas questões ambientais em geral.

A preferência por determinadas paisagens em detrimento de outras, pode, muitas vezes, estar atendendo somente um público seletivo, como os turistas por exemplo, e estar descaracterizando e comprometendo o vínculo afetivo, cultural e histórico que as comunidades têm com determinados lugares e paisagens.

Assim, para uma melhor avaliação e intervenção em uma paisagem é preciso detectar como ela está sendo percebida pelos vários sujeitos a ela relacionados, direta ou indiretamente, através da identificação de quais elementos estão sendo valorizados (valor estético, valor utilitário, valor da paisagem vivida, valor de mercado, etc).

2.2.1. Paisagem e Turismo

A paisagem é um dos motores fundamentais do turismo que aproveita o espaço tanto por seu valor paisagístico como pelas condições ambientais existentes (clima, vegetação, etc). A apropriação do espaço pelo turismo se dá por meio de várias formas de consumo: serviços de hospedagem, alimentação, lazer, e do consumo da paisagem (CRUZ, 2002).

A paisagem é a porção visível do espaço e se constitui como um dos mais importantes elementos da atratividade dos lugares para o turismo e é o seu valor estético, ditado por padrões culturais, que está em voga. Conforme YÀZIGI *apud* CRUZ (2002:109):

“A paisagem, indissociável da idéia de espaço, é constantemente refeita de acordo com os padrões locais de produção, da sociedade, da cultura, com os fatores geográficos e tem importante papel no direcionamento turístico. Não se trata de dizer que ela seja a única forma de atração, mas que pesa muito no contexto de outros fatores (...). O turismo depende da visão.”

Por ser um ente cultural, a paisagem é portadora de signos, do imaginário presente no

espaço (CRUZ, 2002). Dessa forma, as paisagens destacadas, criadas, recriadas, manipuladas ou copiadas pelo turismo são tentativas de se reproduzir os signos que povoam o imaginário de turistas.

E o turista busca na viagem a mudança de ambiente, o rompimento com o cotidiano, a realização pessoal, a concretização de fantasias, a aventura e o inusitado, e quanto mais exótica e encantadora for a paisagem, mais atraente vai ser para o turista (RODRIGUES, 2001b). Quando a publicidade, verbal e visualmente, confirma tudo o que o turista espera, ela produz os impactos atrativos necessários, mesmo que tenha, propositadamente, selecionado o que ver e como ver.

A mídia corrobora para a valorização, em determinado momento histórico, de determinadas paisagens. As paisagens naturais, por exemplo, destacam-se atualmente. Para LUCHIARI *apud* CRUZ (2002:110), a valorização deste tipo de paisagem representa “o mundo exterior que queremos preservado para não colocar em evidência o que fizemos com nossas cidades, com os nossos meios ambientes, com as nossas paisagens”.

É baseado neste princípio que a paisagem é bastante utilizada como imagem turística em prospectos publicitários para divulgar os espaços turísticos, onde os promotores de viagem resgatam o imaginário coletivo e o exploram no meio publicitário. A imagem de um lugar é fundamental para esses agentes sociais: o turista e as operadoras turísticas. Para SILVA (1997:92), muitas vezes, essa imagem não é real, pois a cidade é maquiada “transformando em efêmero o que poderia e deveria ser mais permanente”.



Figura 02 - Foto utilizada no *site* da SETUR para divulgar Canoa Quebrada. Apelo à beleza cênica das falésias e ao sentimento bucólico.

Fonte: SETUR, 2002.

CASTRO (2002:129) ressalta, todavia, que a paisagem evoca um conteúdo simbólico coletivo que motiva decisões individuais na atividade turística. Isso quer dizer que embora haja uma proliferação de paisagens produzidas pela publicidade, o seu efeito sobre decisões individuais se dá também em função do que essas imagens provocam em quem as recebe. Conforme esta autora, cujos argumentos fundamentam-se na geografia humanística, “pesquisas têm procurado demonstrar que existe uma estética da paisagem socialmente estabelecida, na qual reside sua potencialidade de despertar imagens e lembranças adormecidas no imaginário social (...)”.

Dessa forma, a importância da paisagem como imagem atrativa para o turismo vai muito além da lógica de uma mercantilização eficiente, mas obedece também a lógica das manifestações da cultura e do imaginário social. Assim, “algumas escolhas (realizadas por turistas) não são devidas sempre ao argumento econômico, mas à existência de postulados cujo imaginário facilita a aceitação *a priori*” (*op. cit.*:130). Pode-se aferir, então, que a paisagem é um recurso para o turismo porque ela é um bem social. Assim, não existe uma paisagem turística, mas uma paisagem socialmente valorizada.

Do exposto, conclui-se que turismo e paisagem possuem relações intrínsecas cuja análise não se esgota aqui. Entretanto, uma reflexão fundamental deve ser feita: o turismo, principalmente no Brasil, deteriora o que mais é valorizado para seu fomento: a paisagem. Sabiamente conduzido, o turismo – comparado à mineração ou à indústria - deveria ser uma das atividades econômicas cujas formas de exploração menos degradassem o ambiente.

Outro aspecto relevante diz respeito a quem se destina a valorização da paisagem. Para YÁZIGI (2002:9), “não pode haver turismo sadio sem, que antes de tudo, haja uma preocupação com a dignidade do cotidiano das pessoas que habitam o lugar e seus envolvimento com o destino comum”. MENESES (2002:60) também demonstra essa preocupação quando afirma que “(...) a paisagem deve destinar-se, primeiro aos habitantes, sem detrimento, é claro, da partilha com os de fora. Isso significa que políticas oficiais de preservação e valorização da paisagem que não passem pelo eixo do cotidiano e do trabalho estão, já de início, comprometidas ou são suspeitas”.

2.3. Lugar

As idéias de espaço e lugar não podem ser definidas uma sem a outra. Para RELFH *apud* MACHADO (1999:98), não há “limites precisos entre espaço, paisagem e lugar como fenômenos experienciados: lugares contém paisagens, paisagens e espaços contêm lugares”.

A noção de lugar pressupõe a percepção do mundo pelo homem, pois é através de seu corpo, de seus sentidos que ele constrói e se apropria do espaço e do mundo. Assim, o lugar é a porção do espaço apropriável para a vida de seus moradores – é o bairro, a rua, a praça – vivido, conhecido e reconhecido em todos os cantos.

Para RODRIGUES (2001:32), “O lugar, como categoria filosófica, não trata de uma construção objetiva, mas de algo que só existe do ponto de vista do sujeito que o

experencia.(...) O espaço pode transformar-se em lugar, à medida que adquire personalidade, torna-se vivido. A percepção e o intelecto, por meio da experiência vivida e compartilhada, constroem o lugar na subjetividade e na intersubjetividade”.

Dessa forma, o lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar. “O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida” (CARLOS, 1996:29).

Para esta autora, a produção espacial realiza-se, então, no plano cotidiano e aparece nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar, num momento específico. Disso decorre que “cada sociedade produz seu espaço, determina seus ritmos de vida, formas de apropriação expressando sua função social, projetos, desejos” (*op. cit.*: 30).

Todavia, apesar de o lugar se definir, inicialmente, como a identidade histórica que liga o homem e ao local onde se processa a vida, cada vez mais o lugar se vê influenciado, ou mesmo ameaçado, por suas relações com um espaço mais amplo, o espaço mundial. Assim, o lugar se apresentaria como o ponto de articulação entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento.

De fato, as realidades e peculiaridades locais passaram a ter uma expansão global de onde decorrem relações culturais de mútuo atrito, contaminação e inter-relação entre todos os lugares. Para DUARTE *apud* FERRARA (2002:80), “Não é por outra razão que os temas de debates, análise e crítica que envolvem peculiaridades locais são hoje mais atuais do que jamais o foram”.

Milton Santos (1997 b:252) enfatiza a importância da análise do lugar como forma

de se compreender o mundo e o indivíduo. Afirma que: “Cada lugar é, à sua maneira, o mundo. (...) Mas, também, cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais. A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade”.

Os lugares humanos podem variar em tamanho. Uma poltrona perto de uma lareira, por exemplo, é um lugar, mas o estado-nação, apesar de estar além da experiência direta da maioria das pessoas, pode também transformar-se em lugar através do meio simbólico da arte, da educação, do esporte e da política (TUAN, 1983).

Quanto a essa questão, CARLOS acrescenta que “o lugar não seria definido apenas pela escala mas como parte integrante de uma totalidade espacial fundamentada na divisão espacial do trabalho como produto direto de uma morfologia social hierarquizada”.

O geógrafo Yi-Fu TUAN (1980) utiliza o neologismo topofilia para designar o amor humano ao lugar, ou seja, num sentido mais amplo, todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material.

Para o autor, o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. Entretanto, TUAN (*op. cit*) considera que a verdadeira topofilia se exercita em dimensões espaciais reduzidas e homogêneas, pois é mais fácil as pessoas se identificarem e se afeiçoarem a elas.

Dessa forma, a rua aparece como elemento importante de análise, pois é a dimensão concreta da espacialidade que melhor traduz e desperta o sentido de lugar, de onde se pode apreender os gestos, os olhares, o imprevisto, o espontâneo, o cotidiano.

A rua está no nível do vivido, onde se encontram a vida e fragmentos de vida, onde o homem aparece ora como vítima, ora como subversivo. Nela se tornam claras as formas de

apropriação do lugar e da cidade, onde afloram as diferenças, as contradições que permeiam a vida cotidiana, assim como as tendências de homogeneização e normatização impostas socialmente.

Para CARLOS (1996), a rua pode ter vários sentidos. Destaca-se aqui o sentido da segregação social, pois as ruas apontam a hierarquia social através de uma hierarquia espacial marcada nas formas de uso, e o sentido de encontro, confirmado por LEFEBVRE *apud* CARLOS (*op. cit.*), que afirma que “à medida que a rua perde a característica de lugar de encontros ou de solicitações e de aventuras, quando ela se esvazia (...), a cidade se transforma em deserto lunar”.

Um aspecto importante a ser considerado diz respeito ao sentido de lugar que os novos moradores incorporam em suas vidas de forma diferenciada dos nativos de uma localidade. Estes últimos estão submetidos “a uma convivência longa e repetitiva com os mesmos objetos, os mesmos trajetos, as mesmas imagens, de cuja construção participava: uma familiaridade que era fruto de uma história própria, da sociedade local e do lugar” (SANTOS, 1997 b:264). Para o migrante, o novo morador, não há passado no novo lugar. A nova residência obriga a novas experiências, e sua afeição ao lugar e seu discurso são menos contaminados pelo passado e pela rotina. “Cabe-lhes o privilégio de não utilizar de maneira pragmática e passiva o prático-inerte (vindo de outros lugares) de que são portadores”. Dessa forma, os nativos olham muito para o passado, enquanto os novos moradores olham para o futuro e para SARTRE *apud* SANTOS “é o futuro que comanda as ações do presente”.

Outro aspecto bastante discutido por vários autores refere-se à ação do turismo na fragmentação do lugar ou, para alguns, na construção de não lugares⁶.

⁶ Os autores que trabalham com essa categoria, esclarecem que o não lugar, cujo termo foi preconizado por Marc Augé, não é a simples negação do lugar, mas a construção de outra coisa, produto de outras relações.

Para CARLOS (1996 b), que considera o lugar como produto do estabelecimento de uma identidade que se dá por meio de formas de apropriação para a vida pela comunidade, muitas vezes, o espaço produzido pelo turismo é sem história, sem identidade, é não lugar.

Para a autora, a indústria do turismo produz comportamentos e modos de apropriação que distanciam os visitantes dos verdadeiros lugares, fazendo-os ignorar a identidade, a história, a cultura, o modo de vida da comunidade local. Dessa forma, fragmenta os lugares, exclui-se o feio e só mostra o que interessa.

FERRARA (2002:80) confirma essa tese quando diz que “o turismo suscita a crença de que o cotidiano é um só, em um mundo que se reencontra em todos os lugares”. Para ela deveria existir um outro turismo que propiciasse a criação, a recriação, a invenção da imagem e a transformação do olhar na possibilidade de conhecer o mundo: “Esse outro turismo possibilitaria devolver ao turista o prazer do viajante na descoberta dos lugares que não são previsíveis, que precisam ser descobertos sem planos, pacotes, guias ou horários”.

Destacadas estas questões de cunho teórico que deverão fundamentar a compreensão do processo de apropriação e produção do espaço de Canoa Quebrada, buscou-se identificar, no presente estudo, no quarto capítulo, valores e experiências de diversos agentes, que têm um papel fundamental na formação da percepção individual e coletiva de Canoa Quebrada no que se refere ao seu espaço vivido, percebido e imaginado, suas paisagens e seus lugares.

CAPÍTULO 3

CANOA QUEBRADA – Praia de Encantos e Desencantos

3.1. O município de Aracati

Aracati data de 1603, quando foi erguido o forte de São Lourenço, tornando-se povoado edificado sobre uma vasta planície à margem direita do rio Jaguaribe. Vinha a elevar-se à condição de cidade somente em 1842 (PDDU, 2000).

O município localiza-se na porção nordeste do Estado do Ceará, distando sua sede 122 Km de Fortaleza. Ao norte, faz limite com o Oceano Atlântico; ao sul, com os municípios de Itaiçaba, Palhano e Jaguaruana; a leste, com o estado do Rio Grande do Norte e o município de Icapuí; e a oeste, com os municípios de Beberibe e Fortim (ver Figura 03).

Seus principais acessos são a BR 304, que interliga a capital do estado do Ceará ao município de Mossoró, no Rio Grande do Norte, através da BR 116; e a CE 040 que propicia o acesso aos municípios de Itaiçaba e Fortim, bem como aos demais municípios da costa leste, no sentido de Fortaleza.

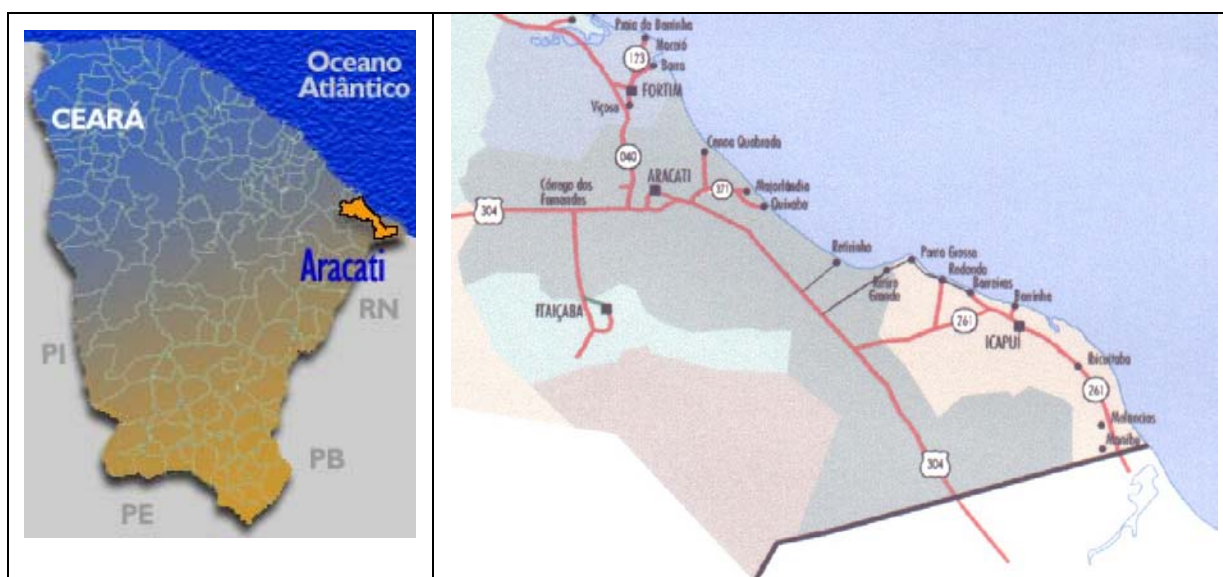


Figura 03 – Localização e Acessibilidade do Município de Aracati no Estado do Ceará

Fonte: Site www.municipios-ce.com.br / DERT, 2002.

Segundo o historiador Pompeu Sobrinho, o Brasil teria sido descoberto no Aracati, a 02 de fevereiro de 1500 (dois meses antes do desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro, na Bahia), pelo navegador espanhol Vicente Yanez Pinzon, que aportara no local denominado Ponta Grossa ou Jabarana (então, cabo de Santa Maria de la Consolacion).

A importância deste município no contexto estadual, desde o início do século XVIII, decorre do pioneirismo nas famosas Charqueadas, instaladas no estuário do rio Jaguaribe. Possuidor de zonas sertaneja e praiana, Aracati manteve-se por muito tempo, em função da produção e comercialização da carne bovina abatida e do couro, como a localidade de maior influência no processo de formação econômica, social e política do povo cearense, a ponto de concorrer com Fortaleza, o centro administrativo da Capitania, desde 1726.

GIRÃO (1989:65-7) confirma: “Aracati, como porto de mar acessível, relativamente próximo do Recife e de Salvador, tornou-se, mesmo antes de ser elevada à Vila, o pulmão da economia colonial da Capitania, cuja riqueza era, em maior parte, por ela transitada. (...) Com as charqueadas, as rendas cresceriam e mais ainda, a Vila. Aracati exteriorizava sua opulência na arquitetura e no trato social (...)”.

As condições geofísicas do litoral pastoril do Ceará favoreceram o surgimento desta indústria: matéria-prima abundante; ventos constantes e baixa umidade relativa do ar, favoráveis à secagem e à duração do produto; existência do sal e barras acessíveis à cabotagem da época.

O declínio das charqueadas e da criação de gado deveu-se, sobretudo, em virtude das secas, notadamente a conhecida “seca dos três setes” (1777), quando o Ceará perdeu parte do rebanho e ainda ganhou um competidor no comércio da carne seca: o Rio Grande do Sul. Assim, uma outra atividade econômica, a plantação do algodão, rompeu com o exclusivismo pastoril no Ceará, assumindo papel de destaque na economia cearense, elevando a

importância de Fortaleza como centro coletor e exportador. O advento da ferrovia e a abertura de rodovias reforçaram o papel polarizador de Fortaleza, restando às cidades do interior a função de centros de redistribuição de produtos industrializados ou adquiridos em Fortaleza e de centros coletores de pequena produção das fazendas interioranas.

Dessa forma, a maioria dessas áreas de produção elegeu a Capital como centro de remessa de algodão, em detrimento do porto de Aracati, a montante da foz do Jaguaribe, de acesso menos fácil aos barcos de maior tonelagem. Com o emprego de navios a vapor, após 1860, o porto do Aracati tornou-se inviável mesmo no Fortim, o que, juntamente com os outros fatores, conduziu a cidade à estagnação.

Na atualidade, Aracati constitui-se em base física e cultural de realizações decorrentes de empreendimentos agro-industriais e industriais; da polarização comercial que exerce na porção do litoral leste e no corredor estruturado pela bacia do Jaguaribe; e da atratividade turística de seu território constituído por recursos naturais que lhe conferem paisagens ímpares e por um patrimônio cultural edificado que, por sua importância histórica, foi tombado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Outro destaque recente do município tem sido o setor da carcinicultura que vem crescendo bastante com amplas perspectivas perante o mercado internacional.

Como patrimônio paisagístico do Município são destaques as praias de Canoa Quebrada, Majorlândia e Quixaba com seus campos de falésias, dunas e mananciais. Outro recurso exuberante na paisagem é o Rio Jaguaribe que, por uma questão cultural e também em razão do descumprimento da legislação ambiental, não tem sido devidamente valorizado, tendo suas margens ocupadas indiscriminadamente e seu leito utilizado como depósito de dejetos. A zona rural dispõe também de elementos paisagísticos com potencialidades para exploração turística de natureza rural como lagoas, casas de engenho e casas de farinha.

Além disso, o Município também é um pólo de produção de rendas e labirintos, assim como realiza um carnaval de rua tradicional que atrai um contingente populacional flutuante da ordem de 200.000 mil pessoas (PMA, 2000).

Todo esse patrimônio, inclusive o edificado da Sede do século XVIII e XIX, faz com que o turismo se constitua em uma atividade de extrema importância em Aracati, com dimensões que o colocam na posição de pólo turístico regional, estadual, nacional e internacional.

Ao longo da costa, algumas praias e comunidades mantêm-se ainda incólumes devido à falta de acesso, preservando ares primitivos. Entretanto, investimentos são feitos na área imobiliária e em estruturas receptoras do turismo, de forma individualizada, em sítios em que o ambiente requer uma abordagem sistêmica e abrangente.

O que se observa é que esta atividade tem sido tratada pelo poder público de forma, às vezes, amadora, que se rebata na degradação do meio ambiente e na desestruturação social e cultural da população local, aspectos que serão melhor analisados adiante.

Entretanto, a Prefeitura recentemente deu um passo importante rumo à tentativa de se preservar parte deste patrimônio ambiental e paisagístico do Município. Mediante pressão da população local, foi criada uma Área de Proteção Ambiental Municipal de Canoa Quebrada – APA-CQ, nos moldes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC⁷, com vistas a proteger seus campos dunares, falésias, mananciais e manguezal do rio Jaguaribe.

⁷ Uma Área de Proteção Ambiental, segundo a Lei nº 9985/2000 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, art. 15, é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

3.2. A APA Municipal de Canoa Quebrada

Em 1989, foi elaborado o ante-projeto da APA de Canoa Quebrada que, após anos de trabalho de conscientização na comunidade e junto à municipalidade, transformou-se na Lei nº 01/97, que determina os limites da Área de Preservação Ambiental e Paisagística da Zona Costeira do Município de Aracati.

O Conselho Comunitário de Canoa Quebrada, então, elaborou a regulamentação da Lei, através da Lei nº 40/98, na qual também foram criados a Área de Relevante Interesse Ecológico, ARIE – Estêvão, com área de 200 hectares, e o Conselho Deliberativo da APA-CQ, órgão que tem por finalidade fiscalizar a APA-CQ juntamente com o Comitê Gestor.

O território da APA de Canoa Quebrada compreende trecho da faixa litorânea do Município, incluindo falésias, dunas móveis e fixas, mangue, mananciais e lagoas, além dos povoados de Canoa Quebrada, Estêvão, Canavieira, Cumbe e Beirada.

Em 2001, a Lei nº 052/01, atualizando a anterior, foi aprovada pela Câmara Municipal ampliando a área da APA para 6.340,7543 hectares, com perímetro de 38.139,22 metros.

De acordo com a lei, a criação da APA de Canoa Quebrada teve por objetivos:

- “ a) proteger as comunidades bióticas nativas, as dunas fixas e móveis, as paleodunas, as falésias, as gamboas, as lagoas perenes e intermitentes, os mangues, as formações geológicas de grande potencial paisagístico, os arrecifes e os solos;*
- b) proporcionar e desenvolver na população regional uma consciência ecológica e conservacionista através de métodos e técnicas apropriadas ao uso do solo, de maneira a não interferir no funcionamento dos refúgios ecológicos”.*

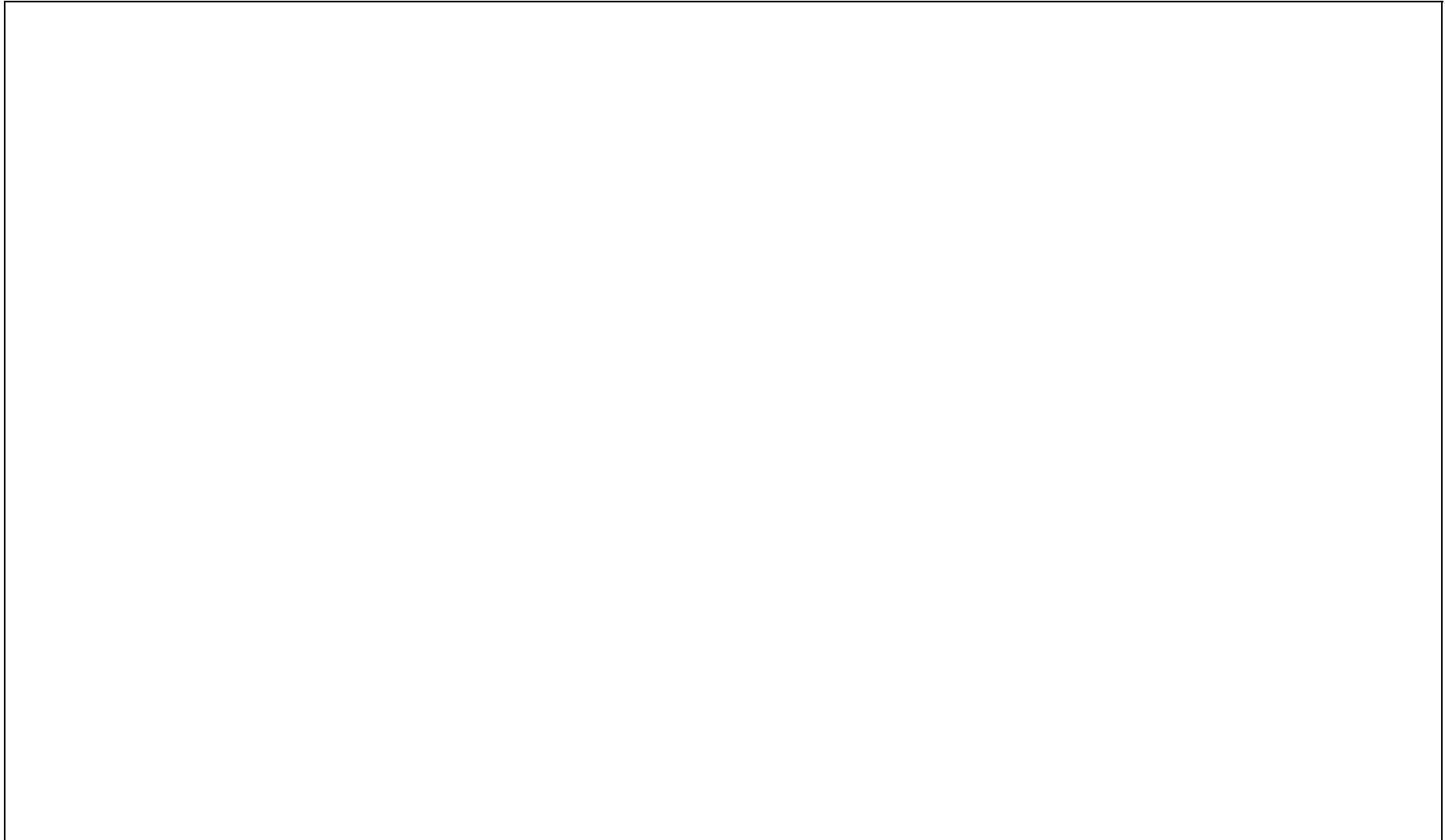


Figura 04 – Localização da APA no Município de Aracati .

Fonte: PMA/PDDU Aracati, 2000.

O grande patrimônio ambiental e paisagístico da APA de Canoa Quebrada compõe-se basicamente das unidades geomorfológicas mais notáveis da região que são as planícies litorâneas e fluviais.

A área da planície litorânea abrange campos de dunas, superfície de deflação, praias, planícies flúvio-marinhas, falésias e tabuleiros. As dunas fixas e móveis, que formam os cordões, são as feições mais marcantes da faixa litorânea da APA.

O campo de dunas móveis, que se estende continuamente desde a enseada entre o complexo turístico Porto Canoa e o povoado de Canoa Quebrada até a foz do Rio Jaguaribe é, em superfície, a maior expressão dunar da região de Aracati e abrange a maior parte da APA de Canoa Quebrada.

As dunas chamadas ativas têm como uma de suas áreas fontes as areias de praia entre Canoa Quebrada e Majorlândia. Daí elas migram para o interior, na direção do limite do campo formado por dunas fixas, que são cobertas por elas, com estruturas típicas de avalanches de areia que lhes dão a característica de dunas de precipitação.

Atualmente, o campo de dunas, a oeste do núcleo urbano de Canoa, é utilizado pelos turistas, em passeio de bugres e a cavalos. A pressão exercida pelo tráfego, principalmente de veículos, resulta na degeneração das espécies vegetais fixadoras das dunas e conseqüente aumento do transporte eólico, acelerando assim o deslocamento das dunas móveis.

As falésias, que têm expressão topográfica desde Canoa Quebrada até quase Porto Canoa, são recobertas pelas dunas móveis. Em Canoa Quebrada, elas ultrapassam 30 metros. Estas falésias, que eram estáveis, estão sendo escavadas pelas ondas do mar, principalmente na região leste e, erodidas devido ao adensamento de construções em Canoa Quebrada que concentram e favorecem o escoamento da água da chuva, sem permitir que infiltre, provovendo voçorocas.

As planícies flúvio-marinhas têm influência de processos tanto continentais quanto marinhos onde se dá a mesclagem da água do mar. Neste ambiente, são gerados os manguezais como os do Rio Jaguaribe e seus afluentes na embocadura. O principal depósito flúvio-marinho da foz do Rio Jaguaribe é seu mangue que ocupa, principalmente na margem direita, 1.260 hectares.

Hidrograficamente, a APA de Canoa Quebrada pertence apenas à bacia do Baixo Jaguaribe. De todos os cursos d'água do Ceará, o Rio Jaguaribe é o mais importante, já que sua bacia drena 50% da área do Estado (72.000 km²).

São cinco os núcleos urbanos situados na APA: Canoa Quebrada, Estêvão, Canavieira, Cumbe e Beirada, os dois primeiros localizados à beira-mar e os últimos numa área situada por trás das dunas, próximos à Sede Municipal de Aracati, à margem direita do rio Jaguaribe. Canoa Quebrada e Estêvão possuem acesso independente através de uma estrada que se liga à BR-304 e os demais núcleos são acessados através da Estrada do Cumbe (para Canavieira e Cumbe) e Estrada da Beirada, que saem da Sede Municipal.

A população residente na APA era de 3.017 pessoas em 2000 e sua distribuição, segundo os núcleos, pode ser observada na tabela a seguir.

Tabela 02
População Residente na APA de Canoa Quebrada em 2000

Núcleos	Canoa e Estevão	Beirada	Canavieira	Cumbe	Total
População	1.939	279	217	582	3.017
Domicílios	502	72	54	129	757
Pessoas por Domicílio	3,86	3,79	4,02	4,51	3,97

Fonte: Secretaria de Saúde – PMA, 2001.

Canavieira e Cumbe são extensões da ocupação da Cidade de Aracati, cujas ocupações ocorrem linearmente acompanhando a Estrada do Cumbe, com predominância do uso residencial, e quase metade das habitações em taipa revestida. A paisagem dos núcleos é

marcada por carnaubais.

A população de Canaveira e Cumbe dedica-se basicamente à pesca e ao extrativismo no mangue, catando caranguejos, guaiamuns, camarão, peixe, ostra, sururu e taioba. Uma peculiaridade quanto à localização do Cumbe refere-se à sua proximidade das dunas que estão migrando em direção ao continente e ao rio Jaguaribe e, conseqüentemente, em sua direção. Caso não haja alguma ação de contenção deste avanço, dentro de alguns anos, a localidade corre o risco de ser soterrada (ver Figura 05).



Figura 05 – Algumas construções edificadas mais próximas às dunas estão sendo soterradas.
Foto: Projeto Canoa, agosto de 2002.

O núcleo de Beirada fica a 6 km da Sede, por onde se tem acesso, e 3 km de Canoa Quebrada. Alguns de seus moradores já vivem de atividades ligadas ao turismo, principalmente no *skibunda*⁸ que fica na duna próxima ao núcleo.

Mais de 60% das casas são em tijolo com bom padrão construtivo e sua distribuição espacial é esparsa, dividindo o núcleo em três ou quatro áreas chamadas por nomes diferenciados. Há uma grande concentração de viveiros de camarão próximos ao núcleo.

⁸ Esporte no qual a pessoa desce a duna sentada numa espécie de esqui e cai numa lagoa interdunar.

O núcleo de Canoa Quebrada é responsável por grande parte da atratividade turística da APA e do município de Aracati. O núcleo sofreu significativas mudanças de uso e ocupação do solo, nos últimos vinte anos. As casas de pescadores deram lugar a bares, pousadas e restaurantes. A nova geração abandonou praticamente a pesca e o artesanato e passou a voltar-se aos serviços turísticos.

A concentração de pessoas dedicadas a negócios turísticos tornou esta atividade econômica preponderante em Canoa e sua distribuição no espaço ocorreu de forma desordenada e predatória do solo e da paisagem, fato que prejudica sua imagem turística, como será melhor visto no próximo item deste capítulo.

Próximo a Canoa Quebrada, aproximadamente 250 metros a leste, encontra-se o núcleo do Estêvão (Figura 06). Habitado predominantemente por população nativa, desde a chegada de Estêvão Pereira da Silva em 1935, o casario e as dunas brancas pontilhadas por vegetação dunar compõem seu cenário paisagístico.

O núcleo busca preservar suas características rústicas e resiste à demanda turística que domina Canoa Quebrada, embora alguns moradores aluguem quartos para turistas. Em 1986, 70% da área foi desapropriada pelo Estado, que delegou à comunidade o controle da utilização das terras.

Seus moradores residem em condições precárias. Quase metade das casas é construída em taipa e não possui banheiro. A distribuição espacial das residências é espontânea, sem definição de vias e quadras.

Sua comunidade é bastante organizada e, através da Associação de Moradores do Estêvão - AME, tem mantido controle constante quanto às novas construções, com vistas a preservar a paisagem do lugar.



Figura 06 – Núcleo do Estêvão compondo uma paisagem de dunas, falésias e enseada.

(Foto da autora, dez 2002).

A presença da atividade agrícola na área da APA é pequena, voltada para a produção de subsistência, e pequeno volume de produção é destinado à comercialização, com destaque para o coco verde.

A carcinicultura na APA de Canoa Quebrada, atividade recente no Ceará que posiciona o Estado em terceiro lugar no país em volume de produção, ocupa uma área total de 140 ha em 10 unidades de criação de camarão, localizadas no Cumbe e Beirada, com uma produção média estimada em 1.120 toneladas anuais. A atividade ocupa diretamente 130 pessoas.

Alguns conflitos latentes são constatados na área decorrentes desta atividade e seus efeitos negativos vinculados à localização destes criatórios que têm sido instalados em apicuns⁹ ou em antigas salinas, pois tais áreas estão situadas próximas às gamboas, pequenas ramificações do rio Jaguaribe que possuem ligação com o manguezal, e que recebem diariamente despejos dos tanques de camarão contendo algas, matéria orgânica e nutrientes

⁹ Os apicuns ou salgados são planícies de inundação que, no Rio Jaguaribe, localizam-se alguns centímetros acima do nível de maré alta e que são recobertas de água salgada apenas nas marés de sizígia (luas cheias e nova). A evaporação torna a planície muito salina e seca. Neste caso, o pH torna-se alcalino pelo sal, que também não permite o desenvolvimento de vegetação e matéria orgânica, além de compactar o solo (Diagnóstico SócioAmbientaI da APA de Canoa Quebrada – Projeto Canoa. PMA, 2002).

minerais, elementos que podem comprometer a qualidade da água do rio e do mangue.

Estudos estão sendo realizados, atualmente, para avaliar o grau de comprometimento desta atividade na mortandade de caranguejos e peixes que está ocorrendo na região.

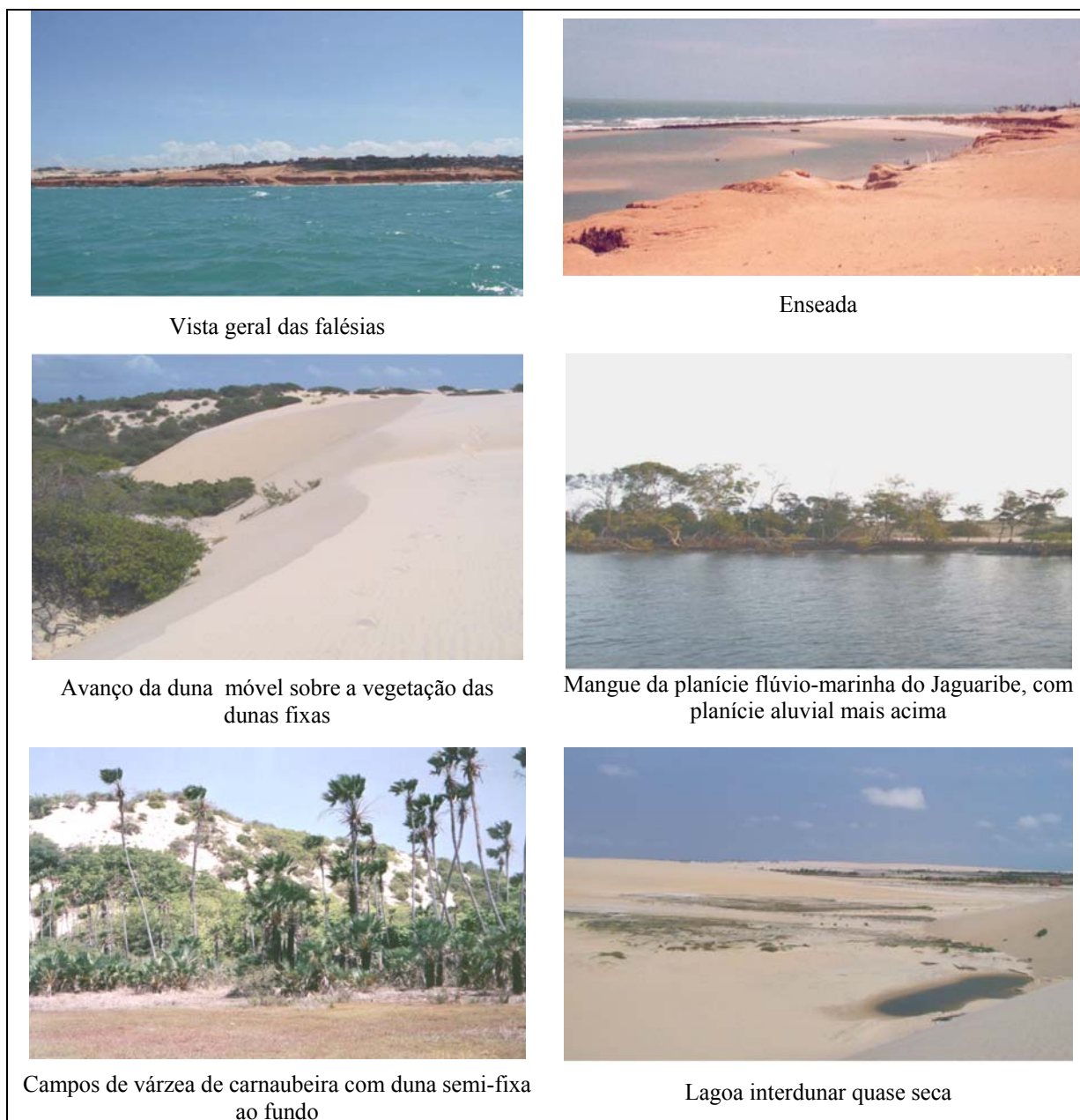


Figura 07 – Fotos de paisagens naturais da APA de Canoa Quebrada

Fonte: Projeto Canoa, 2002.

3.2.1. Zoneamento Ambiental da APA de Canoa Quebrada

Apesar de todo o processo que envolveu a criação da APA, até o início de 2002, nada havia sido feito para efetivar sua implementação, visto que, conforme a própria lei municipal e a Resolução do CONAMA nº 10/88, uma APA só começa a funcionar após a elaboração de seu zoneamento ambiental com estabelecimento de normas de uso e ocupação do solo.

Por ocasião da elaboração do Projeto Estruturante de Canoa Quebrada – Projeto Canoa¹⁰, foi elaborado um Plano de Gestão para a APA de Canoa Quebrada, no qual estava incluído o zoneamento e a legislação ambiental para toda a área.

O Zoneamento Ambiental da APA de Canoa Quebrada, tal como foi considerado no projeto, é o instrumento que estabelece a ordenação do território da APA e as normas de ocupação e uso do solo e dos recursos naturais. Consiste na organização do espaço da APA em áreas/zonas com indicação de usos diferenciados e normas específicas, considerando-se as peculiaridades ambientais da região, em sua interação com processos sociais, culturais, econômicos e políticos, vigentes ou previstos para a APA.

O zoneamento proposto foi formulado a partir do grau de conhecimento da biodiversidade da APA e da identificação e avaliação dos problemas e conflitos, das oportunidades e potencialidades decorrentes das formas de conservação da biodiversidade, uso e ocupação do solo e da utilização dos recursos naturais da área. Todos estes elementos compuseram o primeiro produto do Plano de Gestão que foi o Diagnóstico SócioAmbienta da APA de Canoa Quebrada, elaborado no início de 2002.

Desta forma, no estabelecimento das zonas da APA, foram consideradas as seguintes

¹⁰ O Projeto Canoa envolveu a elaboração de um Projeto de Requalificação Urbana dos núcleos de Canoa Quebrada e Estêvão e um Plano de Gestão Ambiental da APA de Canoa Quebrada. Foi escolhido pelo Governo do Estado entre cinco projetos estruturantes elencados no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracati – PDDU para ter sua execução parcialmente financiada pelo Banco Mundial. Os componentes do Projeto estão melhor detalhados no próximo item deste capítulo.

peculiaridades ambientais e condições de ocupação:

- Grandes mosaicos de paisagem;
- Territórios em expansão ou retração (ex.: dunas móveis e fixas);
- Padrões geomorfológicos e terrenos com características geotécnicas vulneráveis, submetidos a formas de ocupação intensivas e degradadas, em termos físicos e sanitários;
- Áreas com potencial paisagístico e atributos climáticos ou hidrológicos para atividades de turismo ambiental (ex.: lagoas interdunares);
- Nucleações urbanas.

Cada área ou zona ambiental identificada e delimitada apresenta uma homogeneidade interna que traduz um certo padrão ambiental. Nesse sentido, essas áreas foram classificadas segundo seus padrões, ou seja, que se enquadrassem em uma tipologia capaz de refletir a política de gestão para cada uma. A tipologia adotada (Áreas/Zonas de Preservação Permanente, Proteção Especial, Proteção Prioritária e Conservação) obedeceu os seguintes princípios:

- Áreas de Preservação Permanente – correspondem a situações já enquadradas e definidas pelo Código Florestal ou por outros instrumentos legais que regulamentam situações específicas;
- Áreas de Proteção Especial – correspondem a situações específicas de vulnerabilidade e podendo ampliar as ocorrências protegidas pelo Código Florestal ou por outros instrumentos legais. Devem receber alta proteção às peculiaridades ambientais e promoção a usos e atividades compatíveis com aspectos ambientais;
- Áreas de Proteção Prioritária – correspondem a situações que devem receber alta

proteção às peculiaridades e grande restrição aos usos existentes;

- Áreas de Conservação – a política nessa categoria de zona é admitir a ocupação do território sob condições adequadas de manejo dos atributos e recursos naturais, ou seja, consiste numa política de uso sustentável. Nessas áreas, condições ambientais já alteradas pelo processo de uso e ocupação do solo apresentam níveis diferenciados de fragilidade, conservação e degradação, devendo ser aplicados programas de recuperação ambiental.

Seguindo esses padrões, foram definidas como áreas/zonas da APA de Canoa Quebrada (ver mapa do zoneamento na Figura 09):

I – Área de Preservação Permanente 1 (Planície Flúvio-Marinha) – APP 1

II - Área de Preservação Permanente 2 (Dunas Fixas) – APP 2

III - Área de Preservação Permanente 3 (Praia) – APP 3

IIII - Área de Preservação Permanente 4 (Dunas Móveis) – APP 4

IV - Zona de Proteção Prioritária 1 (Planícies Fluviais) – ZPP 1

V - Zona de Proteção Prioritária 2 (Falésias) – ZPP 2

VI - Zonas de Conservação de Interesse Litorâneo (Superfície de Deflação) – ZCIL

VII - Zona de Conservação de Tabuleiros – ZCT

VIII - Zona de Conservação e Desenvolvimento Urbano – Canoa Quebrada – ZCDU
(esta zona foi subdividida em 09 (nove) subzonas e tratada em legislação específica)

IX - Zona de Conservação de Comunidade Tradicional 1 – Canavieira – ZCCT 1

X - Zona de Conservação de Comunidade Tradicional 2 – Cumbe - ZCCT 2

XI - Zona de Conservação de Comunidade Tradicional 3 – Beirada - ZCCT 3

XII - Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE do Estêvão – ARIE (esta zona foi subdividida em 5 (cinco) subzonas e tratada em legislação específica).

Para cada zona, foram definidos usos e condições de ocupação:

- Usos Permitidos: que não afetam os elementos e processos ambientais da APA;
- Usos Tolerados: em geral, são modalidades já presentes nas zonas ambientais, para as quais são estabelecidos critérios para expansão ou para redução de desconformidade;
- Usos Proibidos: tratam-se de atividades que causam interferências incompatíveis com os processos ambientais, que causam degradação grave ou derivações ambientais negativas, resultando em prejuízos ecológicos, sociais e econômicos.

No quadro 02, a seguir, estão listadas as principais características de cada zona estabelecida para a APA de Canoa Quebrada.

Quadro 02
Características das Zonas da APA de Canoa Quebrada

<p>ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE 1 – APP1 (PLANÍCIE FLÚVIO-MARINHA DO RIO JAGUARIBE) AMBIENTES: Manguezal/Estuário</p>	<p>Forte influência flúvio-marinha / Formação de barras que restringem a entrada de barcos Alterações constantes nos parâmetros limnológicos: físicos, químicos e biológicos Alta produção primária / Diversidade faunística aquática elevada Baixa diversidade florística / Salinidade como fator limitante para a biota Solo predominante do tipo solonchak, com bastante matéria orgânica Estrato arbóreo alto e denso com herbáceas halófitas Principais grupos faunísticos: crustáceos, moluscos, polychaetos, peixes e aves</p>
<p>ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE 2 – APP 2 (DUNAS FIXAS)</p>	<p>Dunas fixadas por estrato arbóreo alto e denso Encoberto por dunas móveis que migram rumo ao continente e à margem direita do Rio Jaguaribe Boa reserva hídrica subterrânea / Poços no sopé para retirada da água que abastece a sede de Aracati Alta diversidade florística / Mediana diversidade faunística Solo predominantemente quartzoso / Fina camada de húmus (matéria orgânica em decomposição) Principais grupos faunísticos: aves, mamíferos e artrópodes</p>
<p>ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE 3 – APP3 (PRAIA)</p>	<p>Região da praia que, no perfil vertical, situa-se entre as marés baixa e alta Ocupa a faixa de praia entre a zona permanentemente inundada e as bermas e falésias Áreas de extrema movimentação devido ao espriamento das ondas e, pelo menos duas vezes por dia, está coberta totalmente pela água do mar Quase sempre são terrenos de marinha pertencentes ao Patrimônio da União</p>

continua

continuação Quadro 02

ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – APP4 (DUNAS MÓVEIS)	Área de grande extensão superficial com forte apelo paisagístico / Forte ação eólica Ausência de vegetação arbórea e baixa diversidade faunística / Solo predominantemente quartzoso Boa reserva hídrica subterrânea / Principal área de captação de chuvas que abastecem o lençol freático Principais grupos faunísticos: artrópodes, répteis e aves
ZONA DE PROTEÇÃO PRIORITÁRIA 1 – ZPP 1 (PLANÍCIES FLUVIAIS)	Áreas planas e baixas com razoável influência flúvio / marinha Constituída predominantemente de sedimentos finos com alto teor de sais Moderada produção primária e diversidade biológica / Estrato arbóreo alto e denso com herbáceas Principais grupos faunísticos: moluscos, peixes, aves e mamíferos
ZONA DE PROTEÇÃO PRIORITÁRIA 2 – ZPP 2 (FALÉSIAS)	Formação de paleodunas / Funcionam como dissipadores da energia das ondas do mar Faixa de falésias em processo de erosão nas áreas de Canoa Quebrada e Estêvão devido à dinâmica costeira e à ocupação antrópica
ZONA DE CONSERVAÇÃO DE INTERESSE LITORÂNEO - ZCIL	Região de pós-praia de onde o vento retira areia para alimentar as dunas móveis / Forte ação eólica Raros indivíduos arbóreo/arbustivo / Domínio do estrato herbáceo (vegetação pioneira) Moderada diversidade faunística e florística / Principais grupos faunísticos: crustáceos, moluscos e aves Razoável reserva hídrica subterrânea / Solo predominantemente quartzoso
ZONA DE CONSERVAÇÃO DOS TABULEIROS - ZCT	Terrenos mais estáveis da planície litorânea / Propicia a cultura de subsistência e intensiva Razoável ação eólica / Solo predominantemente argiloso (grupo barreiras) Estrato arbóreo relativamente denso e herbáceo insignificante / Troncos finos com densa copa Razoável reserva hídrica subterrânea / Lençol freático mais profundo que as outras zonas Alta diversidade faunística e florística / Principais grupos faunísticos: artrópodes, mamíferos e aves
ZONA DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO – CANOA QUEBRADA – ZCDU	Edificações urbanas com alto adensamento / Infra-estrutura voltada ao turismo Solo argiloso (falésia) e quartzoso (dunas) / Baixa diversidade biológica Forte ação eólica / Principais grupos faunísticos: aves, répteis e mamíferos
ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO DO ESTÊVÃO - ARIE	Edificações urbanas com baixo adensamento Solo argiloso (falésia) e quartzoso (dunas) Forte ação eólica Baixa diversidade biológica Principais grupos faunísticos: aves, répteis e mamíferos
ZONAS DE CONSERVAÇÃO DE COMUNIDADE TRADICIONAL 1, 2 E 3	Ocupação urbana com baixo adensamento Solo Quartzoso (dunas) / Moderada diversidade biológica Forte ação eólica Principais grupos faunísticos: crustáceos, moluscos, peixes, aves, répteis e mamíferos

Fonte: Zoneamento Ambiental da APA de Canoa Quebrada – Projeto Canoa / PMA, 2002.

Dessas doze zonas estabelecidas, as seis primeiras foram consideradas não edificantes respaldando-se em leis federais que já protegiam algumas dessas áreas tais como o Código Florestal e a Lei que estabelece o Plano de Gerenciamento Costeiro.

Entretanto, nas zonas dos núcleos, em virtude de nelas já se encontrarem ocupações urbanas consolidadas, foram estabelecidos alguns indicadores restritivos de controle

urbanístico tais como taxa de ocupação, tamanho mínimo do lote, índice de aproveitamento, número máximo de pavimentos e taxa de permeabilidade, a fim de disciplinar a ocupação do solo.

A Zona de Conservação e Desenvolvimento Urbano de Canoa Quebrada – ZCDUCQ foi subdividida em nove subzonas em legislação urbanística específica, juntamente com o núcleo do Estêvão, cuja elaboração pautou-se na legislação da APA e do Plano Diretor de Aracati. Foram estabelecidas, além das zonas não edificantes de dunas móveis e fixas, falésias e de praia, duas zonas adensadas e três de expansão, com os indicadores urbanísticos, anteriormente citados, diferenciados em função da densidade, da topografia e da fragilidade ambiental de cada zona.

Na Zona de Conservação de Tabuleiros – ZCT, considerou-se que, do ponto de vista geoambiental, a ocupação poderia ser permitida com indicadores menos rígidos, com restrição ao tipo de atividade a ser implantada.

Quanto à Zona de Conservação de Interesse Litorâneo, localizada em superfície de deflação numa faixa paralela à zona da praia e contígua ao núcleo de Canoa Quebrada, foi destinado um trecho passível de ocupação em grandes lotes (no mínimo 5.000 m²), com indicadores bem mais restritivos que os estabelecidos para os núcleos, a fim de ser incentivada a implantação disciplinada de equipamentos de razoável porte e com baixo adensamento. Dessa forma, propicia-se uma expansão ordenada do núcleo de Canoa que, após executada sua requalificação urbana, como será visto no próximo item deste capítulo, deverá sofrer uma demanda por espaços para implantação de equipamentos voltados ao turismo.

É preciso ressaltar que o fato de uma área estar protegida ambientalmente através de uma APA não impede que ocorram atividades em seu território, mas, sim, que elas não comprometam os processos ambientais nele existentes. Dessa forma, as atividades devem assegurar não só a sustentabilidade ambiental da área, mas também as outras diversas

sustentabilidades nela imbutidas quais sejam: a sustentabilidade econômica, a cultural, a social e a institucional.

Entretanto, para que tudo isso ocorra através da efetiva implementação do Plano de Gestão da APA e, conseqüentemente, seu zoneamento ambiental, é fundamental o papel do poder público no cumprimento da lei mediante rigoroso controle ambiental e urbanístico em todo o território da APA.

Presume-se, todavia, que a Prefeitura de Aracati deverá sofrer forte pressão para que “feche os olhos” para determinados loteamentos que ameaçam ser implantados na APA sem considerar leis federais, nem tampouco leis municipais, que protegem o meio ambiente e que disciplinam o parcelamento do solo urbano. Por outro lado, a tímida, porém, dedicada participação de parte da população local no processo de elaboração do Plano de Gestão, faz crer que também deverá haver pressão contrária para que a APA de Canoa Quebrada realmente funcione como foi planejada e sonhada.



Figura 08 – Foto Aérea APA de Canoa Quebrada (sem escala).

Fonte: Projeto Canoa / PMA / GAU, março de 2002.

Obs.: A linha vermelha corresponde ao limite proposto na lei de criação da APA. A linha amarela corresponde ao limite proposto pela legislação ambiental da APA, que está vigorando desde dezembro de 2002.

Figura 09 – Zoneamento Ambiental da APA de Canoa Quebrada (sem escala).
Fonte: Projeto Canoa / PMA / GAU, março de 2002.

3.3. Um pouco da história de Canoa Quebrada

Canoa Quebrada, núcleo praiano considerado urbano por lei municipal¹¹, localizado no município de Aracati, a nordeste do Ceará, dista 13 km da sede municipal e 179 Km de Fortaleza. Seu acesso se dá através da CE-040 (que acessa outros municípios litorâneos) e, posteriormente, por estrada local asfaltada ligada à BR-304.

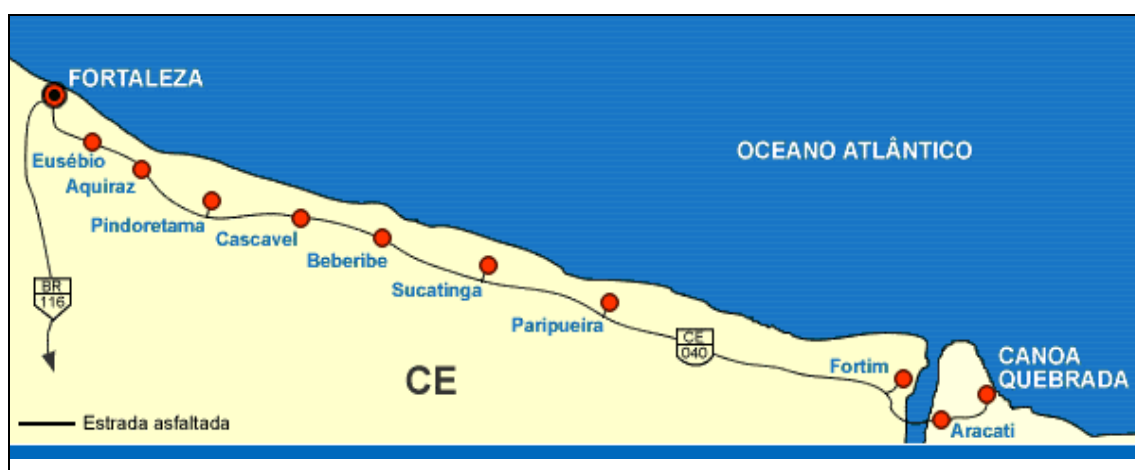


Figura 10 – Acesso Esquemático Fortaleza / Canoa Quebrada

Fonte: site: www.santuarios.com.br.

Assenta-se sobre uma superfície plana entremeada por dunas e falésias, componentes geoambientais típicos deste trecho do litoral cearense.



Figura 11 - Vista geral do núcleo de Canoa Quebrada.

Fonte: Site www.aracati.com.br.

¹¹ A Lei Municipal nº 49, aprovada em 1993, define Canoa Quebrada como área urbana estabelecendo seus limites desde o limite urbano de Majorlândia, outro núcleo praiano a leste, até 1.500 m a oeste da enseada, totalizando um faixa urbana de praia 3 Km de extensão por 1.500 metros de largura.

Segundo conta, através de versos, o poeta já falecido José da Rocha Freire (Zé Melancia)¹² o nome Canoa Quebrada deve-se ao naufrágio de um navio português que encalhou na enseada onde hoje fica o centro do núcleo, fato acontecido em 1650. O capitão Francisco Aires da Cunha vinha de Portugal com a finalidade de fundar povoados no litoral do Brasil, indo à procura de Jerônimo de Albuquerque, fundador de Natal. Saindo de Natal, o capitão foi ao encontro de Martins Soares Moreno, quando seu barco chocou-se em uma pedra e, mesmo avariado, procurou a enseada onde fica o núcleo de Canoa Quebrada, em Aracati. Os moradores de Aracati, que não conheciam embarcações além de canoas e jangadas, diziam “vamos ver a canoa quebrada na beira da praia”.

Canoa Quebrada, que até o final dos anos 70, tinha como atividades econômicas principais a pesca artesanal e a produção de labirinto¹³, sempre manteve uma dependência com a sede municipal, visto que toda a produção do artesanato e o excedente da produção da pesca eram escoados para a cidade, mediante intermediários. Outros elementos de consumo necessários à sobrevivência da comunidade eram adquiridos somente na cidade.

Um aspecto relevante em sua história refere-se à chegada, em 1932, da família Estêvão, vinda de outra colônia de pescadores de Fontainha, e que se instalou a uns duzentos metros do núcleo principal. Iniciando-se com uma organização social idêntica à de Canoa Quebrada, após algum tempo, o núcleo começou a crescer. Porém, busca preservar suas características originais até hoje.

Até 1975, Canoa Quebrada contava com uma média de 200 unidades residenciais, em sua maior parte de taipa e coberta de palha e uma população estimada de 1.000 habitantes.

¹² Zé Melancia, nascido em Canoa Quebrada, era pescador, construtor de jangadas e poeta popular.

¹³ Tipo de artesanato onde se entrelaçam os remanescentes de tecido para formação de desenhos diversos.

Em meados dos anos 70, a comunidade foi “descoberta” por outros grupos sociais ¹⁴. Eram jovens remanescentes do movimento de contestação pós anos 60, iniciado na juventude americana e européia, que se expandiu por todo o mundo, o chamado movimento *hippie* ¹⁵ (CIRINO, 1990).

Canoa Quebrada, então, para estes grupos, aparece como uma das últimas tentativas de uma sociedade alternativa, um lugar rústico onde se negava os valores de uma sociedade tecnologicamente desenvolvida. Como disse CIRINO (1990:29), “é nessa busca de um espaço idealizado que Canoa Quebrada foi descoberta e transformada num sonhado ‘paraíso’ ”.

A comparação a um paraíso se devia à riqueza natural e beleza paisagística da área e a forma simples de organização social da comunidade. Além disso, a relação que se desenvolveu entre os nativos e os forasteiros foi de plena harmonia e não teve nenhum caráter de exclusão ¹⁶. A hospedagem era de graça e se dava no próprio espaço familiar e os laços de amizade que surgiram foram grandes.

Tais fatores, aliados ao isolamento do local, corroboraram para uma crescente valorização do espaço de Canoa Quebrada para os visitantes e, conseqüentemente, para os que ali nasceram.

A valorização do espaço trouxe outro tipo de valorização: a condição de ser nativo. Os que nasceram em Canoa passaram a ter orgulho de ter nascido em um lugar considerado um “paraíso”, ressurgindo, assim, uma nova identidade com o lugar. Tal identidade foi incorporada no cotidiano da comunidade que passou a utilizá-la como instrumento de diferenciação entre os moradores do povoado. Passou a existir o nativo e o não nativo, o

¹⁴ A maioria dos canoenses confirma que foi um grupo paulista o primeiro a chegar em Canoa, em meados dos anos 70, provavelmente em razão de algumas informações sobre o local que saíram em revistas especializadas na época. Ver CIRINO, 1990.

¹⁵ Os *hippies* que chegaram nesta época também são chamados *mochileiros* por moradores de Canoa Quebrada em razão da utilização de mochilas que facilitava o acesso ao povoado transpondo-se as dunas.

¹⁶ Muitos nativos, até hoje, demonstram um certo orgulho por terem acolhido os primeiros visitantes em Canoa.

nativo e o gringo, o nativo e o paulista e assim por diante ¹⁷, com níveis diferenciados de tratamento.

O contato inicial destes visitantes no cotidiano dos nativos de Canoa Quebrada não tinha um caráter de dominação, no sentido de se moldar sua cultura, impor hábitos e valores. Entretanto, mesmo sem intenção, a mudança nos costumes da comunidade era gradual e se intensificava com o contato permanente.

A prática do nudismo e o fumo de maconha, por exemplo, eram assimilados pelos nativos, criando assim, com o tempo, uma imagem negativa do povoado para o restante do município e do estado. Para as famílias aracatienses, o paraíso de Canoa não passava de um reduto de marginais. Criou-se um conflito de valores, onde o espaço paradisíaco dos canoenses e “novos” canoenses era considerado espaço profano pelos demais.

A partir do início dos anos 80, houve um aumento significativo no fluxo de pessoas em Canoa Quebrada que passava a exigir uma nova estrutura, apesar de rústica, para acomodá-las, refletindo uma nova fase que o núcleo estava para vivenciar.

Dessa forma, a comunidade passou a crescer desordenadamente com a construção de quartos e dormitórios. As relações entre nativos e visitantes também se transformavam, passavam a ser mercantilistas. A hospedagem saía da casa para dormitórios isolados com preços de diárias diferenciados.

O aumento das atividades ligadas ao comércio e deste novo setor permitiu a acumulação de capital que foi aplicado na construção de novas casas e dormitórios. E assim, em função da maior lucratividade e menor esforço físico, grande parte da força do trabalho foi transferida do setor pesqueiro para os setores ligados à nova atividade: o turismo.

¹⁷ Ainda hoje, os moradores de Canoa Quebrada ainda se referem assim uns aos outros (nativo, não nativo, gringo, estrangeiro, paulista, gaúcha, etc).

Quanto à produção do labirinto, a confecção de grandes peças tornou-se inviável em decorrência do tempo exigido na sua produção.

Crescia também o número de turistas que se fixavam em caráter permanente na área, exercendo atividades comerciais. Essa concorrência nessa época, no entanto, não contrariava o nativo, pois o fluxo de pessoas era muito grande.

Do exposto, verifica-se que o processo de mudança ocorrido em Canoa Quebrada se deu num intervalo de tempo demasiadamente curto, conseguindo atingir todas as dimensões dos seu universo cultural e sócio-ambiental.

Um aspecto relevante a ser considerado na problemática de Canoa Quebrada diz respeito à questão da terra, da luta que passou a ser travada por sua posse com o crescimento das atividades turísticas e conseqüente expansão do povoado.

Em 1980, surgiu o primeiro que se dizia “dono” de Canoa Quebrada¹⁸, que apresentou uma escritura na justiça de Aracati tipo “porteira fechada”, ou seja, com a posse das terras e de todo patrimônio construído ali inserido¹⁹.

Nos primeiros meses de 1983, iniciou-se a abertura de uma estrada carroçável como parte de um projeto do loteamento “Paraíso da Canoa”, distante 2 Km do centro do povoado, mas que abriu precedente para seu processo de crescimento e descaracterização.

A estrada, que deu acesso ao loteamento, atravessou o espaço reservado à prática de nudismo e o cemitério, o que foi amplamente denunciado pelos jovens “descobridores” de Canoa Quebrada que não aceitavam qualquer empreendimento que pudesse ameaçar a tranquilidade do povoado. Desta forma, tentaram mobilizar a comunidade que, no entanto,

¹⁸ Fonte: Jornal da Canoa Aracati, página 4, ANO III, nº XVI, junho de 2001.

¹⁹ A estratégia mais usual de aquisição de terras por parte dessas pessoas - conhecidos como "grileiros" de terra, - é adquirir lotes a preços insignificantes, distantes da "faixa de praia" para, a partir daí, avançar em direção ao mar, demarcando áreas que englobam as terras em que moram as comunidades e que, posteriormente, são registradas nos cartórios da região em nome desses grileiros. Boa parte dessa terras, inclusive, são áreas da União. (Fonte: Boletim Marulho, 2001) .

não se sentia ameaçada, nem ofendida, pelo contrário, defendia a estrada em função dos benefícios que ela podia trazer, inclusive a energia elétrica, e repudiava a intervenção daqueles jovens que tentaram impedi-la.

Até hoje, a chegada da estrada é lembrada pelos nativos como um grande benefício para a comunidade, como reforça o depoimento de um deles:

“Antes, a gente ia pra Aracati de pé. Não tinha estrada, não tinha nada. Quando caía um doente, botava numa rede, em dois paus, arrumava oito, dez homens e ia pra Aracati. E hoje em dia tem transporte, tem tudo, né? Devido à força do turismo...”. (Sr. Fernando Freire dos Santos, nativo, 58 anos, pescador aposentado – entrevista concedida em 15 de agosto de 2002).

A superação de todos os problemas existentes de acesso e a certeza do incremento futuro nas atividades comerciais, fazia do empreendimento algo a se defender. Era o fim do “paraíso” para os seus “descobridores”, que começaram a abandonar gradativamente o povoado.

No mesmo período, um outro loteamento, o “Bahia de Santa Mônica”, localizado ao lado do anterior, foi apontado também como um dos patrocinadores da abertura da estrada. Possuía 281 lotes que começaram a ser comercializados a partir de 1982. O *folder* promocional deste loteamento valorizava sua beleza natural: “Canoa Quebrada, roteiro obrigatório do turismo brasileiro (...) um patrimônio ecológico e turístico, onde você reencontra a natureza” (CIRINO, 1990).

A estrada implantada logo foi desviada para o centro do povoado (atual rua Dragão do Mar, conhecida como “Broadway”), fomentando o fluxo de visitantes, que crescia aceleradamente. Sem dúvida, a implantação da estrada viria a ser um marco na história da comunidade que, rapidamente, perdia sua identidade e seu controle.

Por outro lado, muitos jovens não nativos continuaram denunciando e reivindicando por uma ação governamental que pudesse disciplinar o crescimento do povoado e preservar o

meio ambiente e as características rústicas e exóticas do lugar que, de alguma forma, ainda resistiam e encantavam os novos visitantes.

Para dar alguma resposta às reivindicações, a EMCETUR – Empresa Cearense de Turismo elaborou um projeto de preservação para o local, que consistia na interdição de uma faixa de praia de 9 Km de extensão por 1.500 metros de largura, objetivando a manutenção das características naturais da área proibindo a construção de obras que desfigurassem sua paisagem. Assim, não seria permitida a construção de hotéis e estradas asfaltadas, nem circulação de ônibus. Tal projeto não teve continuidade e as lutas pela terra acirravam-se cada vez mais.

Já existia nesta época a Lei Federal nº 6513, aprovada em 1977, que dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e Locais de Interesse Turístico²⁰, onde a EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo possui competência para assegurar a preservação da área e estabelecer normas de uso e ocupação do solo, podendo também firmar convênios com os governos e entidades estadual e municipal para tais fins.

Caso a EMBRATUR tivesse realizado um inventário dessas áreas, conforme estabelece a lei, e firmado convênio com a EMCETUR, que propôs o projeto de preservação na época, Canoa Quebrada poderia ter sido definida como uma Área Especial de Interesse Turístico e ter suas características paisagísticas, que fomentam as atividades turísticas, preservadas através do disciplinamento do uso e ocupação do solo.

²⁰ Conforme a lei citada, Áreas Especiais de Interesse Turístico são trechos contínuos do território nacional, inclusive suas águas territoriais, a serem preservados e valorizados no sentido cultural e natural, e destinados à realização de planos e projetos de desenvolvimento turístico.

Outro instrumento que seria capaz de deter a ameaça dos loteamentos em Canoa Quebrada era a Lei Federal nº 6766, aprovada em 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo. Tal lei estabelece que o solo só pode ser parcelado, ou seja, loteado ou desmembrado, quando ocorrer em área urbana, conforme Artigo 3º: “Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas ou de expansão urbana, assim definidas por lei municipal”. Entretanto, Canoa Quebrada só viria a tornar-se zona urbana em 1993, através da Lei Municipal nº 49. Mesmo assim, os loteamentos que surgiram em Canoa estavam registrados em cartório, o que só poderia ser feito mediante aprovação da Prefeitura de Aracati, o que não aconteceu. O que se verifica, então, é que ou houve uma total falta de conhecimento quanto às leis existentes na época, ou um total descaso por parte das autoridades competentes, no caso, o governo municipal, com o processo acelerado de ocupação que estava acontecendo em Canoa Quebrada.

Em 1984, Canoa Quebrada viveu um dos momentos mais conflitantes quanto à luta pelo espaço. Vários moradores estavam construindo casas e quartos não mais para uso próprio, mas para comercialização. Uma parcela da população não admitia esse tipo de especulação e procurou se organizar criando a primeira associação denominada “Associação dos Moradores de Canoa Quebrada” que objetivava disciplinar a construção de casas na comunidade, referenciando-se no antigo projeto da EMCETUR. A principal restrição consistia na proibição de construção de casas por não nativos e comercialização de imóveis pelos moradores. Aos nativos, só era permitida a construção para uso de sua família.

Tais tentativas não lograram em razão da associação não ter obtido respaldo junto à comunidade. Para burlar as normas estabelecidas pela associação, os nativos passaram a construir casas financiadas por pessoas de fora da comunidade, através de acordos verbais, como se fossem para uso próprio, sendo repassadas para os verdadeiros donos algum tempo depois. E, assim, cada vez mais novos moradores se fixavam em Canoa Quebrada.

Dessa forma, a terra tornou-se instrumento de acumulação de capital e o preço do solo passou a ser regulado pelo mecanismo de mercado capitalista.

E Canoa Quebrada ficou toda cercada de arame. Cada família começou a cercar um pedaço de terra de forma a garantir a propriedade para construções futuras, num processo de auto-loteamento gerador de mais conflitos e rompimentos de relações sociais indispensáveis para a reprodução do tipo de organização que existia.

As áreas livres antes existentes entre a estrada e as primeiras casas da vila, próximas à igreja, logo foram ocupadas por dormitórios, bares e restaurantes para atender o grande fluxo de turistas num processo ambicioso e desordenado que contrastava-se totalmente com as características naturais e paisagísticas da região.

Para responder às novas demandas sociais e econômicas de Canoa Quebrada e consolidar sua nova configuração espacial, em 1989, a Prefeitura instala energia elétrica no núcleo e, posteriormente, em 1992, a CAGECE instala poços de abastecimento de água.

No final da década de 80, Canoa começou a vivenciar um outro momento de sua história. Os problemas decorrentes da ocupação desordenada e predatória já se fazia sentir e também a denegrir a imagem de Canoa Quebrada. Parcela da população começou a conscientizar-se de que caso nada fosse feito, o patrimônio ambiental de Canoa não iria resistir a tanta pressão. O poder público, então, passou a ser pressionado a criar uma Área de Proteção Ambiental em Canoa Quebrada, cuja lei foi aprovada em 1997²¹.

Posteriormente, entre 1999 e 2001, Aracati experimentou um outro processo importante na implementação de uma política urbana e ambiental municipal. Através da SEINFRA, com financiamento do BIRD, a Prefeitura contratou a elaboração do Plano Diretor

²¹ Ver mais detalhes sobre a APA no item anterior deste capítulo.

de Desenvolvimento Urbano - PDDU²² de Aracati.

Tal instrumento técnico e político constituiu-se de diversos documentos destinados a estabelecer as diretrizes gerais de longo prazo para o município, num horizonte de 20 anos, culminando num conjunto normativo destinado a definir direitos e controles de interesse sócio-ambiental. Dessa forma, foram elaborados cinco documentos que representaram cinco etapas distintas no desenvolvimento do Plano: 1^a) Caracterização do Município de Aracati; 2^a) Plano Estratégico; 3^a) Plano de Estruturação Urbana; 4^a) Legislação Básica; 5^a) Projetos Estruturantes.

A Legislação Básica, constituída por instrumentos efetivos de regulação da implantação das propostas apresentadas nos Planos Estratégico e de Estruturação Urbana, aprovada e sancionada no final do ano 2000, conta com as seguintes leis:

- a) Lei de Diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracati;
- b) Lei de Organização Territorial;
- c) Lei de Parcelamento do Solo;
- d) Lei de Sistema Viário de Aracati;
- e) Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade de Aracati.
- f) Código de Obras e Posturas de Aracati.

²² Segundo a Constituição Federal de 1988, no capítulo sobre Política Urbana, toda a cidade com mais de 20.000 habitantes deve possuir, obrigatoriamente, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (o município de Aracati, segundo o censo 2000 do IBGE, possui 61.187 habitantes) . A Lei Federal nº 10.257/2001, denominada Estatuto da Cidade, que regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição, amplia a obrigatoriedade do PDDU, no artigo 41, para cidades integrantes de regiões metropolitanas, de áreas de especial interesse turístico e inseridas na área de influência de empreendimento ou atividades com significativo impacto ambiental.

A Lei de Uso e Ocupação do Solo, que objetiva estabelecer o ordenamento urbanístico da sede municipal, distritos e núcleos praianos e sua compatibilização com o meio ambiente, define, dentre outros dispositivos, indicadores urbanísticos tais como tamanhos mínimos do lote, taxa de ocupação, altura máxima dos edifícios, recuos mínimos, índices de aproveitamento para todas as zonas urbanas dentro do território do município de Aracati.

Canoa Quebrada, núcleo praiano urbano, conta, dessa forma, com mais esse instrumento normativo desde o final de 2000, entretanto, continua adversa a qualquer tipo de disciplinamento e fiscalização.

Verificou-se que o processo de elaboração do PDDU, que buscou caracterizar-se como participativo mediante a realização de duas oficinas de planejamento, não conseguiu atingir a população quanto ao conhecimento de seu conteúdo, especialmente à legislação urbanística resultante. Até mesmo os técnicos da Prefeitura desconhecem os instrumentos que têm em mãos ou não sabem operacionalizá-los.

Na quinta etapa de elaboração do PDDU, a etapa da elaboração dos termos de referência para os Projetos Estruturantes, foram elencados cinco projetos considerados fundamentais para o desenvolvimento de Aracati. Quatro deles foram voltados para a sede municipal. O quinto projeto, que foi selecionado para ter sua execução financiada, tendo em vista sua importância no cenário turístico do estado e seu reconhecido patrimônio ambiental e paisagístico, foi o Projeto de Requalificação Urbana e Plano de Gestão Ambiental da APA de Canoa Quebrada, que ficou conhecido como Projeto Canoa, iniciado em dezembro de 2001 e concluído em dezembro de 2002, pela empresa contratada GAU – Guimarães Arquitetura e Urbanismo, que contou com uma equipe composta por geólogos, biólogos, economistas, advogados, arquitetos e engenheiros, para a elaboração dos diversos componentes do projeto.

O projeto foi debatido com a comunidade local e correspondeu ao anseio da mesma. Constatou-se nos debates que anteciparam a elaboração do projeto, que uma consciência

ambiental vinha se firmando, embora não estivesse presente em toda a comunidade, em paralelo com a importância que a atividade turística vem exercendo em Canoa Quebrada, passando a exigir controle normativo sócio-ambiental específico para o núcleo, bem como intervenções destinadas a dotar a comunidade de infra-estrutura e espaços qualificados, de modo a interromper e evitar a degradação progressiva e sistêmica que se encontra em marcha na área.

Trata-se de um projeto abrangente envolvendo diversos elementos e tipos de intervenção, cujas obras tem previsão de início para o 1º semestre de 2003. Dessa forma, possui, por um lado, através do Projeto de Requalificação Urbana dos núcleos, um conjunto de intervenções físicas como implantação de: rede coletora pública de esgotamento sanitário com estação tratamento; sistema de drenagem de águas pluviais; terraplanagem, iluminação pública e pavimentação em pedra das principais vias; edificações de apoio à comunidade e às atividades turísticas tais como Centro Esportivo, Centro de Apoio à Comunidade e ao Turismo e Terminal de Passageiros; Praça Dragão do Mar e Praça dos Pescadores com tratamento urbanístico e paisagístico; calçadão da *Broadway*; além de estacionamentos e obras de contenção e restauração das falésias.

O BIRD, financiador do projeto, fez exigência quanto à elaboração de um Plano de Gestão Ambiental da APA de Canoa Quebrada concomitantemente aos projetos físicos, externalizando uma preocupação ambiental quanto à implantação das obras, visto que não havia coerência em requalificar um espaço no sentido de fomentar as atividades turísticas sem um respaldo normativo que disciplinasse e controlasse a ocupação em todo o território da APA. Assim, o Plano de Gestão envolveu as seguintes etapas de elaboração:

1. Diagnóstico Sócio-Ambiental – documento que conta com aporte de dados, análises e interpretações da dinâmica sócio-ambiental da APA de Canoa Quebrada;

2. Zoneamento Ambiental²³ – instrumento que estabelece a ordenação do território da APA e as normas de ocupação e uso do solo e dos recursos naturais. O Zoneamento consistiu na organização do espaço da APA em áreas/zonas com indicação de usos diferenciados e normas específicas, considerando-se as peculiaridades ambientais da região, em sua interação com processos sociais, culturais, econômicos e políticos da APA;

3. Legislação Ambiental – instrumento que normatiza a ordenação do território da APA através de critérios específicos de ocupação e uso do solo e dos recursos naturais;

4. Programas de Ação – organizam o conjunto de atividades a ser realizado para alcançar os objetivos específicos da APA, dentro das estratégias estabelecidas;

5. Sistema de Gestão – constitui o componente gerencial da APA. Estabelece o modelo para a gestão da APA. No caso, já estava definido por lei, que a APA contaria com um Conselho Deliberativo e um Comitê Gestor, com suas respectivas atribuições;

6. Monitoramento Ambiental – instrumento básico para o gerenciamento da implementação do Plano de Gestão. Procura assegurar a interação entre o planejamento e a execução, possibilitando corrigir desvios e retroalimentar permanentemente todo o processo de planejamento.

Subsidiada pela Legislação Ambiental da APA, foi elaborada uma legislação urbanística específica para os núcleos de Canoa Quebrada e Estêvão, em função das especificidades ambientais e do crescimento vertiginoso de Canoa, que destoa do restante do município, e que passou a requerer, assim, tratamento urbanístico diferenciado. Aprovadas pelo Conselho Deliberativo da APA, as duas leis, a ambiental e a urbanística, foram aprovadas e sancionadas em dezembro de 2002.

Durante o processo de elaboração do Plano, a comunidade foi constantemente

²³ O Zoneamento Ambiental da APA de Canoa Quebrada já foi visto no item anterior deste capítulo.

consultada através de oficinas de planejamento e informada mediante consultas públicas e boletins informativos.

Todavia, verificou-se que somente uma parcela dos moradores demonstrava interesse pelo projeto em questão. Assim como há vinte anos, quando foram os moradores não nativos que revoltaram-se com a invasão de loteamentos ao seu “paraíso”, no momento atual, foram também os moradores vindos de diversos lugares, em sua maior parte com negócios em Canoa Quebrada, que ficaram realmente preocupados com a requalificação do núcleo e com seu controle urbanístico tendo em vista a melhoria da imagem de Canoa, proporcionando uma visita maior e melhor estruturada de turistas.

Os nativos quase não tinham conhecimento sobre o projeto, não por falta de divulgação, mas por falta de interesse por desacreditarem que algo realmente ia acontecer. As poucas informações que possuíam os aterrorizavam em virtude dos vários boatos de desapropriações que ocorreriam quando o projeto fosse implantado. Quanto ao Plano de Gestão da APA, a maior parte dos nativos também não tinham interesse, pois o território da APA está, em seu imaginário, muito distante, e os problemas ambientais existentes não afetam seu cotidiano. Em relação a esta questão, afirma Rodrigues:

“ Há que se considerar que a ordem distante – os problemas ambientais gerais – não estão presentes no dia-a-dia. Até pelo contrário, parecem situar-se em outro lugar. (...) Incorporam-se, pois os problemas ambientais ao imaginário, passando a ser reconhecidos como questões ecológicas, problemas do meio ambiente. É preciso salientar que estudos recentes mostram que este *(re)conhecimento* não implica, necessariamente, *conhecimento* da problemática” (grifo da autora) (RODRIGUES,1998:135-6).

3.4. Quadro urbano-ambiental atual do núcleo de Canoa Quebrada

De uma tradicional vila de pescadores, num curto espaço de tempo, Canoa Quebrada passou a ocupar o segundo maior destino turístico do estado do Ceará, depois da região metropolitana de Fortaleza.

Segundo dados do IBGE e da Secretaria de Saúde de Aracati, a população duplicou nos últimos dez anos, como se pode verificar na Tabela 03, mostrando que o núcleo vem recebendo fluxos imigratórios intensos, seja do Estado, como de fora do Estado e mesmo do exterior. A expansão do número de domicílios, porém, cresceu mais do que a população.

TABELA 03
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM CANOA QUEBRADA E ESTEVÃO

População e Domicílios	1991 (1)	1996 (1)	2000 (2)
População	955	1.586	1.939
Domicílios	187	403	502
Crescimento Médio Anual (% por ano)	-	10,68%	5,15%

FONTE: (1) IBGE; (2) SECRETARIA DA SAÚDE DE ARACATI 2001 / PROJETO CANOA, 2002.
Obs.: Os dados fornecidos pela SMA-PMA não separam a população de Canoa Quebrada e Estêvão

As construções, que antes eram todas em taipa, são atualmente em quase 90% de alvenaria, como mostra a Tabela 04.

TABELA 04
TIPOLOGIA DAS CONSTRUÇÕES EM CANOA QUEBRADA E ESTÊVÃO

Localidades	Tipologia Habitacional						Total Domicílios
	Tijolo		Taipa Revestida		Outros		
	n°	%	n°	%	n°	%	
Canoa Quebrada e Estêvão	447	89,04	49	9,76	6	1,19	502

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - PMA, 2001.
Obs.: Os dados fornecidos pela SMS-PMA não separam as construções de Canoa Quebrada e Estêvão.

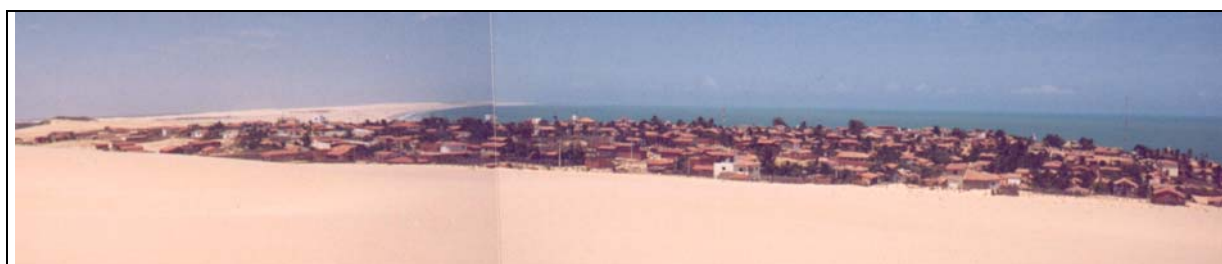


Figura 12 – Vista geral da “massa” edificada de Canoa Quebrada, a partir da duna.
Foto da autora: novembro, 2002.

O crescimento da população e de domicílios, as novas atividades e características das funções urbanas definiram novas relações espaciais, econômicas, sociais e ambientais culminando numa expansão desordenada e degradadora do ambiente.

Desde o mar, subindo as falésias, até a duna “Por do Sol” as ocupações reproduziram modelos típicos da cidade, com lotes estreitos, ocupações geminadas e alto adensamento, constituindo quadras descontínuas e ruas e becos desencontrados.

O perfil dos ocupantes, o custo da terra e a apropriação da paisagem, no entanto, delinearam três tipos básicos de padrão de ocupação no núcleo, resultando em três áreas distintas, com certo grau de homogeneidade interna (ver Figura 18). O desenho urbano existente revela, através do sistema viário composto por algumas vias longitudinais e várias transversais, certa articulação entre as várias áreas do núcleo, mas tais conexões não garantem que o núcleo seja um todo integrado. SILVA (1997:89) afirma que o desenho urbano permite visualizar totalidade ou fragmentação na estrutura da cidade, entretanto “essa integração físico-territorial observada em nível da estrutura, revelada pela trama do sistema viário, pode ser muitas vezes enganadora na medida que o desenho em si não garante que todos aqueles que vivem na cidade conectem-se com suas partes dispersas na totalidade”.

Pode-se aferir que a distinção de tais áreas de Canoa Quebrada corresponde à diferenciação de classes e atividades existentes, como afirma SANTOS (1981:173): “Existem duas ou diversas cidades dentro da cidade. Este fenômeno é o resultado da oposição entre níveis de vida e entre setores de atividade econômica, isto é, entre classes sociais”. Diz ainda: “As diferentes paisagens urbanas correspondem a classes sociais diferentes”.

A primeira área, compreendida entre a rua principal (rua Dragão do Mar) e o mar, área mais íngreme e privilegiada quanto à vista para o mar e acessibilidade à praia, foi ocupada, em sua maior parte, por não nativos que se instalaram em Canoa para dedicar-se a negócios voltados ao turismo como pousadas e hotéis, bares e restaurantes e barracas de praia (ver Figura 13 - Mapa de Inventário do Uso do Solo).

Figura 13 – Mapa de Canoa Quebrada de 1996 com Inventário do Uso do Solo realizado em 2002.
Fonte: Projeto Canoa / PMA / GAU, março de 2002.

A rua principal, conhecida como *Broadway*, em toda a sua extensão, possui um perfil formado por uma variedade de formas arquitetônicas, sem qualquer compromisso com o lugar, divergentes das construções originais, e que revelam, por sua vez, o heterogêneo perfil dos proprietários das edificações - estrangeiros de várias nacionalidades e brasileiros de várias localidades - resultando numa paisagem urbana confusa, não identitária nem da comunidade nativa, nem das cidades ou países de onde vieram os novos moradores de Canoa.



Figura 14 - Fotos da “Broadway” .
Fonte: site: www.santuarios.com.br

A faixa desta primeira área compreendida entre as falésias e a praia, que corresponde à zona de intermarés, é ocupada por aproximadamente 30 barracas, algumas de grande porte, com padrões arquitetônicos incompatíveis com a paisagem, algumas encrustadas nas falésias, sem infra-estrutura, contribuindo para poluir e degradar o ambiente. A apropriação do “espaço praia” pelas barracas tem um outro aspecto a ser considerado: sua presença prejudica ou mesmo impede o acesso ou trânsito de pessoas quando a maré está cheia.



Figura 15 - Barracas de praia na área de intermarés, na encosta das falésias. Bloqueio da praia e da paisagem .
(Fotos: Projeto Canoa, 2002).

Uma segunda área, da rua principal em direção à duna “Por do Sol”, que não desperta tanto interesse para instalação de estabelecimentos prestadores de serviços turísticos, é constituída basicamente por habitações simples pertencentes, em grande parte, a nativos de Canoa Quebrada. Trecho desta área pode ser considerada a periferia²⁴ de Canoa, tendo em vista a precariedade da configuração espacial e deficiência na oferta de serviços públicos.

Entretanto, é crescente a procura pelas áreas mais altas, próximas ao topo da duna, para construção de residências de médio a alto padrão, denegrindo a paisagem e o ar de mistério que envolvia a chegada ao núcleo pela estrada, quando não havia nenhum sinal de ocupação nas dunas. Algumas residências são construídas, por pessoas de fora, notadamente estrangeiros, com até quatro andares, na tentativa de suprir a ausência da vista para ao mar.



Figura 16 – Construção de residência com quatro andares na segunda área considerada em Canoa Quebrada. (Foto da autora : agosto de 2002).

A configuração desta área, na parte mais baixa, notadamente nas ruas Zé Melancia, Paraíso e Francisco Elisiário, remete para o que se pode imaginar o que foi Canoa há 20 anos, antes da chegada do turismo. As crianças ainda brincam e os adultos colocam suas cadeiras nas ruas, cria-se animais, quase não circulam veículos. Ainda é possível encontrar mulheres e meninas confeccionando labirinto nas varandas das casas.

²⁴ Geralmente o termo periferia explicita áreas localizadas fora ou nas imediações de algum centro. Entretanto, o termo absorveu uma conotação sociológica, redefinindo-se. Dessa forma, “periferia” pode significar também aquelas áreas com infra-estrutura, e equipamentos de serviços deficientes, configuração espacial precária, sendo essencialmente o *locus* da reprodução sócio-espacial da população de baixa renda (SERPA, 2002).



Figura 17 – Garota fazendo labirinto na varanda de uma casa.
(Foto: Projeto Canoa, 2002).

A convivência tranqüila da vizinhança pouco faz lembrar a movimentação que ocorre nas ruas principais da primeira área. Quanto a esse tipo de configuração que este espaço apresenta, Milton Santos afirma que: “Com a distribuição segundo o nível das rendas, combina-se uma organização de espaço, segundo o nível cultural e o grau de integração do cidadão: certas áreas conservam certas características rurais” (1981:195).

Na terceira área considerada, conhecida entre os moradores como “área nobre”, localizada à esquerda da estrada de acesso ao núcleo, o processo de ocupação tem se intensificado nos últimos cinco anos com um padrão diferenciado quanto às dimensões dos lotes, que são maiores, e existência de recuos, resultando num menor adensamento. Nesta área, apesar da existência de residências de veraneio, predominam pousadas de melhor padrão que as existentes na primeira área, quanto à área construída, instalações e serviços oferecidos.

Em todas as áreas sumariamente descritas, são verificados, com maior ou menor intensidade, os mesmos problemas de caráter ambiental: ocupação indiscriminada em área de fragilidade ambiental, sem considerar padrões básicos de conforto e segurança dentro e fora do lote; alto adensamento habitacional com conseqüente impermeabilização do solo; produção de efluentes líquidos e sólidos sem o devido tratamento que infiltram e contaminam o lençol freático; desmonte de falésias e terraplanagem de dunas.

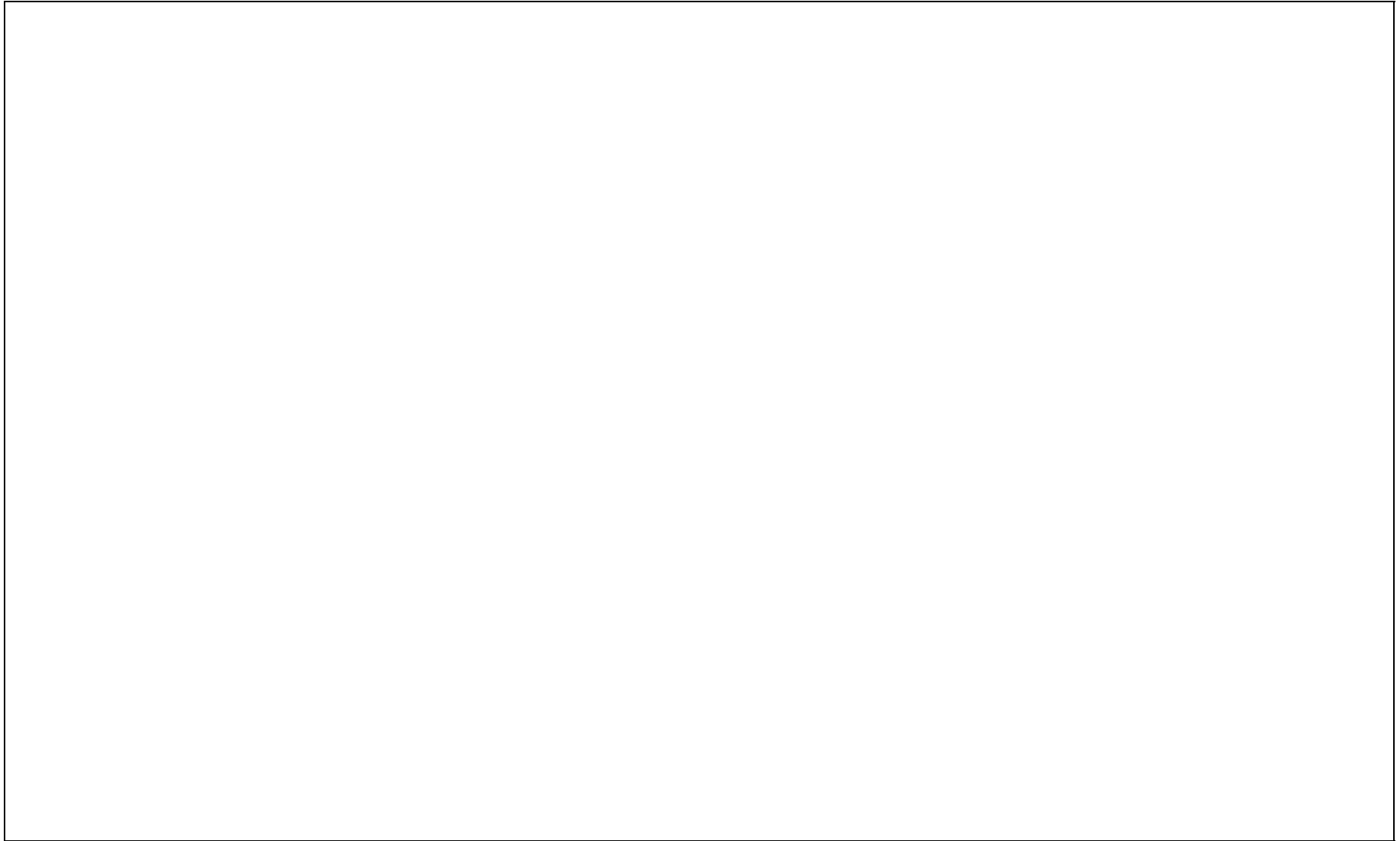


Figura 18 – Foto Aérea de Canoa Quebrada com as três áreas de análise consideradas
Fonte: Projeto Canoa / PMA / GAU, março de 2002.

O processo erosivo da linha de costa, que é um fenômeno natural, é mais acelerado pela ação antrópica em Canoa em função da crescente ocupação na superfície litorânea, incluindo praia e pós-praia, que obstrui o transporte natural de sedimentos, acarretando conseqüências irreversíveis em áreas adjacentes.

A ocupação maciça de edificações traz outras conseqüências graves em Canoa Quebrada. Em função da impermeabilização do solo e ausência de soluções de drenagem das águas pluviais, a água da chuva, não tendo por onde infiltrar, escoar com intensa velocidade, em razão da acentuada topografia, em direção ao mar através de vias perpendiculares, erodindo as falésias e provocando imensas voçorocas.



Figura 19 – Voçorocas causadas pela ação das águas pluviais
(Foto: Projeto Canoa, 2002)

Aproveitando as aberturas provocadas pelas chuvas, os motoristas dos *buggies* descem até a praia para transportar turistas, erodindo ainda mais as falésias. Como conseqüência, os sedimentos da praia que são transportados em direção ao continente, num processo natural de alimentação de dunas, e que antes eram barrados pelas falésias, penetram povoado adentro soterrando as casas. Numa tentativa paliativa de salvar suas residências, moradores tentam barrar a entrada de areia implantando palhas de coqueiro nas aberturas das falésias, descaracterizando ainda mais a paisagem original.



Figura 20 – Tentativas paliativas de contenção das areias que invadem o povoado através das fendas das falésias provocadas por erosão.

(Foto: Projeto Canoa, agosto de 2002)

Além dos sérios prejuízos de ordem natural, a intensificação da ocupação e do desenvolvimento das atividades de visitação turística traz também problemas de ordem tipicamente urbana como, por exemplo, conflito de tráfego. O sistema viário de Canoa Quebrada é caracterizado por sérias deficiências de acessibilidade e mobilidade. As novas demandas que se multiplicam e o afluxo de visitantes que utilizam diversos tipos de transporte (carros de passeio, vans, ônibus e *buggies* locais) têm provocado insegurança e desconforto.

As reduzidas dimensões das ruas e becos, que “sobraram” do auto-parcelamento do solo, não permitem, muitas vezes, a passagem de um veículo por outro e não viabilizam a construção de calçadas que garantam a segurança de pedestres, causando até atropelamentos em dias de muito movimento.

O início da rua Dragão do Mar (“Broadway”), único trecho que possui largura suficiente para trânsito seguro, funciona como estacionamento de todos os ônibus e vans que chegam por dia, além dos *buggies* locais, cujos motoristas esperam os visitantes para os deslocarem para as barracas ou realizar passeios.



Figura 21 – Fotos da rua Dragão do Mar (Broadway) em seu trecho de caixa mais largo, com ônibus, topics e carros de passeio estacionados, e grande fluxo de passagem. (Fotos: Projeto Canoa, 2002).

Além do tráfego comum de veículos durante o dia ²⁵ na *Broadway*, o abastecimento de bebida e produtos alimentícios é realizado por caminhões de grande porte que, não tendo como executar manobra de retorno, voltam de ré, causando imensos transtornos.

Para se averiguar o porte de fluxo de veículos em épocas de grande movimento, a equipe responsável pelo Projeto Canoa realizou uma pesquisa de contagem de veículos que entraram em Canoa Quebrada no período do Carnaval de 2002.

TABELA 05
CONTAGEM DE VEÍCULOS EM CANOA QUEBRADA NO PERÍODO DE
CARNAVAL DE 2002

LOCAL: PONTO DAS TOPICS (Entrada de Canoa de Canoa Quebrada)			
Tipo de Veículo	Dia / Horário	Quantidade	
		Entrada	Saída
Carro Passeio	Sexta (dia 08/02) das 17:00 às 21:00 hs	180	61
	Sábado (dia 09/02) das 8:00hs às 18:00 hs	1.000	745
Van e Kombi	Sexta (dia 08/02) das 17:00 às 21:00 hs	25	31
	Sábado (dia 09/02) das 8:00hs às 18:00 hs	181	167
Ônibus	Sexta (dia 08/02) das 17:00 às 21:00 hs	10	9
	Sábado (dia 09/02) das 8:00hs às 18:00 hs	17	19

Fonte: PROJETO CANOA / PMA, 2002

²⁵ Durante a noite, a rua *Broadway* é fechada por correntes para transformar-se em calçadão exclusivo para pedestres.

Como mostra a Tabela 05, no sábado de carnaval de 2002, entraram em Canoa Quebrada 1.000 carros de passeio, 181 vans e 17 ônibus, demonstrando assim, as demandas de deslocamentos que hoje se fazem em ruas e becos de areia, estreitos e sem segurança. A pesquisa também revela a necessidade de se organizar áreas para o estacionamento de veículos, visto que não havendo disciplinamento, não há respeito à comunidade local e ao meio.



Figura 22 – Fotos com veículos estacionados em locais ambientalmente frágeis, causando também riscos de segurança.
(Fotos: Projeto Canoa, 2002)

Um outro aspecto freqüente em Canoa diz respeito à ausência de definição do que é espaço público e espaço privado. Em razão da ocupação ter se dado de forma não disciplinada, sem instrumentos de controle urbanístico, não houve uma demarcação clara entre estes espaços. O que há é um certo consenso entre os moradores sobre quais são as áreas que restaram e que, dessa forma, são públicas.

Entretanto, a maior parte da rua Broadway, onde se concentram todos os bares e restaurantes de Canoa, é estreita em razão das sucessivas invasões destes estabelecimentos que avançam em direção à rua, espaço considerado público, reduzindo sua largura.

Quanto a essa questão, BARRETO (1996) observa que os moradores de uma cidade têm uma relação dicotômica com o espaço público, representada por duas atitudes bem diversas: ou o usuário se apropria do espaço público, ou faz uso equivocado desse espaço,

sujando-o ou depredando-o. Segundo esta autora, “pesquisas demonstram que no imaginário social dos brasileiros o conceito de ‘público’ equivale a ‘de ninguém’ ”.

Outro resquício da ausência de ordenamento na expansão do núcleo refere-se à ausência de espaços públicos de lazer. O único espaço existente para esse fim consiste numa quadra de esporte bastante requisitada e um *play-ground* depredado. Considerando-se que a população de Canoa é essencialmente jovem, a ausência desse tipo de espaço, além de furtar da comunidade a oportunidade do encontro e do lazer gratuito, lança esses jovens em situações sociais de risco, como a prostituição e o consumo e tráfico de drogas.

Um aspecto também tipicamente urbano, no entanto mais grave que nas cidades por tratar-se de uma área de extrema permeabilidade no solo, consiste na ausência de sistema coletivo de esgotamento sanitário. Como demonstrado na Tabela 06, a fossa é a forma mais utilizada em Canoa Quebrada. Estes dados revelam-se preocupantes visto que, não havendo nenhum tipo de tratamento, os dejetos são infiltrados diretamente no solo, comprometendo a qualidade ambiental e de vida da comunidade.

TABELA 06
ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM CANOA QUEBRADA E ESTÊVÃO

Localidades	Esgotamento Sanitário (n° de domicílios)						Total Domicílios
	Rede		Fossa		Não tem		
	n°	%	n°	%	n°	%	
Canoa Quebrada e Estêvão	9	17,30	463	92,23	30	5,76	502

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - PMA, 2001.

Situação mais alarmante diz respeito às barracas de praia que armazenam, em tanques localizados no sopé das falésias, todos os efluentes coletados dos banheiros durante o dia para, ao final da tarde, lançá-los diretamente no mar.



Figura 23 – Sopés das falésias nos fundos das barracas utilizados para armazenamento de entulho ou instalação de tanques de esgoto. (Fotos: Projeto Canoa, 2002).

O sistema de abastecimento d'água em Canoa Quebrada e Estêvão, gerido pela CAGECE – Companhia de Água e Esgoto do Ceará, abrange toda a área adensada e parte da área de expansão.

Quanto ao lixo, em Canoa Quebrada e Estêvão há coleta realizada pela Prefeitura através de carroças, caçambas ou tratores em função das dificuldades de acessibilidade a alguns pontos. O lixo coletado é acondicionado em *containers*, às vezes, mal localizados causando incômodo aos moradores dos núcleos.

Do exposto, o que se pode aferir é que Canoa Quebrada encontra-se num ponto de saturação que requer ações imediatas para a reversão de alguns problemas que comprometem a qualidade de vida da comunidade, a sobrevivência de sua riqueza paisagística e da imagem turística do núcleo.

Em oficinas de planejamento realizadas por ocasião dos trabalhos do Projeto Canoa, pode-se perceber que a comunidade, apesar de lutar pela permanência e incremento do turismo, vive um momento de reflexão e de apreensão da realidade do quadro atual de Canoa Quebrada, conscientizando-se de que a forma com que se deu a apropriação do espaço é responsável pelos sérios problemas agora enfrentados.

Os principais problemas identificados pela comunidade, técnicos e órgãos governamentais encontram-se relacionados no Quadro 03.

QUADRO 03
Principais problemas de Canoa Quebrada identificados nas oficinas de planejamento²⁶

<ol style="list-style-type: none"> 1. Destruição das Falésias; 2. Construções nas falésias; 3. Surgimento de crateras nas falésias provocadas pelas águas da chuva; 4. Construção irregular nas dunas; 5. Falta de disciplinamento na circulação de veículos nas dunas; 6. Desmatamento das dunas fixas; 7. Águas servidas nas ruas e becos; 8. Ausência de drenagem nas ruas; 9. Esgotos na praia; 10. Invasão de construções na rua Broadway; 11. Ausência de normas urbanísticas (como limite de altura para edificações); 12. Ausência de padronização para construção de pousadas; 	<ol style="list-style-type: none"> 13. Falta de arruamento ordenado, dificultando a circulação; 14. Ocupação em terreno de cemitério; 15. Ausência de acesso à praia e a algumas áreas do núcleo; 16. Especulação imobiliária; 17. Invasão de areia nas casas; 18. Pouca arborização nas ruas; 19. Iluminação pública deficiente; 20. Congestionamento nas principais ruas; 21. Animais e lixo na praia; 22. Implantação de barracas de praia provocando poluição visual e ambiental; 23. Ausência de disciplinamento para horário de funcionamento e limite de volume de som de bares e restaurantes.
---	---

FONTE: PROJETO CANOA / PMA, 2002.

Obs.: Os problemas relacionados não se encontram em ordem hierárquica de importância.

²⁶ As Oficinas de Planejamento realizadas em decorrência do Projeto Canoa aconteceram nos dias 20 de dezembro de 2001 e 18 de janeiro de 2002, contando com a participação de lideranças da comunidade, como os representantes de Associações de Pousadas, dos Bugueiros, e dos Pescadores, Conselho Comunitário e ONG Recicriança, dos responsáveis e técnicos envolvidos com o projeto, além de órgãos governamentais como SEMACE, IBAMA, IDACE, PMA, SEINFRA, SEBRAE e SETUR.

3.5. O impacto do turismo em Canoa Quebrada

3.5.1. Planejamento do Turismo

O turismo é, segundo dados oficiais de 1999 da *World Tourism Organizatios* e *Word Travel & Tourism Council*, a atividade econômica que mais emprega no mundo, aproximadamente 260 milhões de pessoas (LAGE & MILONE, 2000).

O Brasil, por sua oferta diferenciada, vem destacando-se como pólo de turismo cada vez mais atraente, apresentando um quadro significativo de fluxo receptivo de turistas estrangeiros.

No Nordeste, o turismo cresce em ritmo acelerado na quantidade de turistas que visita a região, no volume de capital gerado pela atividade, na implantação de infra-estrutura turística e nos impactos sociais, culturais e ambientais causados.

Esta atividade tem representado atualmente, no Nordeste, a mais importante alternativa de desenvolvimento econômico, tanto por seu potencial natural, como pelo relativamente baixo custo das inversões (comparando-se à indústria, por exemplo) e ao retorno financeiro rápido (CRUZ, 1999).

Observa-se, no entanto, que, apesar da alta renda gerada, ainda falta uma política de turismo capaz de criar mecanismos legais de redistribuição desta riqueza de forma a assegurar benefícios a toda população, promessa esta encontrada em todos os discursos oficiais de planejamento turístico.

O crescimento do turismo como alternativa econômica para a região Nordeste levou o Estado, enquanto poder público, a intervir através de ações e projetos subsidiados pelas estratégias estabelecidas nos anos oitenta e na atual Política Nacional do Turismo. Para YÁZIGI (2002), o país ainda carece de uma política urbana consistente e coerente, na qual o turismo, a cultura e a preservação natural sejam indicadores imprescindíveis, compatíveis com

a idéia do desenvolvimento.

Considerando-se que os atrativos naturais da região Nordeste respondem pela grande maioria do fluxo de turistas, quase 80% (ver Tabela 06), segundo pesquisa realizada nos anos de 1996 e 1997 pelo GTP e SUDENE, era de se esperar que políticas e programas turísticos voltados para o Nordeste enfatizassem a importância da preservação e conservação de seu patrimônio natural e cultural.

TABELA 06
Fator decisório da visita dos turistas que vieram a passeio ao Nordeste (%)

Período		Fatores			
		Atrativos Naturais	Manifestações Populares	Patrimônio Histórico e Cultural	Outros
Alta Estação	Jul/96	72,9	5,5	5,5	16,1
	Jan/97	74,9	2,4	5,4	17,3
	Jul/97	77,4	3,5	6,9	12,2
Média		75,1	3,8	6,0	15,2
Baixa Estação	Nov/96	77,4	2,3	4,1	16,3
	Mai/97	77,8	1,7	4,5	16,0
	Nov/97	79,2	2,1	4,9	13,9
Média		78,1	2,0	4,5	15,4
Média Geral		76,6	2,9	5,2	15,3

Fonte dos dados originais: Grupo Técnico de Planejamento (GTP) da Comissão de Turismo Integrada do Nordeste (CTI-NE)

Entretanto, a cultura e a preservação ambiental, citados por Yázigi como indicadores essenciais de uma política eficaz, não eram considerados na Política Nacional de Turismo dos anos oitenta que tinha por objetivos:

1. A geração de divisas;
2. A geração de empregos;
3. Desenvolvimento do turismo interno;
4. Geração e alocação de recursos financeiros para o setor;
5. Desenvolvimento do Turismo Social – criação de terminais populares, pacotes de turismo, albergues para a juventude, etc;

6. Adequação do Sistema Nacional de Turismo, que viabilizou-se através de dois caminhos: a formação e recursos humanos e a descentralização de projetos e ações para as federações (PAIVA, 1998).

E também não são lembrados nas macroestratégias da atual Política Nacional:

1. Ordenamento, desenvolvimento e promoção da atividade pela articulação entre o governo e a iniciativa privada;
2. Implantação de infra-estrutura básica e infra-estrutura turística adequada às potencialidades regionais;
3. Qualificação profissional dos recursos humanos envolvidos no setor;
4. Descentralização da gestão turística por intermédio do fortalecimento dos órgãos delegados estaduais, municipalização do turismo e terceirização de atividades para o setor privado.

Engendrados por essas políticas, dois momentos se destacaram no crescimento do turismo nordestino: o período em que houve a determinação de se formular e implementar planos turísticos em todo o litoral nordestino; e o momento em que o turismo nordestino foi impactado pelo processo de globalização em curso, trazendo inovações como o apelo mais evidenciado ao discurso ecológico e cultural, variáveis relevantes para as agências transnacionais, detentoras de poder não somente de influenciar políticas destinadas ao setor, mas na dinâmica dos direcionamentos dos fluxos dos viajantes (PAIVA, 1998).

Desses dois importantes momentos, tomando-se como referência o intervalo entre os anos de 1975 a 1995, destacaram-se duas políticas de turismo no Nordeste.

A primeira delas, a dos chamados “Planos-Urbanos Turísticos”, foi constituída de investimentos em projetos turísticos de grande envergadura, implementados em sete dos nove estados nordestinos, que se constituíam em propostas de ocupação do solo urbano baseadas na

abertura de vias de acesso – estradas ao longo do litoral, definição de áreas ou zonas com várias destinações e implantação de equipamentos de uso coletivo para o lazer e o turismo, notadamente hotéis e outros complexos de hospedagem. São exemplos destes projetos: Projeto Parque das Dunas - Via Costeira, em Natal (RN), Projeto Costa do Sol, em João Pessoa (PB), Projeto Orla, em Aracaju (SE), Projeto Costa Dourada, no litoral de Pernambuco e Alagoas, Prodeturis, no Ceará ²⁷, e Projeto Linha Verde, na Bahia.

Todos esses projetos têm em comum a utilização de um discurso preservacionista, dando suporte político necessário à sua aprovação pelos órgãos competentes e respaldo perante as instituições financiadoras e comunidades locais. Entretanto, isto não significa que as áreas que têm sofrido intervenções de grande impacto estejam sendo ou venham a ser efetivamente protegidas. Pelo contrário, os grandes empreendimentos turísticos estão projetados ou sendo implantados em áreas que deveriam ser consideradas de preservação, face sua alta fragilidade e riqueza ambiental.

A segunda política, o PRODETUR/NE – Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo do Nordeste, iniciado em 1995 com investimento de US\$ 670 milhões ²⁸, tinha como principal fundamento o estabelecimento de diretrizes para ordenar o desenvolvimento do turismo em escala regional, além de intervenções em infra-estrutura aeroportuária, rodoviária e hidroviária, saneamento básico, energia, telecomunicações, recuperação do patrimônio histórico, implantação de equipamentos e serviços e capacitação.

Assim como a primeira política, o PRODETUR/NE também reforça a tendência à concentração de equipamentos turísticos. Além dos nove estados nordestinos, o Estado de Minas Gerais também está contemplado pelo programa. O investimento no programa

²⁷ No PRODETURIS (Programa de Desenvolvimento do Turismo em Zona Prioritária do Litoral do Ceará), os investimentos priorizaram o litoral ocidental, denominado-se “Sol Poente”, abrangendo 117 Km de litoral de seis municípios a oeste de Fortaleza.

²⁸ Fonte: Revista Nordeste & Desenvolvimento / Banco do Nordeste, Ano 1, nº 1, 15 de outubro de 2002.

viabilizou a construção de oito aeroportos, construção de estradas e urbanização de vastas áreas em localidades turísticas.

Quanto à capacitação institucional das organizações que lidam com a gestão pública do turismo, uma das finalidades estabelecidas no discurso do PRODETUR, foi colocada de lado. No máximo, ocorreram alguns programas de treinamento, “compatíveis a um esquema de turismo alienante e alienado, além de parcial” (PAIVA, 1998).

Um aspecto positivo do Programa diz respeito à criação de empregos e renda para as populações locais e também à implantação de infra-estrutura básica nessas localidades que, de outra forma, levaria anos para se efetivar. O que se questiona, todavia, é a forma de implementação quanto à especulação do solo urbano, o incremento desordenado do turismo e a ausência de uma canal participativo por parte das comunidades envolvidas no processo. Geralmente, as tomadas de decisões ficam nas mãos de pessoas que representam interesses de negócios para o seu grupo econômico e político. Para PAIVA (1998:55), “a ênfase e a consciência sobre a ecologia inerente à sociedade civil (...) não aparece como uma constante na implementação dos projetos na sua prática, ou então, ocorre através de ações desarticuladas”.

Na realidade, essas duas políticas têm em comum a consolidação do território litorâneo nordestino dentro do mercado turístico global, obedecendo a um modelo de urbanização turística que implica uso intensivo do solo e reprodução de padrões urbanísticos estranhos ao local (CRUZ, 1999).

Dando continuidade a essas políticas, encontra-se em andamento a implantação da 2ª fase do PRODETUR/NE, também parcialmente financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, que visa dar continuidade ao processo de desenvolvimento do setor turístico no Nordeste iniciado com o PRODETUR/NE I. Como nos demais discursos oficiais preservacionistas e de apoio às populações envolvidas, o programa objetiva “consolidar,

completar e complementar todas as ações necessárias para tornar o turismo sustentável nessas áreas, em benefício da população local, antes de sua expansão a novos pólos”.

Em âmbito estadual, os pressupostos e objetivos definidos pelo PRODETUR-NE perpetuam-se de forma geral. No Ceará, o Planejamento Estratégico do Estado do Ceará elaborado pela SETUR, estabeleceu para o período 1995-2020 como objetivo central a consolidação da inserção do Estado como um destino turístico internacional na região Nordeste.

Segundo dados de 2001 da SETUR/CE, o Ceará é o 6º estado mais receptivo em turismo doméstico do país e o 2º do Nordeste (ver Tabela 07), com um renda gerada da ordem de 1.733 milhões de reais por ano com impacto de 7,2% sobre o PIB do estado, além da geração de 404 mil empregos.

TABELA 07
Fluxo Turístico Doméstico no Brasil -2001

Estados	Fluxo Receptivo de Turistas		
	Classificação	Números Absolutos (mil)	(%) do Fluxo do País
São Paulo	01	10.501	23,34
Rio de Janeiro	02	4.364	9,70
Bahia	03	3.888	8,64
Minas Gerais	04	3.875	8,61
Paraná	05	2.954	6,57
Ceará	06	2.679	5,95

Fonte: FIPE/EMBRATUR - SETUR/CE

Além das estatísticas, um fato que destacou a importância do Estado recentemente no cenário turístico foi uma premiação realizada em outubro de 2002 pela revista Viagem e Turismo, cujos leitores elegeram os melhores em 24 categorias do turismo nacional e internacional, colocando o Ceará em terceiro lugar no prêmio de melhor estado para viajar,

depois de Bahia e de Santa Catarina²⁹.

Para respaldar e confirmar este potencial turístico do Estado, as ações estratégicas estabelecidas pela SETUR/CE voltam-se para o fomento de investimentos privados em localidades, segundo a secretaria, “dotadas de atributos essenciais ao desenvolvimento turístico sustentável, capazes de abrigar complexos turísticos ambiciosos, cuja ‘ancoragem’ seja preenchida por *resorts*, operados por redes hoteleiras de reconhecida atuação global”.

Para a efetivação dessas ações, a Secretaria, através do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo Cearense, partiu do princípio da descentralização, visando uma política de interiorização do turismo. Assim, foram definidas seis macrorregiões ou *clusters* econômicos de turismo, conforme divisão da Figura 24, cujas atividades previstas estão relacionadas ao tipo de turismo mais adequado para cada pólo tais como: de praia, histórico-cultural, ecológico, náutico, de eventos ou rural, relacionados com as atrações específicas naturais e culturais de cada macrorregião.



Figura 24 – Macrorregiões Turísticas do Ceará estabelecidas pela SETUR. Fonte: SETUR/CE, 2000.

²⁹ Fonte: Jornal Diário do Nordeste, Fortaleza, Ceará. Matéria: “Viagem e Turismo – Ceará e Fortaleza em terceiro lugar”, 01 de novembro de 2002.

Todavia, das três zonas geográficas no Ceará (litoral, sertão e serra), o litoral, segundo a SETUR, foi a mais freqüentada em 1998, com 72,30% do fluxo total, seguido do sertão e da montanha, com 24,00% e 3,70%, respectivamente (DANTAS, 2002).

Assim, outra divisão foi organizada pelo Instituto de Planejamento do Ceará – IPLANCE, mediante a elaboração do PRODETUR – CE, derivado do PRODETUR-NE, com ênfase no litoral cearense, que foi dividido em quatro regiões turísticas para efeito de implantação por etapas:

- I) Região Turística I – municípios de Caucaia, Fortaleza e Aquiraz;
- II) Região Turística II – municípios de Itapipoca, Trairi, Paraipaba, Paracuru, São Gonçalo do Amarante e Caucaia;
- III) Região Turística III – municípios de Aquiraz, Cascavel, Beberibe, Fortim, Aracati e Icapuí;
- IV) Região Turística IV – municípios de Barroquinha, Camocim, Acaraú, Itarema, Amontada e Itapipoca.

Segundo DANTAS (2002:86), “a particularidade do programa decorre da indicação de papel peculiar atribuído a uma estrutura urbana que reforça o poder de atração de Fortaleza em face das zonas de praia”.

Para assegurar o desenvolvimento dessas zonas de praia, tendo a capital como ponto de recepção, desempenharam papel fundamental a implantação e a melhoria das vias de distribuição do fluxo turístico no litoral, as novas vias litorâneas, com destaque para as CEs 040 e 261 e a Via Estruturante, transformando sensivelmente a rede urbana do Ceará.

Em nível municipal, Aracati, através do Plano Estratégico Participativo, elaborado em 1999, pela Secretaria de Turismo e Meio Ambiente, determinou as diversas formas de turismo possíveis de serem desenvolvidas no Município: de praia, histórico-cultural,

ecológico, náutico e rural. Dessa forma, “considerando a diversidade dos atrativos turísticos do Município e visando a otimização dos recursos de cada localidade, dividiu a área municipal em seis zonas, formadas por um conjunto de locais e atrativos de mesma natureza ou categoria” (PMA, 2000b):

- Zona de Canoa Quebrada – Canoa Quebrada, Beirada, Estêvão e dunas;
- Zona de Majorlândia – Majorlândia, Quixaba, Lagoa do Mato e Retirinho;
- Zona do Distrito Sede;
- Zona do Rio Jaguaribe – Vila da Volta, Pedra Redonda e Cabreiro;
- Zona das Lagoas – Santa Tereza;
- Zona de Turismo Rural e Aventura – Interior do Município e Cajazeiras.

Segundo este plano, o turismo de praia, para o qual a Zona de Canoa Quebrada foi classificada, destina-se a “criar mecanismos capazes de reeducar os usuários (turistas e nativos), quanto à preservação e à limpeza, desenvolvendo o turismo, bem como a infraestrutura para possibilitar o melhor aproveitamento dos atrativos turísticos” (PMA, 2000b).

Analisando as ações do poder público de Aracati, observa-se que o Município não possui uma ação sistemática que envolva uma adequada gerência administrativa e os necessários recursos financeiros, humanos e materiais numa política de turismo eficaz e participativa, tendo em vista que atualmente a atividade turística em Aracati tem ocorrido de forma espontânea e descontrolada (PMA, 2000b). Dessa forma, caso o Município não venha a desempenhar um papel menos omissivo, seu patrimônio paisagístico e cultural corre o risco de sofrer um desgaste progressivo, afetando a imagem e a atratividade que sua má exploração vem conduzindo.

3.5.2. Canoa Quebrada no contexto do turismo em Aracati

O município de Aracati combina sua natureza e a importante resultante histórica de sua construção econômica, social e cultural. Aliado à infra-estrutura criada (estrada, energia, água, pousadas) e aos seus atrativos naturais e culturais, alguns fatores contribuíram e ainda contribuem para tornar o município de Aracati o segundo mercado receptor turístico do Estado, com exceção de Fortaleza (Tabela 08): a pequena distância de Fortaleza; a polarização exercida por Aracati sobre as cidades do baixo Jaguaribe e da RMF e as cidades e localidades litorâneas situadas a leste de Fortaleza e a proximidade com o Rio Grande do Norte, que os tornam mercados emissores potenciais; e a excessiva veiculação da imagem de Canoa Quebrada que, além dos mercados local e regional, atrai turistas dos mercados nacional e internacional com destino a Aracati.

A participação do Município, que compõe no Plano Turístico Estadual, a Macrorregião Litoral Leste/Apodi (ver Figura 24), no fluxo turístico no Estado do Ceará ficou entre 5% a 7% nos últimos quatro anos, como pode ser verificado na Tabela 09. Entretanto, esta tabela também demonstra um declínio na demanda turística de Aracati a partir de 1999, o que dá indícios de que há uma perda em seu grau de atratividade, notadamente em Canoa Quebrada.

Segundo dados da SETUR de 2001, em relação a todo o trecho da Costa Sol Nascente – litoral leste do Estado, que totalizam 130 meios de hospedagem, o Município concentra 43,84% desse total (ver Tabela 10), correspondendo ao município que possui maior oferta hoteleira dessa região. Isso coloca em evidência uma forte polarização turística exercida por Aracati, resultante de sua atratividade regional, estadual, nacional e mesmo internacional.

TABELA 08
Principais Municípios (exceto Fortaleza) Visitados pelos Turistas que Ingressaram ao Ceará Via Fortaleza 1998-1999-2001

Municípios		Quantidade de Turistas		
		1998	1999	2001
1	Aquiraz	67.508	101.221	68.381
2	Aracati – 2º destino	72.132	109.649	83.404
3	Baturité	3.652	3.235	*
4	Beberibe	64.272	105.761	80.813
5	Camocim	3.237	6.484	*
6	Canindé	6.472	4.915	15.633
7	Cascavel	14.334	15.565	11.915
8	Caucaia – 1º destino	147.761	180.260	147.122
9	Crato	4.288	4.290	4.879
10	Guaramiranga	*	*	4.680
11	Icapuí	*	3.888	*
12	Itapipoca	3.237	6.484	5.180
13	Jijoca	23.119	45.418	44.551
14	Juazeiro	8.576	8.761	8.862
15	Limoeiro do Norte	*	*	4.282
16	Maracanaú	3.641	*	*
17	Maranguape	3.337	*	4.647
18	Paracuru	14.796	16.218	13.987
19	Paraipaba	20.807	42.169	25.902
20	Quixadá	8.252	5.804	10.256
21	São Gonçalo	26.356	24.007	16.059
22	Sobral	11.798	11.608	15.732
23	Tianguá	*	*	5.974
24	Trairi	*	6.484	9.325
25	Ubajara	3.949	4.290	*
Total		511.526	686.511	581.583

FONTES: SETUR / CE.

* município que não estava entre os vinte primeiros classificados no ano considerado.

TABELA 09
Inserção de Aracati no Turismo do Estado do Ceará

FLUXO TURÍSTICO (1)	1998	1999	2000	2001
Ceará	1.297.528	1.388.490	1.507.914	1.631.072
Aracati	72.132	109.649	98.192	83.404
Participação de Aracati no Ceará	5,5%	7,9%	6,5%	5,11%
Receita Turística Anual (R\$)	8.596.692	16.135.289	15.162.612	12.840.046

FONTES: SETUR / CE. / (1) CORRESPONDE AO FLUXO PROVENIENTE DE FORA DO ESTADO QUE ENTRA A PARTIR DE FORTALEZA.

TABELA 10
Oferta Hoteleira nos Municípios Turísticos do Litoral Leste do Ceará

Pólo/Cluster Litoral Leste	Qtd. Meios de Hospedagem *	Leitos
Aquiraz	24	2.384
Aracati	57	1.694
Beberibe	19	1.805
Cascavel	10	597
Fortim	07	141
Icapuí	11	171
Pindoretama	02	20
Total	130	6.812

Fonte:: SETUR, 2001.

* Sem considerar outras unidades, como os alojamentos.

Cabe importar que o turismo de Aracati deve ser considerado em três dimensões: a histórica, a carnavalesca e a ecológica (PMA, 2000). A dimensão histórica, pouco valorizada e explorada turisticamente pelo poder municipal, alimenta-se das tradições e da paisagem urbana da Sede, com edificações, cujo conjunto foi tombado em 2000, que remontam ao século XVIII – casarões com azulejos portugueses, a Casa de Câmara e Cadeia (atual Câmara Municipal), a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, a Igreja Matriz, a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, a casa de Adolfo Caminha e o sobrado do Barão de Aracati (atual Museu Jaguaribano).

O turismo carnavalesco, que é o responsável pela atratividade que atinge principalmente a Sede Municipal, atualmente promove a afluência de cerca de 200.000 foliões ao Município (PMA, 2000), e realiza-se nas principais ruas da cidade com trios elétricos, não encontrando infra-estrutura de apoio adequada.

O turismo ecológico tira partido do patrimônio paisagístico natural através dos carnaubais, dunas, mananciais e falésias avermelhadas das praias de Canoa Quebrada, Majorlândia e Quixaba. Na área rural, podem ser encontradas lagoas, grutas, casas de farinha.

Outros eventos e opções para o turismo em Aracati, responsáveis por razoável afluxo

de pessoas, são: 1 – Regata de jangadas de Majorlândia; 2 - Regata de botes a vela no rio Jaguaribe, em julho, janeiro e novembro; 3 – Festa de Reveillon de Canoa Quebrada; 4 – Canoarte, início de janeiro; e 5 – Canoa em Canto, em julho.

O dinamismo turístico de Aracati aponta, porém, para um lado problemático que envolve essa atividade: agressão ao meio ambiente e um ordem crescente de problemas sociais vinculados à presença de drogas, prostituição e violência, afetando a vida das populações locais. No caso da violência, por exemplo, recentemente, no final de 2002, a população de Aracati passou por uma situação de tensão e medo resultante da ação de uma quadrilha que vinha agindo em toda a região realizando assaltos a pousadas e turistas e até assassinatos, cujo processo de investigação foi acompanhado pela imprensa cearense:

“A fuga de turistas e investidores estrangeiros já se estende por Municípios próximos à Aracati (...) A presença de bandidos perigosos em Aracati, por conta de seu belo litoral, não é recente. No ano passado, por exemplo, um trabalho de investigação que mobilizou autoridades policiais de vários estados nordestinos, descobriu que na praia de Canoa Quebrada estava refugiado um dos principais líderes da quadrilha que atuam no Nordeste brasileiro (...)” (“Estrangeiros desistem de investir”, *Jornal Diário do Nordeste*, 06/10/2002).

Apesar deste lado negativo, o turismo no Ceará sempre é lembrado nos meios de divulgação principalmente por suas praias “paradisíacas” que apresentam “um desfile de cenários de rara beleza, envolvendo dunas, coqueiros, mangues, falésias avermelhadas e fontes de água doce que deságuam no mar” (*Diário do Nordeste*, 2002).

Próximas a Aracati, destacam-se, destes cenários, as praias de Morro Branco e das Fontes, localizadas no município de Beberibe, conhecidas em função de sua aparição em novelas e filmes. Ambas têm como ícone um cordão de falésias coloridas com bicas de água doce, onde o turista pode percorrer os labirintos das falésias e adquirir garrafinhas de areia colorida. A Prainha do Canto Verde é outra praia de destaque deste município com forte tendência ao turismo ecológico. Ao invés da presença de grandes *resorts*, a praia é equipada por barracas, hospedarias e restaurantes familiares gerenciadas pela população local.

Seguindo a leste, encontra-se Pontal de Maceió, única praia atlântica do município de Fortim – as outras são fluviais, conhecida por sua beleza e tranqüilidade. Nas praias fluviais, a valorização do rio Jaguaribe, que separa o município de Aracati, se dá através da implantação de bares e restaurantes à sua margem esquerda e da exploração dos esportes náuticos.

Icapuí, município a leste de Aracati é o último município cearense antes da divisa do Estado do Rio Grande do Norte. As praias destacam-se por sua rara beleza com suas imensas formações rochosas avermelhadas. As mais conhecidas são Redonda e Ponta Grossa, esta última habitada por pescadores e lagosteiros e com infra-estrutura turística precária, o que atrai os amantes do turismo alternativo ³⁰.

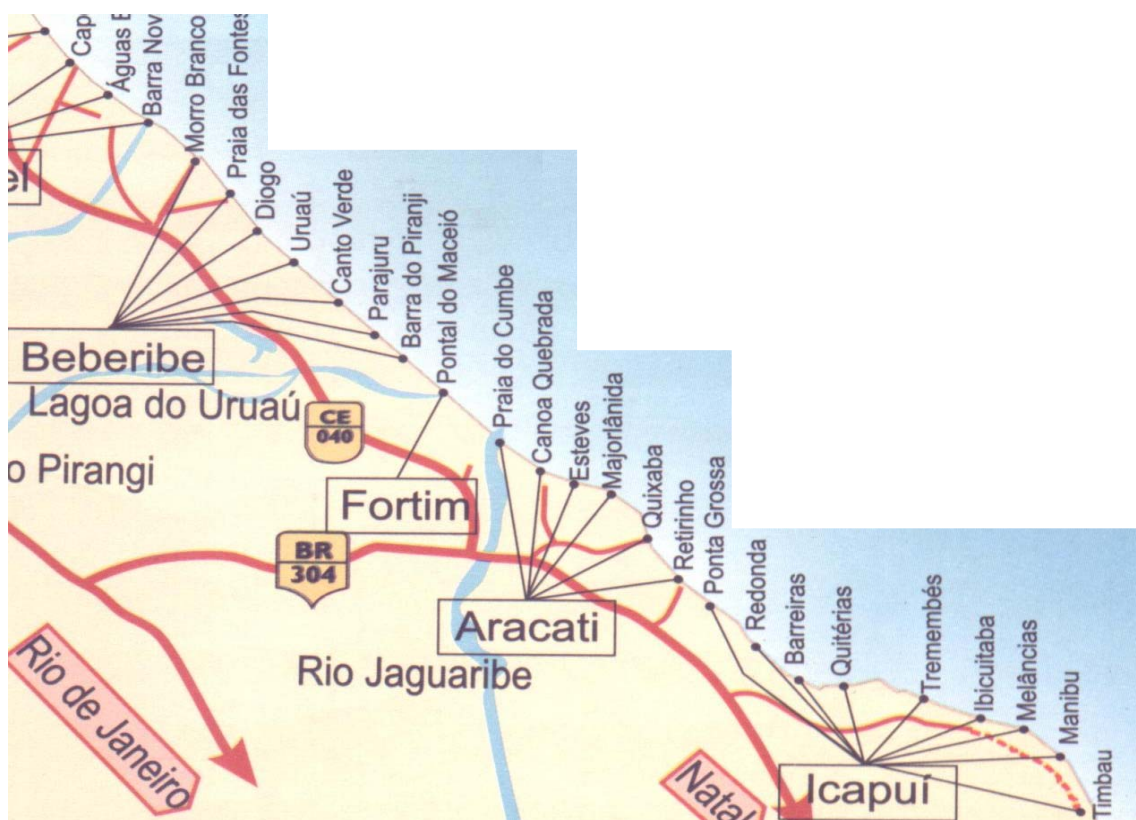


Figura 25 – Localização das praias de Aracati e de municípios próximos. Fonte: SETUR, 1999.

³⁰ Na primeira semana de dezembro de 2002 (na edição de 04/12/2002), a revista Isto É ouviu especialistas do setor do turismo para eleger os principais destinos da costa brasileira que são mais indicados para cada tipo de programa. A praia de Ponta Grossa foi citada por um dos especialistas como um lugar rústico, onde “as praias são quase desertas e fica pertinho de Canoa Quebrada”. Outras praias citadas do Ceará foram Fleixeiras e Jericoacoara, do litoral oeste, e Morro Branco, do litoral leste.

Em Aracati, como visto, seu patrimônio paisagístico destaca principalmente, além de Canoa Quebrada, as praias de Majorlândia, Quixaba e Lagoa do Mato.

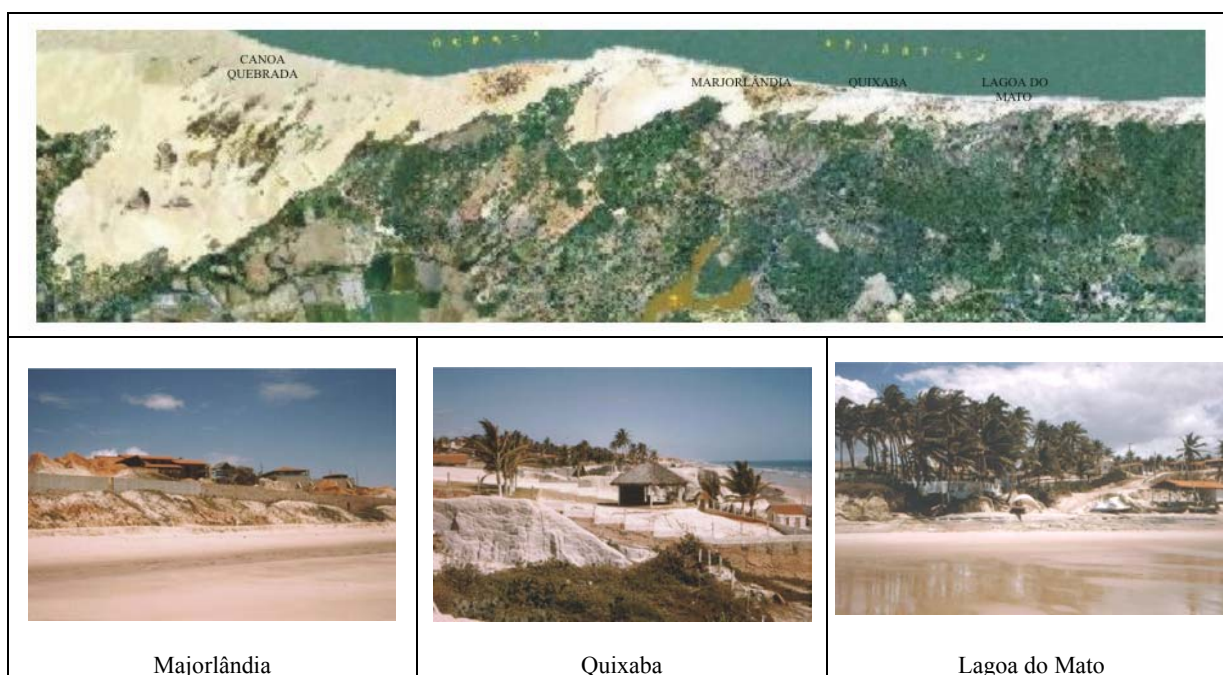


Figura 26 – Foto aérea de trecho da zona costeira de Aracati e fotos das principais praias.

Fonte: PDDU / PMA, 2000.

Majorlândia e Quixaba têm suas paisagens marcadas pela presença de falésias e coqueirais. Apesar da exploração turística ser menos intensa que em Canoa Quebrada, há uma quantidade significativa de pousadas (aproximadamente 30 em Majorlândia), porém sua ocupação é predominantemente de residências de veraneio de alto padrão que se instalam em falésias e dunas. Lagoa do Mato, mais a leste, é um pequeno núcleo localizado sobre falésias brancas, basicamente ocupado por pescadores, mas que já apresenta alguns sinais de desenvolvimento.

Apesar de toda essa riqueza ambiental e paisagística, a participação de Canoa Quebrada como destino turístico de Aracati e do Ceará sempre foi relevante. Em 1998, por exemplo, de 72.132 turistas que visitaram Aracati, 1/3 teve como destino Canoa Quebrada,

segundo dados da SETUR ³¹.

Todavia, essa intensa procura pela praia e seu rápido desenvolvimento provocaram uma transformação que descaracterizou quase que totalmente a identidade do povoado. Como visto no início deste capítulo, no primeiro tipo de turismo que ocorreu em Canoa Quebrada, atualmente chamado de “turismo alternativo”, que não demandava infra-estrutura, eram privilegiados o contato com a natureza intocada e a rusticidade do lugar (MACEDO, 2002).

A partir da década de 80, Canoa Quebrada teve o seu território incorporado ao processo intensivo de expansão urbana litorânea para fins turísticos (ver Figura 27).

Para MACEDO (*op. cit.*), a maior parte das praias do litoral brasileiro passa por algumas etapas básicas entre a fase “paraíso” até a fase atual de ocupação urbana:

1^a etapa - Descoberta do local – chegada dos primeiros visitantes. Principais características: difícil acesso, paisagem rústica e isolamento;

2^a etapa – Consolidação no imaginário turístico do local como “Éden”. Principais características: acesso difícil, paisagens rústicas, surgimento de pequenas pousadas, mudança nos hábitos de parte da população, venda de casas a novos moradores;

3^a etapa – Transformação. Principais características: transformação parcial da paisagem mesmo que a visão mítica do paraíso continue sendo o chamariz de atração local.

Momento 1 – Surgimento de loteamentos, melhoria de acessos;

Momento 2 – Transformação total da paisagem local, formando tecidos urbanos tradicionais, efetivando-se uma alteração radical dos hábitos da comunidade: o turismo passa a ser uma fonte de renda básica.

³¹ Esta participação, entretanto, deve ser maior que a registrada, pois quando foi contabilizado o fluxo turístico, também foi incorporada a demanda de turistas na época do Carnaval à sede, diminuindo a média anual de Canoa Quebrada.

Ano 1986 – Características:
consolidação no imaginário
turístico do local como “Paraíso”.
acesso difícil, paisagens rústicas
venda de casas a novos
moradores, mudança de hábitos
de parte da população.



Ano 1996 – Características:
melhoria de acesso,
transformação parcial da
paisagem, tecido urbano começa a
se consolidar, alteração de hábitos
de grande parte da população.



Ano 2002 –
Características:
transformação total da
paisagem local, tecido
urbano denso e
desordenado
consolidado,
depredação ambiental,
alteração radical dos
hábitos da comunidade,
turismo como fonte de
renda básica.



Figura 27 – Evolução do núcleo de Canoa Quebrada em três momentos de sua ocupação
Fontes: Foto 1986 (desconhecida); Foto 1996 (SEINFRA-CE); Foto 2002 (Projeto Canoa / PMA / GAU)

Canoa Quebrada atingiu a terceira etapa deste processo, de transformação da paisagem local, em menos de 20 anos e o turismo passou a ser praticamente a única fonte de emprego e renda para a população canoense.

Como foi visto, com o advento da estrada, após a chegada dos primeiros visitantes descobridores de Canoa, uma segunda categoria de visitantes começou a freqüentar o núcleo, tornando indispensável a criação de um infra-estrutura de apoio para sua acomodação. Um conjunto de atividades que fazem parte da cadeia turística passaram a se localizar em Canoa Quebrada vinculadas à alimentação, lazer, transporte e passeios, vestimenta e hospedagem.

Do exposto, uma questão que se impõe é como a praia de Canoa Quebrada, que tem sofrido alterações contínuas em sua paisagem e passou, ao longo dos últimos, a ter problemas ambientais e sociais tão graves, destaca-se tanto ainda no cenário turístico do Estado, mantendo até hoje sua fama e, como é muitas vezes ressaltado, seu encanto e magia.

Sua ainda atual fama é confirmada pelo Guia Brasil 2003, publicação do Guia 4 Rodas, que traz uma lista com as melhores praias de agito do país. A praia de Canoa Quebrada ocupa o oitavo lugar da lista. Na premiação da revista Viagem e Turismo ocorrida em outubro de 2002, que listou os melhores do turismo nacional e internacional, a praia de Canoa Quebrada apareceu em sexto lugar na categoria melhor praia do país.

Como se pode observar, apesar dos aspectos negativos que assolam Canoa Quebrada, alguns outros elementos ainda atraem e encantam turistas de todo país e do mundo. Supõe-se que, pelas classificações recebidas nas duas listas citadas anteriormente, um desses principais elementos que distingue Canoa Quebrada de outras praias seja o “agito”, a movimentação noturna, o encontro, como se pode observar na descrição da praia divulgada por um *site* da *internet*:

“Praia lendária e de beleza exuberante. Exemplo da perfeita fusão entre o estrangeiro e os nativos do lugar, marcantes por sua hospitalidade e alegria de viver (...) Canoa ferve de agitação todas as

noites, na rua de terra batida, jocosamente apelidada de 'Broadway'". (www.portocanoa.com.br).



Figura 28 – Noite na Broadway.

Fonte: site: www.santuarios.com.br

Acredita-se também que outro elemento que a destaca de seu entorno fundamenta-se na constante e massificada divulgação por parte de empresas e instituições ligadas ao turismo que ainda sustentam o ideário da eterna magia da praia e da liberdade iniciada e pregada pelos *hippies* dos anos 60/70, como se pode verificar em algumas dessas propagandas:

“ Descoberta nos anos 60 (...), Canoa sofreu um choque de cultura que resultou no sentimento de liberdade que impera até hoje”. (Site www.portocanoa.com.br).

“ (...) Canoa é privilegiada por oferecer deslumbrantes auroras e espetaculares pôres-do-sol. Não ficam atrás também as noites de lua, quando o mar torna-se um verdadeiro espelho de luz prateada, com seu clarão cósmico iluminando almas e mentes. Nestas horas, contemplar o mundo ou caminhar pela areia da praia é como assumir a beleza anônima do ser (...).” (Ceará Guia de Praias / SETUR, 1997).

“ (...) Tendo como símbolo uma estrela e uma lua esculpidas na falésia vermelha, Canoa Quebrada é cercada de uma atmosfera de magia e deslumbramento”. (Site www.touristicmachine.com.br).

“De praia quase deserta nos anos 70, Canoa Quebrada é hoje conhecida internacionalmente, irradiando beleza durante o dia, magia quando a noite chega e reunindo gente de bem com a vida, num permanente culto ao prazer. A ordem permanente é esquecer o tempo e curtir o lugar intensamente”. (Jornal Diário do Nordeste. Matéria: Pousada Tropicália, A primeira de Canoa Quebrada. 10/01/2003).

“Canoa Quebrada é um lugar mágico, que impressiona a todos os visitantes com sua atmosfera animada e beleza paradisíaca (...) Mesmo se transformando de aldeia de pescadores para um lugar turístico, Canoa Quebrada nunca perdeu seu encanto e sedução. Assistir ao pôr-do-sol do alto das dunas locais pode ser a experiência mais romântica da vida de alguém (...).” (Site www.terra.com.br/ceara).

“ Em suas noites agitadas pelo som do Forró e do Reggae, encontram-se turistas de todo o planeta para curtir a linguagem universal da liberdade.” (Site www.citybrazil.com.br).

Outro aspecto sempre apontado pelos meios de divulgação, turistas e novos moradores de Canoa refere-se à hospitalidade da comunidade e sua alegria:

“Conhecida em todo o mundo pela beleza de suas dunas de areia colorida e pela magia de seu pôr-do-sol, Canoa atrai viajantes de todo o mundo, que lá encontram um povo alegre e hospitaleiro”. (Site www.citybrazil.com.br).

Do exposto, pode-se aferir que o que é divulgado e vendido da praia de Canoa Quebrada para os turistas atualmente vai muito além da paisagem e do ideário da natureza intocada e rusticidade do lugar, visto que outros componentes têm sido agregados com vistas a diferenciá-la das demais praias e, dessa forma, valorizá-la: a agitada vida noturna, a população hospitaleira e, principalmente, o mito de liberdade e eterna magia, qualidades conferidas ao núcleo pelos primeiros visitantes do povoado.

Dessa forma, Canoa Quebrada exerce a função de “âncora”, um centro de redistribuição do turismo, nesta região litorânea do Estado. É de Canoa, por exemplo, que partem diariamente bugres que fazem passeios para outras praias como Ponta Grossa e Redonda, em Icapuí. É em Canoa também que se encontra uma das melhores estruturas receptivas do Ceará incluindo meios de hospedagem³², alguns bastante confortáveis, restaurantes, barracas, lojas de artesanato e *souvenirs* e bares. Também em Canoa, próximo ao núcleo, localiza-se a primeira cidade turística construída no Estado, o Porto Canoa, constituído de três condomínios de luxo, um hotel quatro estrelas e um *Sea Club*.

Entretanto, apesar de toda a infra-estrutura receptiva e de sua fama, o fluxo turístico de Aracati, notadamente de Canoa Quebrada, tem diminuído nos últimos quatro anos, como

³² Pesquisa realizada em janeiro de 2002, integrante do Projeto Canoa / PMA, apurou que existem atualmente 43 pousadas em funcionamento em Canoa Quebrada, num universo de 57 em todo o município de Aracati, o que corresponde a 75% da capacidade de hospedagem municipal (SETUR, 2001). A capacidade total instalada é de 375 UH's ou 926 leitos, correspondendo a uma média de 2,47 leitos por UH.

se verificou anteriormente na Tabela 09. Na verdade, o considerado turista, que pernoita no lugar que visita, segundo o conceito estabelecido pela Organização Mundial do Turismo, está diminuindo, mas o volume de visitantes aumenta, o que requer uma ação urgente de controle por parte do poder público, tendo em vista as conseqüências sócio-econômicas e ambientais que tal processo engendra, pois o visitante não estabelece vínculo com o lugar e seu gasto no local ou não é significativo, ou é monopolizado.

A população de Canoa, principalmente pousadeiros, reclama da ausência de um esquema que “segure” o visitante para pernoitar. No sistema vigente, o turista é levado a Canoa Quebrada através de agências de viagens de Fortaleza que realizam o receptivo dos turistas, ou mesmo ilegalmente mediante profissionais não qualificados que ocupam a avenida Beira-Mar de Fortaleza, e disponibilizam passeios de apenas um dia em coletivos com ar condicionado e guia turístico para praias como Canoa Quebrada, dentre outras, a preços que variam entre R\$25,00 a R\$ 40,00.

Na baixa estação, segundo moradores de Canoa, chegam 8 ônibus por dia, enquanto na alta, há uma fluxo bastante intenso, em média de 25 ônibus. Nas diversas praias, as agências contam com pontos de apoio pré-determinados que negociam comissões, deixando grande parte de barracas, restaurantes e estabelecimentos comerciais “fora do esquema”.

Esta constatação remete para uma grande preocupação que acomete as pessoas envolvidas com negócios turísticos em Canoa Quebrada: a dependência dessas agências de turismo, deixando a comunidade à mercê do amadorismo, pouca qualificação e, às vezes, irregularidade, que prevalecem em todo o processo. Um fato que comprova tal situação foi a recente falência da famosa empresa de turismo SOLETUR que, quando deixou de prestar seus serviços em todo o Brasil, influenciou diretamente na queda do fluxo turístico de Canoa Quebrada. Alguns bugueiros revelaram que muitos da comunidade desistiram nesta época de trabalhar com turismo em função desta queda.

Dessa forma, o turista que vai a Canoa Quebrada e se hospeda para passar mais de um dia o faz, na maior parte das vezes, por conta própria, com veículo próprio ou outra alternativa de transporte, e principalmente através do sistema de reservas pela *internet*, forma pela qual trabalha a maioria das pousadas, como demonstra a Tabela 11 a seguir:

TABELA 11
Sistema de Reservas das Pousadas de Canoa Quebrada

Sistema de Reservas	Sim	Não
Trabalha com agências	31%	69%
Faz reservas pela <i>internet</i>	50%	50%
Faz reservas institucionais *	14%	86%
Tem vínculos com o exterior	29%	71%

Fonte: Dados Primários de Pesquisa Direta Janeiro 2002 - Projeto Canoa / PMA , 2002.

* Corresponde a reservas através de convênios com empresas e instituições.

Os valores cobrados pelas diárias nas pousadas e hotéis de Canoa Quebrada variam entre R\$ 45,00 e R\$ 80,00 em baixa estação, com algumas exceções. Em alta estação, estes preços aumentam de 40 a 50%. No caso de temporadas (feriados longos como Carnaval, Semana Santa, *Corpus Christi*, *Reveillon*, dentre outros), são cobrados os chamados “pacotes”, valores fechados que correspondem ao total de dias do respectivo feriado. Neste caso, são cobrados preços que variam entre R\$ 300,00 a R\$ 700,00, podendo atingir, em alguns casos, até R\$ 1.000,00. Constatou-se, entretanto, durante o período desta pesquisa, que incluiu épocas de baixa e alta estação, que os valores cobrados não são negociáveis, mesmo que seja baixa estação e a pousada esteja praticamente vazia. Depoimentos de turistas confirmam essa constatação acrescentando que “os gringos (donos de pousadas) são os mais inflexíveis”.

Este fato revela-se preocupante tendo em vista que foi constatado que a capacidade dos meios de hospedagem não corresponde à atual demanda. A taxa de ocupação média expressa em UH’s entre 25 e 26 de janeiro de 2002, por exemplo, que correspondeu a um

final de semana em alta estação, foi de 45%, segundo pesquisa direta, indicando pois, baixo desempenho de capacidade. Ao mesmo tempo que pousadeiros reivindicam ações por parte do poder público para que esta situação seja revertida, muitos não estão abertos para negociações e estabelecimento de parcerias, refletindo o imediatismo e o amadorismo que imperam entre parte dos empreendedores locais.

Do exposto, observa-se que há uma total falta de sintonia entre o poder público, estadual e municipal, e o *trade* turístico, que envolve operadoras, donos de hotéis e pousadas, empresas de transporte, etc no sentido de transformar os atuais e efêmeros visitantes de Canoa Quebrada em turistas. Não há políticas que integrem a população local, nem que estabeleçam vínculos sólidos entre Fortaleza e Aracati, mediante, por exemplo, a implantação de um circuito turístico composto pela Sede Municipal e seu patrimônio histórico, o rio Jaguaribe com infra-estrutura para passeios de barco e demais modalidades de esportes náuticos, as lagoas e as praias.

O turismo de lazer, classificado para Canoa Quebrada, apesar de seu potencial, se ressentido de diretrizes que visem a sua adequabilidade ao quadro ambiental e social em que se insere, refletindo negativamente, dessa forma, na imagem turística de Canoa Quebrada que, segundo moradores, está bastante comprometida no que se refere à degradação da paisagem natural (destruição de falésias e dunas, esgoto nas praias) e urbana (lixo, falta de saneamento e drenagem, etc).

O segmento de ecoturismo que alia turismo, preservação ambiental e participação da população local, também tão aclamado para Canoa Quebrada por parte do poder público, não é praticado. Para tanto, toda a cadeia do *trade* poderia envolver bases de ecoalojamentos, *ecotours* e também a preparação do próprio turista e da população residente. Atualmente, o turista que chega a Canoa Quebrada não é sequer informado que se encontra em uma Área de Proteção Ambiental.

A tendência de permanecer com a função de centro de redistribuição do turismo da região leste do Ceará que Canoa Quebrada exerce atualmente deve ser reforçada tendo em vista sua consolidação como núcleo requalificado após a implantação do Projeto Canoa Quebrada que é constituído por projetos de esgotamento sanitário, drenagem, pavimentação em pedra de algumas vias, reordenamento de circulação de veículos e pedestres e construção de praças e alguns edifícios como o Terminal de Passageiros e o Centro de Apoio ao Turista e à Comunidade.

Outro componente do Projeto que deverá consolidar Canoa Quebrada como “âncora” da Costa Sol Nascente consiste na reserva de áreas de expansão estabelecidas pelo Zoneamento Ambiental da APA de Canoa Quebrada, nas quais deverá, segundo a lei que regulamenta a lei, ser estimulada a implantação de equipamentos de caráter turístico. Assim, na chamada Zona Especial de Interesse Litorâneo, foram estabelecidos lotes mínimos com grandes dimensões (5.000 m²) com indicadores urbanísticos rígidos com vistas a inibir o adensamento dessas áreas, ao contrário do que ocorreu até com o núcleo original.

Ainda segundo o Zoneamento Ambiental, todas áreas de dunas, praia, falésias e manguezal deverão ser protegidas e consideradas não edificantes semeando o que pode ser, a médio prazo, a base territorial para uma política e ações mais sólidas e eficazes no setor do ecoturismo. Para tanto, a preservação ambiental da APA, em consonância com as legislações federal, estadual e municipal vigentes, deverá ser rigorosamente respeitada.

CAPÍTULO 4

Canoa Quebrada enquanto Espaço, Paisagem e Lugar

4.1. A valorização do espaço de Canoa Quebrada

“A compreensão do processo de valorização do espaço e a construção de uma teoria a respeito, exigem o recurso e o esclarecimento de uma categoria central do pensamento marxista que é o valor” (MORAES & COSTA, 1999).

Para MARX *apud* CARLOS (1997:51), o valor é determinado pelo trabalho, mas não exclui o fato de a terra ser mercadoria, como consequência do desenvolvimento de regime de produção capitalista.

Segundo SMITH *apud* HARVEY (1908:131), “a palavra ‘valor’ tem dois significados diferentes; algumas vezes expressa a utilidade de algum objeto particular e algumas vezes o poder de compra de outros bens que a posse daquele objeto transmite. O primeiro pode ser chamado ‘valor de uso’ e o outro ‘valor de troca’”. Assim, todas as mercadorias possuem valores de uso e de troca.

Segundo MARX *apud* SOUZA (1983:67), em sua obra O Capital, “a mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas (...) Não importa a maneira como a coisa satisfaz (...) se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção”.

O solo e suas benfeitorias, na economia capitalista contemporânea, são mercadorias, embora não sejam mercadorias quaisquer. Para HARVEY (1980), o solo e suas benfeitorias possuem seis características que os distinguem das demais mercadorias:

- a) não podem deslocar-se, têm localização fixa, conferindo privilégios de monopólio à pessoa que tem os direitos de determinar seu uso;

- b) são indispensáveis, ou seja, não se pode existir sem ocupar um espaço, um solo;
- c) mudam de proprietários com pouca frequência;
- d) são quase totalmente permanentes e os direitos de seu uso propiciam a oportunidade de acumular riqueza;
- e) a troca no mercado ocorre em um momento do tempo, mas o uso se estende por um considerável período de tempo;
- f) têm usos diferentes e numerosos.

Para HARVEY, *op.cit.*, todos os usos de um determinado imóvel, quando tomados juntos, constituem o valor de uso para seus ocupantes. Esse valor de uso não é constante no tempo para a mesma pessoa nem é o mesmo para todas as pessoas em imóveis comparáveis. Cada indivíduo e grupo determina, diferentemente, o valor de uso. Para o autor, é somente quando as características das pessoas são consideradas junto às características da moradia, por exemplo, que o valor de uso assume real significado. Esses valores de uso refletem as necessidades sociais, os hábitos culturais, os estilos de vida, etc. Entretanto, estes valores, concebidos em seu sentido cotidiano, permanecem fora da esfera da economia.

O valor de troca aparece quando parcelas do espaço são apropriadas individualmente e passam a ter sua compra e venda mediadas pelo mercado, quer em função de sua utilidade ou da perspectiva da valorização do capital ou pela perspectiva da comercialização da terra (CARLOS, 1997). O preço é expressão do valor de troca. Para ter-se acesso a um pedaço de terra é necessário pagar por ele. Entretanto, o valor de uso não desaparece totalmente, pois quando se compra uma parte do espaço, compra-se um tempo, um hábito, uma distância, uma vizinhança, etc, mesmo que este valor também incorpore novos padrões de vida.

Uma dos aspectos que determinam a aquisição do valor de troca de um bem é a sua raridade. Quanto mais escasso se torna um bem, mais valor de troca ele terá e passível de ser

valorizado e convertido em mercadoria.

Com o processo de produção capitalista, a natureza passou a se tornar uma raridade na paisagem urbana. Para LEFEBVRE *apud* SANTANA (2001:180), os elementos considerados naturais foram introduzidos no grupo das novas necessidades, em particular urbanas e industriais. SCARIM (2001:173) concorda com Lefebvre quando afirma que “neste século, muitas necessidades foram produzidas, estrategicamente induzidas. (...) muitos desejos foram estimulados para satisfazer necessidade antigas. Para estes desejos foram oferecidos objetos e espaços”.

Nas cidades, a natureza ganhou um valor de troca em função de sua escassez e as pessoas passaram a buscar o espaço natural fora da cidade. Este outro espaço, onde é possível encontrar a paisagem natural, é transformado para ganhar outro uso e ser consumido como sendo extensão do urbano. O que era antes uma área preservada, passa a estar na base da constituição do valor de troca.

Assim, através da atividade turística, as mesmas relações de produção capitalista que provocaram a escassez do espaço natural nas cidades, dominam o novo espaço e se apropriam dele, passando a produzi-lo e a transformá-lo através do sentido do urbano. Na mesma lógica perversa das cidades, o novo espaço que se produz tende a se homogeneizar, fragmentar-se e hierarquizar-se (SANTANA, 2001).

Segundo SANTANA, *op. cit.*, o valor de troca destes “bens naturais” começam, então, a ser determinados para o padrão de vida urbana, e sob as leis de mercados, de acordo com estratégias imobiliárias, nos moldes formulados para a população das cidades, ou seja, apenas para aqueles segmentos capazes de pagar o preço imposto pelo mercado. O espaço mercadoria é, então, comercializado aos pedaços, em parcelas, ou em pacotes turísticos de dias contados.

Essa expansão do mercado de terras já se faz presente na maior parte dos espaços litorâneos brasileiros e um dos maiores problemas existentes atualmente nestas zonas reside nos conflitos oriundos da sobreposição dos títulos de propriedade. MORAES (1999) acredita que, do litoral oeste de Fortaleza até o centro da costa do Rio Grande do Sul, inexistam terrenos sem pelo menos um proprietário formal ou reivindicante, além das comuns situações de conflito pela posse da terra ao longo de todo o litoral brasileiro.

Em Canoa Quebrada, os conflitos tiveram início, como já visto, na década de 80, em função da valorização da terra que se tornou instrumento de acumulação. O fomento turístico propiciou um processo de especulação imobiliária nunca antes visto em Canoa, evidenciado pelas tentativas de loteamentos. Dessa forma, a unidade do grupo foi rompida quando a terra deixou de ter um valor exclusivamente de uso. Quando a mesma passou a ter valor de troca, começou a ser disputada por seus moradores.

Entretanto, apesar da disputa acirrada pela terra entre os moradores, uma luta bem maior travou-se e prolonga-se até hoje com os chamados “donos” de Canoa Quebrada que apropriaram-se do espaço através de usucapião.

Estas ações tiveram início em 1981, quando um dos pretensos proprietários, conseguiu, na justiça, escritura definitiva de praticamente metade de Canoa Quebrada, incluindo a igreja datada de 1944. Outro usucapião foi concedido sobre vastas áreas desocupadas, em dunas, para o outro dito proprietário em 1992. O terceiro usucapião, de 1999, sobre a outra metade de Canoa, incluindo cemitério que tem mais de cem anos, para o mesmo requerente, gerou muita revolta levando vários moradores à justiça³³.

Em julho de 2001, houve uma manifestação, dentre tantas outras do passado, em razão da retirada de muros e cercas promovidas por um dos proprietários, como registrou o

³³ Fonte: Jornal Canoaracati, ANO III, nº XV, abril de 2001, p. 3.

jornal local na época:

“ O movimento nas férias de julho em Canoa Quebrada teve um ingrediente a mais. No dia 14, uma manifestação de moradores canoenses fechou a Rua Principal como forma de chamar a atenção das autoridades e população para o conflito envolvendo um empresário e moradores.(...) O motivo da intranquilidade é que o empresário tinha conseguido uma liminar na justiça de Aracati autorizando a retirada de muros e cercas, inclusive com força policial. (...) o advogado de (...) diz que o título de terra é legítimo e tudo está sendo feito dentro da lei. Os moradores não pensam igual e qualificam a escritura como fraudulenta (...)” (Jornal Canoaracati, Ano III, nº XVIII, p. 6).

Quanto a esse tipo de situação, CARLOS (1997) questiona a forma através da qual o espaço apropriado aparece como propriedade de alguém, tendo em vista que o monopólio da terra de certas pessoas dá a elas o direito de dispor de determinadas parcelas do espaço como esferas privadas, excluindo os demais membros da sociedade e determinando como tal parcela será utilizada, qual o preço a ser cobrado e, conseqüentemente, qual a classe social que irá desfrutá-la . O acesso à terra, dessa forma ocorre de forma cada vez mais segregada. MEYER (1979:153) ainda acrescenta que: “enquanto a produção do espaço é obra coletiva, resultado de um trabalho comunitário, seu consumo tem sido sempre privilégio de classe”.

No caso de Canoa, além da reflexão sobre o monopólio da terra, faz-se necessária uma análise sobre a forma irregular que ocorreram tais apropriações do espaço, visto que o instrumento utilizado, o usucapião, não cabia juridicamente nos três casos referidos, que foram denunciados ao Tribunal de Justiça do Estado, em março de 2001.

A raiz etimológica da palavra usucapião é latina - *usu capere*, que significa “tomar pelo uso”. Este instituto, no regulamento da Lei de Terras (Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850), “reconheceu ao ocupante de terras, independente da origem da ocupação, o direito de pleitear usucapião se demonstrasse a posse mansa, pacífica e pessoal”. Outras modalidades de usucapião foram contempladas em leis seguintes como a Constituição de 1891, o Código Civil, de 1917 e a Constituição de 1934. Segundo IMPARATO (1999), o instituto do usucapião teve sempre a finalidade de assegurar a paz social. NUNES *apud* IMPARATO

(1999:212) diz que no usucapião “o direito da coletividade se sobrepuja o do indivíduo (...)”.

A Constituição Federal de 1988 prevê usucapião em terras rurais e inaugura uma outra modalidade, o usucapião urbano. Para o usucapião rural, de acordo como o artigo 191, o requerente deve “possuir como sua, por cinco anos ininterruptos, área não superior a cinqüenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia”. No caso do usucapião urbano, conforme artigo 183, deve-se possuir uma “área urbana de até duzentos e cinqüenta metros quadrados, por cinco anos, utilizando-a para sua moradia ou de sua família”. Para ambos os casos, não é permitida a aquisição de imóveis públicos.

Como se pode observar, nos dois tipos de usucapião, é requisito básico a moradia ou o beneficiamento da terra por determinados períodos de tempo em áreas máximas específicas. Em Canoa Quebrada, as áreas concedidas eram áreas públicas devolutas ou já densamente ocupadas por inúmeras famílias. No entanto, os novos proprietários são pessoas que moram em outra cidade e registraram terras com áreas superiores a cinqüenta hectares. Tais proprietários, respaldados pela posse de escrituras que legitimam a propriedade das terras, pedem indenizações à CAGECE por instalação de poços de abastecimento d’água no núcleo e à Secretaria de Infra-Estrutura do Estado - SEINFRA pela implantação das obras do Projeto de Requalificação Urbanística de Canoa Quebrada, como demonstra o seguinte trecho da notificação:

“Pela presente Notificação Extrajudicial fica VS. cientificado que os legítimos proprietários da gleba conhecida como Canoa Quebrada (vila) (...) protestam contra o esbulho de sua propriedade pretendido pela Prefeitura de Aracati conforme descrito no Edital (...) Obra Estruturante Requalificação Urbanística de Canoa Quebrada. (...) os projetos a serem implantados (...) os serão em terras particulares que não foram objeto de desapropriação como manda a lei.” (Notificação Extrajudicial enviada por alguns “donos” de Canoa à SEINFRA em 12 de agosto de 2002).

Para IMPARATO, *op.cit*, a inclusão do usucapião urbano no texto constitucional se fez necessária por dois motivos: facilitar a regularização fundiária em assentamentos

informais e tornar efetiva a função social da propriedade imobiliária urbana, na medida em que, em tese, coíbe a especulação imobiliária.

A regularização fundiária objetiva, dentre outros aspectos, legalizar a posse exercida com fins de moradia. Em Canoa, os moradores, mesmo os que ali nasceram e têm gerações antecedentes também nativas, convivem com uma tensão constante em razão da ausência do título de posse de suas moradias. Essas pessoas é que, na verdade, têm o direito de requerer o usucapião urbano, uma vez que é um instrumento de regularização fundiária destinado a assegurar o direito à moradia, direito este considerado fundamental no sistema jurídico brasileiro (SAULE JÚNIOR, 1999).

Uma tentativa de se acabar com os conflitos de posse no perímetro urbano de Canoa Quebrada vem acontecendo desde novembro de 2001, através da ação do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará – IDACE³⁴, ligado à Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado do Ceará. Os trabalhos, que envolvem operação cadastral, diagnóstico fundiário, projeto de reestruturação fundiária, regularização e, por fim, titulação, não têm sido simples, tendo em vista o desordenamento urbano do núcleo que dificulta o cadastramento, a existência de inúmeros processos de requisição de posse na justiça, as superposições de escrituras de terras, e a especulação que, com a possibilidade de legalização de posse, cresce assustadoramente. Terras têm sido cercadas do dia para a noite para futura ocupação ou comercialização.

Um fato que singulariza Canoa Quebrada diz respeito ao preço da terra que atualmente alcança valores altíssimos comparados ao de outras áreas litorâneas do estado. Como visto, com a valorização do espaço, o preço do solo de Canoa passou a ser regulado

³⁴ O IDACE foi criado em 1987 para substituir o antigo Instituto de Terras do Ceará - ITERCE, que tinha como atribuição principal executar a política fundiária estadual. Com a nova conjuntura política nacional, o IDACE assumiu novas atribuições ligadas à ações de redistribuição de terras, reassentamento rural, geoprocessamento e cartografia básica. Levantamentos de dados são também efetuados pelo IDACE como o que está sendo realizado em Canoa Quebrada.

pelo mecanismo de mercado segundo o modelo de uma economia capitalista, redefinindo a ordem que dirigia a vida dos canoenses. Esse novo modo de pensar especulativo, que contaminou os moradores, culminou numa nova configuração na relação homem/espço.

Um diagnóstico do mercado imobiliário de Canoa Quebrada, contendo laudos de avaliação de alguns imóveis, para efeito das desapropriações e indenizações a serem realizadas quando da implantação do Projeto Canoa, reforça essa singular formação de preços:

“O mercado imobiliário da praia de Canoa Quebrada possui características próprias tendo como principal fator valorizante o fato de ser conhecida internacionalmente como pólo turístico, atraindo constantemente pessoas de várias nacionalidades que a visitam regularmente. Este aspecto propicia uma valorização imobiliária local diferente de outras regiões litorâneas do Estado do Ceará, pois o número de negociações vem aumentando a cada ano, sendo crescente a população de estrangeiros e de pessoas de outros estados de nosso país que chegam em busca de se estabelecerem comercialmente, montando pousadas, restaurantes, lojas, etc (...) a especulação imobiliária é uma realidade e pode ser facilmente comprovada através dos imóveis em oferta na localidade.” (Trecho do Diagnóstico do Mercado de Canoa Quebrada, realizado por engenheiros em julho de 2002, por ocasião da elaboração do Projeto Canoa).

Geralmente, os fatores que determinam a formação do preço relacionam-se, principalmente, à inserção de determinada parcela do espaço no espaço global, considerando a localização do terreno, o acesso a lugares e paisagens privilegiados, a existência de infraestrutura, a privacidade, a política de zoneamento, a oportunidade de negócios, etc.

Esse processo de formação de preços, ou seja, o estabelecimento do valor de troca de determinada parcela de terra, leva também em conta desde processos da conjuntura nacional até, e principalmente, aspectos políticos e sociais específicos de cada lugar.

Segundo Milton SANTOS (1987:81), o fator localização é fundamental na formação do valor do espaço e, conseqüentemente, do indivíduo que ocupa este espaço:

“ Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. (...) Pessoas, com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do

ponto do território onde se está.”

Os laudos de avaliação de alguns imóveis de Canoa Quebrada referidos reforçam a importância da localização. Segundo a metodologia adotada, o valor final do imóvel é obtido através de uma equação que utiliza como principais variáveis as áreas construídas dos imóveis e a sua localização, com pesos diferenciados. Dessa forma, foram definidos pesos 8, 9 e 10 aos imóveis localizados na rua Broadway e adjacências, em direção ao mar, enquanto os demais imóveis contam com pesos 6, 7 e 8, resultando, assim, em imóveis mais caros na rua Broadway e em terrenos mais próximos ao mar.

Como se pode verificar, as localizações que propiciam a apropriação do espaço privilegiado quanto à paisagem, através da implantação de pousadas com vista e acesso para o mar, ou ao consumo de serviços através de instalação de bares, restaurantes e barracas, são as mais valorizadas em Canoa Quebrada.

Os valores de uso, de difícil mensuração por sua alta dose de subjetividade, como o vínculo de vizinhança, os hábitos sociais e culturais (o fato de existir na moradia uma varanda que serve de espaço para a confecção do labirinto, por exemplo, que funciona até, às vezes, como atrativo turístico), não são considerados como variáveis no valor final do imóvel.

Outro aspecto também relevante na valorização de um espaço, levantado por MORAES (1999:22-3), diz respeito aos valores culturais vigentes. Para o autor, o fato de um lugar “estar na moda” influi diretamente “nas leituras das paisagens” e na ‘valorização subjetiva do espaço’, sendo portanto elementos atuantes na valoração dos lugares e em seus enquadramentos mercadológicos”.

Esse aspecto refletiu-se em Canoa Quebrada em 1987, quando começou a ficar “na moda” a praia de Jericoacoara, localizada ao norte do estado. Na época, esta praia ainda era praticamente deserta e de difícil acessibilidade, atraindo visitantes aventureiros com o mesmo perfil dos “descobridores” de Canoa. Outro fato que prejudicou a imagem do núcleo foi o

advento da AIDS e a divulgação de casos ocorridos com membros de Canoa, desvalorizando seu espaço e prejudicando temporariamente o turismo local.

O preço da terra é, assim, o resultado de sua valorização social real, com toda a carga de manipulação de interesses vigentes no contexto em que é definido. Isso não quer dizer que seja um valor socialmente justo, nem que traduza o valor total de um lugar, “mas fornece indicação preciosa dos vetores que comandam o uso do solo e seu ritmo de ocupação, aparecendo como a expressão de um dos agentes estruturantes do ordenamento espacial de maior poder na atualidade: o mercado” (MORAES, op. cit.).

Do exposto, faz-se aqui uma reflexão quanto ao planejamento de espaços que não considera os valores de uso e as características dos moradores de determinado lugar. Como visto, o mercado atua decisivamente na valorização dos espaços, entretanto, nem sempre de forma equilibrada socialmente, nem resultante da visão e dos anseios de uma comunidade. Acredita-se, assim, que não é suficiente averiguar o que o mercado de terras regra, nem somente ouvir a comunidade, mas também perceber dos agentes envolvidos na produção daquele espaço quais são seus elementos mais valorizados para a determinação de premissas que expressem realmente suas necessidades e expectativas.

4.2. Percepção ambiental dos agentes produtores do espaço – uma forma de interpretar a realidade de Canoa Quebrada

4.2.1. Categorização dos Agentes Produtores do Espaço

O espaço urbano capitalista é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por diversos agentes sociais, concretos, que produzem e consomem espaço, de forma interrelacionada e, às vezes, conflitante (CORRÊA, 1995).

A ação dos agentes produtores sociais do espaço inclui práticas que levam a um

constante processo de apropriação e reorganização espacial que se faz mediante abertura de vias, adensamento do uso do solo, incorporação de novas áreas, deterioração de algumas áreas, renovação urbana, implantação de infra-estrutura, valorização de alguns espaços, etc.

Segundo HORA (s.d.), todos os indivíduos que compõem a sociedade participam da produção social da cidade, embora não pareçam fazê-lo: do proprietário que deixa a terra ociosa para valorizá-la até o indivíduo considerado excluído do processo.

Para HARVEY (1980), no mercado da moradia, cada grupo de agentes tem um modo distinto de determinar seu valor de uso e seu valor de troca. O autor destaca os seguintes grupos de agentes, que podem às vezes desempenhar funções simultâneas: os usuários ou consumidores do solo; os corretores de imóveis, os proprietários de terra, os incorporadores, as instituições financeiras e as instituições governamentais.

Destas categorias destacadas por Harvey e citadas por diversos autores, buscou-se, no caso de Canoa Quebrada, classificar três grupos de agentes: 1. usuários ou consumidores do espaço, incluindo os moradores nativos, os moradores não nativos e os turistas; 2. os proprietários de terra e incorporadores; e 3. o poder público.

4.2.2 Percepção Ambiental dos Agentes de Canoa Quebrada

Para uma melhor compreensão da produção e apropriação do espaço em Canoa Quebrada, considerou-se fundamental um estudo mais aprofundado relativo à percepção dos agentes produtores do espaço, no sentido de se apreender melhor as inter-relações entre o homem e o meio ambiente, suas expectativas, julgamentos e condutas.

Muitas são as abordagens que podem auxiliar na compreensão e mapeamento do espaço e do lugar. Entretanto, é fundamentalmente necessário coletar e interpretar dados experimentais de forma a se acessar estados de espírito, pensamentos e sentimentos que

tenham influência na lógica da produção e reprodução do espaço. Apesar da aparente subjetividade, acredita-se que este tipo de abordagem - a análise da experiência vivida, pode trazer elementos humanos de uma realidade que facilitem a compreensão sobre as ações exercidas sobre o meio.

Desta forma, os componentes gerados desse tipo de pesquisa podem gerar uma explicação científica sobre como um mero espaço pode tornar-se um lugar intensamente humano ou não representar nada e qual seria o papel da emoção e do pensamento na ligação das pessoas com o lugar, por exemplo (MACHADO,1999).

Yi-Fu TUAN foi um dos precursores no estudo da experiência humana ao analisar como as pessoas sentem e conhecem o espaço e o lugar. Para este tipo de análise, o geógrafo parte do pressuposto que (1983:5):

“As pessoas às vezes se comportam como animais encurralados e desconfiados. Outras vezes também podem agir como cientistas frios e dedicados à tarefa de formular leis e mapear recursos. Nenhuma das atitudes dura muito. As pessoas são seres complexos. Os dotes humanos incluem órgãos sensoriais semelhantes aos de outros primatas, mas são coroados por uma capacidade excepcionalmente refinada para a criação de símbolos.”

Mediante esta complexidade, o autor então questiona “de que maneira as pessoas atribuem significado e organizam o espaço e o lugar”. Não desconsiderando a importância da cultura na influência no comportamento e nos valores humanos, que os acentua ou os distorce, TUAN (*op. cit.*:6) enfatiza três aspectos na tentativa de responder tais questões:

- 1) os fatores biológicos – refere-se à como as posturas corporais, divisões e valores são extrapolados para o espaço circundante;
- 2) as relações de espaço e lugar – “o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos e o dotamos de valor”;
- 3) a amplitude da experiência ou conhecimento – “a experiência pode ser direta e íntima, ou pode ser indireta e conceitual, mediada de símbolos”.

Sob a perspectiva deste último aspecto, a experiência, pouco explorada em pesquisas afins, TUAN desenvolve toda sua análise sobre o espaço e o lugar. Segundo o autor:

“Na extensa literatura sobre qualidade ambiental, relativamente poucas obras tentam compreender o que as pessoas sentem sobre o espaço e lugar, considerar as diferentes maneiras de experienciar (sensório-motora, tátil, visual, conceitual) e interpretar espaço e lugar como imagens de sentimentos complexos – muitas vezes ambivalentes.”

Para TUAN (*op. cit.*:9), a “experiência é um termo que abrange as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade. Estas maneiras variam desde os sentidos mais diretos e passivos como o olfato, paladar e tato, até a percepção visual e a maneira indireta de simbolização”. Para ilustrar o que considera experiência, TUAN montou o seguinte esquema:

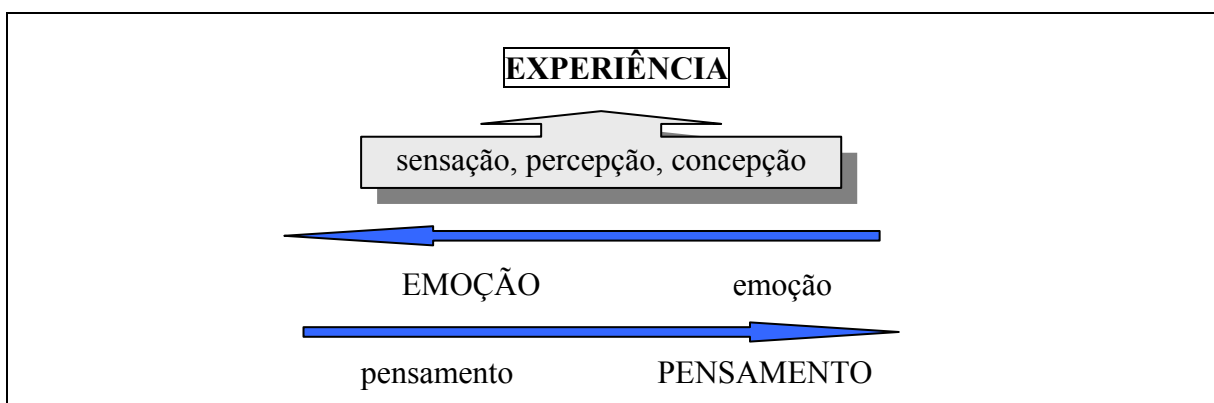


Figura 29 – Esquema representativo de Experiência montado por TUAN (1983:9).

Dessa forma, a experiência parte da sensação inicial, passa pela percepção e culmina na concepção, tendo a emoção como permeadora em todo esse processo da construção de uma experiência que alia sentimento e pensamento.

Este primeiro estágio do recebimento de informações externas ao próprio indivíduo, a sensação, transforma-se em percepção à medida que os estímulos visuais tornam-se significativos (SIMS, 2001:78). Para SIMS, psiquiatra britânico, nossa consciência dos objetos em geral é de duas espécies, percepção sensorial e imaginação, como explica:

“A percepção pelos sentidos é experienciada como sendo real e, portanto, passível de intervenção; a imaginação (fantasia) é criada voluntariamente pela própria pessoa e não é real. (...) Contudo, na vida cotidiana as duas estão interligadas. Intrínseco ao nosso ‘mundo’ está um mundo de fantasia e realidade. Quando compramos uma passagem aérea, não somente ‘compramos’ um passaporte para a viagem, mas também ‘compramos’ uma imagem (...). Nossas ações estão fundadas sobre esta combinação de *perceptu* e imaginação.”

Outro psiquiatra, DALGALARRONDO (2000:81-3), considera que a produção de fantasias tem uma importante função psicológica, no sentido de ajudar o indivíduo a lidar com frustrações, com o desconhecido e, de modo geral, com seus conflitos. Ele também distingue sensação de percepção:

“Todas as informações do ambiente, necessárias à sobrevivência do indivíduo, chegam até o organismo por meio das sensações. (...) O ambiente fornece constantemente informações sensoriais ao organismo que, por intermédio delas, auto-regula-se e organiza suas ações voltadas à sobrevivência ou à interação social. (...) Já a percepção diz respeito à dimensão propriamente neuropsicológica e psicológica do processo, à transformação de estímulos puramente sensoriais, em fenômenos perceptivos conscientes.”

PAIM (1993:9-12) também concorda com a importância da sensação na construção da experiência: “no processo do conhecimento, as sensações ocupam o primeiro grau. Elas nos põem em relação com o mundo exterior, nos dão a conhecer os aspectos e as propriedades dos excitantes, isto é, das coisas que nos rodeiam.” Quanto à percepção, consiste na dotação de formas e significados a esses conjuntos, maiores e complexos, de sensações que nos chegam, provindas geralmente do mundo externo. O autor afirma: “toda percepção é composta, é um complexo de sensações, de relações espaciais e temporais, de rendimentos do pensamento e lembranças que, do ponto de vista da vivência, representa algo mais do que a simples soma dos elementos que lhe deram origem.”

Quanto ao pensamento, componente final da experiência sensorial, provém do processo do raciocínio que, segundo PAIM (*op. cit.*:116), “é a operação mental que nos permite aproveitar os conhecimentos adquiridos através da prática social, combiná-los logicamente, para alcançar uma forma superior de conhecimento”. E continua: “O

conhecimento humano representa um processo que começa com a sensação e termina com o raciocínio dialético. A sensação e o raciocínio são momentos diferentes, aspectos e graus do mesmo processo do conhecimento”.

Segundo FERRARA (1999), a compreensão da forma de interação homem/natureza que se fundamenta na experiência, na percepção está no cerne dos estudos urbanos da ecologia que não privilegia o homem e o meio ambiente, mas a relação que se estabelece entre eles, onde a natureza apresenta-se como realidade ambiental transformada e adaptada às necessidades humanas. A representação dessa mudança por marcas e sinais que se multiplicam na imagem, nos comportamentos, nos hábitos, nas expectativas e nos valores urbanos constituem a área de investigação da percepção ambiental urbana.

Como visto, a percepção é o processo mental mediante o qual, a partir do interesse e da necessidade, estruturamos e organizamos nossa interface com a realidade e o mundo, selecionando as informações percebidas, armazenando-as e conferindo-lhes significado (DEL RIO & OLIVEIRA, 1999:01). Vale importar que muitas vezes o estado motivacional e emocional da pessoa influi na percepção (TELFORD & SAWREY, 1968).

Muitas vezes, as ações conscientes ou inconscientes do homem, decorrentes de como ele percebe o meio ambiente à sua volta, seja ele natural ou construído, geram conseqüências que se ignorava por completo e que afetarão a qualidade de vida de várias gerações. Segundo o psicólogo HOCHBERG (1966:172), os aspectos do mundo percebido constituem condições para o comportamento, as quais consistem em, freqüentemente, metas ou incentivos de ação. Para o autor, a relação entre percepção e comportamento é muito mais íntima quando são consideradas as qualidades sociais do meio em que se vive.

Desde o final dos anos 60, houve na atividade geográfica, um resgate e uma nova valorização da percepção ambiental enquanto maneira de explorar os lugares e paisagens da Terra. Muitos estudiosos começaram a buscar uma nova alternativa epistemológica nos

estudos de percepção ambiental, no sentido de superar um tipo de conhecimento pretensamente objetivo e/ou teórico, incluindo-se aí, então, as representações, atitudes e valores dos homens em geral. Esses novos estudos inseriram-se num movimento que recebeu, na década de setenta, o nome de “geografia humanística”, cujo desenvolvimento possui raízes antigas, desde o final do século XIX (AMORIM FILHO,1999:139).

Segundo TUAN (1982), “A Geografia Humanística procura um entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico, bem como dos seus sentimentos e idéias a respeito do espaço e do lugar”.

DEL RIO (1986: 96) também afirma que “a importância dos estudos comportamentais (...) se destacam quanto à aplicação de suas metodologias de investigação em campo. Eles tentam compreender as inter-relações do homem com os ambientes e as paisagens, admitindo que também esses ambientes e paisagens podem influenciar comportamentos específicos, individuais e de grupo, inconscientes ou conscientes”.

Mediante tais premissas, procurou-se focar no presente estudo a relação homem/natureza em Canoa Quebrada a partir de duas maneiras distintas: de um lado foi considerado o relacionamento direto, cotidiano e prolongado de pessoas que moram e trabalham em Canoa; de outro, foi considerado o relacionamento indireto, esporádico que inúmeras pessoas possuem com a paisagem de Canoa. Essa dualidade na experiência do contato com este espaço permitiu focar Canoa Quebrada como uma paisagem vivida e uma não-vivida, como uma paisagem direta e indiretamente percebida e valorizada.

Como visto, foram definidos três diferentes tipos básicos de relacionamentos, segundo grupos variados de pessoas, que se subdividem, que nem sempre têm os mesmos interesses, os mesmos valores ou as mesmas necessidades, uma vez que cada um deles busca objetivos específicos em relação ao espaço de Canoa Quebrada: de moradia, de trabalho, de

lazer, de negócios ou decisões a serem tomadas. Considerou-se que cada grupo categorizado representa um agente produtor e reproduzidor do espaço de Canoa.

Partindo do pressuposto que é a partir da experiência, do relacionamento que o homem tem com seu meio que ele produz e reproduz seu espaço, como visto no início deste capítulo, esta pesquisa buscou, através da realização de contatos, entrevistas, conversas informais e observações *in loco*, averiguar a percepção ambiental desses distintos grupos.

4.2.2.1 Usuários ou consumidores do espaço

4.2.2.1.1 Moradores Nativos

Os primeiros a conhecerem e apropriarem-se do espaço de Canoa foram as primeiras famílias de nativos, que perpetuaram seus descendentes ao longo de três ou quatro gerações. Como foi visto no histórico do núcleo, no item 3.3, a condição de ser nativo é bastante forte e razão de distinção entre os moradores.

A ação destes agentes na produção do espaço foi, no início, de ocupação rarefeita fundamentada num modo de vida de subsistência, sem grandes perspectivas de crescimento familiar e domiciliar. O valor de uso era determinado pela situação de determinada família, numa casa particular e numa localização específica.

Apesar do total desconhecimento a qualquer tipo de ordenamento urbanístico, o tipo de produção espacial desses agentes no início, foi, em geral, de harmonia com o ambiente natural visto que as primeiras residências construídas pelos nativos ficavam em superfícies planas, distantes das falésias e das áreas íngremes das dunas.

A necessidade de habitar, de dispor de um abrigo protetor contra agressões da natureza física ou animal ocupava a percepção fundamental destes indivíduos.

A partir do início da década de 80, os moradores nativos começaram a disponibilizar suas casas para temporadas e, mais tarde, construir mais casas e dormitórios para abrigar maiores fluxos de turistas, alterando suas relações sociais e espaciais. Com o crescimento das atividades turísticas, a terra passou a ter valor de troca, inclusive sua própria residência, e todo o território começou a ser cercado e apropriado para futura ocupação ou comercialização.

A ausência de um ordenamento urbanístico e fiscalização, bem como a busca de maior aproveitamento do espaço para aumentar o valor de troca, reflete na forma com que os nativos construíram e ainda constróem suas residências e seus pequenos negócios. Os lotes não respeitam nenhum tipo de alinhamento oficial, nem as construções possuem afastamentos mínimos em relação aos limites dos lotes. O que importava era demarcar o solo e levantar ou vender independente das condições ambientais adequadas ou impróprias.

Como quase não há mais espaço livre para construção nas áreas mais adensadas, as ampliações até hoje acontecem à revelia de qualquer norma ou padrão urbanístico, desconsiderando-se o que é espaço público e, o que mais é mais peculiar, utilizando-se do espaço da vizinhança para resolver problemas de acesso. Existem lotes, por exemplo, que não são acessados pela rua, mas pelo quintal de uma propriedade vizinha.



Figura 30 – Acesso improvisado ao pavimento superior de uma residência voltado para a propriedade vizinha. (Foto da autora, agosto de 2002)

Outra consequência dessa indisciplina urbana refere-se à dificuldade de circulação ou mesmo impossibilidade de se acessar facilmente determinadas áreas do núcleo, que se configuram como pequenos “labirintos”. Segundo depoimento de uma moradora gaúcha, residente em Canoa há 12 anos, quando chegou para comprar um terreno para construir sua casa, teve que comprar também de um nativo dois metros à frente do terreno para garantir um trecho de rua para o acesso de seu bugre ao lote, pois, caso contrário, o terreno da frente seria vendido sem que nenhum espaço para circulação fosse reservado. Por outro lado, essa moradora admite que essa ambição em vender maior quantidade de terra possível por parte dos nativos era compreensível em função da situação miserável em que viviam:

“Essa venda de terrenos, se por um lado não foi bom, por outro foi bom porque foi o que possibilitou que essa comunidade encontrasse um modo de viver hoje sem a mendicância. Com isso, eles conseguiram ter um padrão de vida razoável.” (Neíta Vieira Braul, 52 anos, gaúcha. Entrevista concedida em 5 de dezembro de 2002).

A chegada do turismo também trouxe para a comunidade nativa, além da renda proveniente da venda de terrenos, a possibilidade de trabalho em pousadas, bares, etc construídos, em sua grande maioria, por estrangeiros. A segurança de um emprego e de uma renda fixa ao final do mês é muito valorizada pelos nativos:

“Depois que apareceram esses turistas, melhorou muito. Taí, essa padaria aí é de um gringo, quer dizer, já tem quatro pessoas empregadas. Acolá, já tem um bar, tem três empregados. E tudo ajuda o povo do lugar. Antigamente não tinha isso. Antes era só pesca e labirinto. A renda não era boa como hoje. (...) Se não fosse o turismo, tinha muita gente pobre aqui (...) Muitos foram embora antes do turismo porque não tinham como viver (...) Depois que chegou o turismo, eles voltaram. (...) Se não fosse os gringos e o turismo, não tinha nada aqui...” (Sr. Fernando Freire dos Santos, 58 anos, nativo, pescador aposentado. Entrevista concedida em 15 de agosto de 2002).

“Só não trabalha aqui quem não quer. (...) Os gringos dão muito emprego em Canoa. Eles são muito chatos, mas são muito certos. Difícil ter um gringo que gosta de não pagar.” (D. Neurides Pereira dos Santos, 53 anos, nativa, costureira. Entrevista concedida em 15 de agosto de 2002).

Quando questionado a outra nativa sobre o que Canoa Quebrada tem de melhor, respondeu:

“Trabalho e emprego. (...) O que gera renda e emprego é desses (não nativos) que ficaram aqui e construíram pousada, restaurante, deram emprego. (...) Pagam direitinho...” (Valdênia Barqueiro dos Santos, 37 anos, nativa, labirinteira. Entrevista concedida em 5 de dezembro de 2002).

A pesquisa evidenciou, dessa forma, que não há conflito entre grande parte da população nativa e os moradores de fora e turistas. Esta harmonia parece existir em razão da população nativa não perceber que quase não há mais espaço para ela em Canoa Quebrada. A predominância de pousadas e do comércio e serviços em geral é de pessoas que vieram de fora. Restou à população nativa o subemprego e algumas atividades voltadas ao turismo como a venda de passeios de bugre, pequenas barracas na praia, etc.

O espaço apropriado física e socialmente por essa parcela da população restringe-se à área original do povoado, em ruas paralelas à rua principal, próximas à igreja, com dificuldades de expansão em função do alto adensamento de construções provocado por eles mesmos com a venda desenfreada de terrenos nas duas últimas décadas. Entretanto, problemas urbanos hoje enfrentados como alagamentos, dificuldades de acessibilidade, desconforto nas residências quanto à ventilação e insolação, violência, etc., não são reconhecidos como conseqüências de todo o processo desencadeado também por eles e, muitas vezes, não são nem admitidos, visto que muitos dos nativos afirmam que em Canoa não há problemas:

“Canoa é um lugar muito tranquilo. Não tem desarmonia de nada.” (Sr. Fernando Freire dos Santos, nativo, 58 anos, pescador aposentado).

“Eu não tenho o que falar mal de Canoa Quebrada.” (D. Maria Júlia, 83 anos, nativa, labirinteira).

Algumas divergências, quando surgem, relacionam-se com a forte atuação social que algumas pessoas de fora assumiram quando chegaram em Canoa Quebrada. Muitos nativos não se conformam, por exemplo, quanto ao Conselho Comunitário ser composto basicamente por não nativos. Entretanto, os próprios nativos mostram-se inertes quanto às questões da comunidade. Muitos preferem não se envolver, acomodados e desacreditados quanto à

solução dos problemas, mas sentem-se, às vezes, invadidos quando os de fora tomam iniciativa. Uma moradora paulista de Canoa reforça essa impressão:

“ (O principal problema de Canoa) É a falta de atuação. É a falta de envolvimento das pessoas. Eu acho que a maior parte das pessoas é comodista. É mais cômodo não se envolver e poder criticar (...) Eles (os nativos) têm essa visão de invasão (dos forasteiros) quando lhes é conveniente”. (Heloísa Helena Medeiros, 44 anos).

Outro moradora mineira, bastante atuante em Canoa Quebrada, também percebe alguma resistência com a presença de pessoas de fora nesses casos:

“ O povo nativo é muito pacífico. Isso, por um lado é negativo quando você tenta fazer alguma mobilização. (...) Os nativos bem mais velhos, tem um grupo bem forte, que, no momento que o povo de fora vem trazendo um benefício, é ótimo. Mas, no momento em que os de fora vêm reivindicar alguma coisa, ‘Opa, isso aqui é nosso!’. Há uma desconfiança muito grande. Sempre pensam: ‘ O que ela quer ganhar com isso?’ Isso está no conteúdo da cultura”. (Andrezza Santos, psicóloga, moradora de Canoa há 16 anos).

Na realidade, a passividade constatada dos nativos resulta da ausência de uma consciência crítica quanto à sua realidade. Não se quer dizer que os nativos não tenham uma rica experiência com o lugar em que vivem, mas, na verdade, eles somente o sentem, o percebem, mas não pensam sobre ele. Segundo Yi Fu-TUAN (1983:162), “Os nativos se sentem à vontade, mergulhados na ambiência de seu lugar; mas no momento em que pensam sobre o lugar, ele se torna um objeto do pensamento ‘lá fora’ ”.

As pessoas tendem a eliminar aquilo que não podem expressar. Dessa forma, “As avaliações e os julgamentos tendem a ser chavões. As intimidades efêmeras através da experiência direta e a verdadeira qualidade de um lugar comumente passam despercebidas porque a cabeça está cheia de idéias desgastadas (...) A experiência pessoal cede às opiniões socialmente aceitas (...)” (*op. cit.*).

Sob este aspecto, cabe uma reflexão quanto ao que revelaram as respostas da comunidade nativa sobre Canoa Quebrada (“é muito tranquilo”, “não tem o que falar mal”, “a paisagem está a mesma coisa”, “todo mundo aqui adora a presença dos turistas”, etc) , se são

realmente sensações que passam em seu íntimo, ou se são influenciadas por necessidades ou estereótipos que alteram a maneira dela perceber o espaço.

É fato, como visto nos capítulos anteriores, a rápida transformação e degradação por que passou e passa ainda hoje Canoa Quebrada.

Matérias de jornal e depoimentos de pousadeiros confirmam a insegurança existente no núcleo, resultante da presença maciça de turistas e de donos de pousadas endinheirados que atraem muitos assaltos. Algumas grades e cercas elétricas em muros de casas e pousadas são símbolos que demonstram que de alguma forma há medo e insegurança.

Os equipamentos comunitários essenciais como posto de saúde, escola e áreas de lazer são precários e insuficientes. Para estudar em ensino médio ou utilizar serviços de saúde mais especializados, é necessário deslocar-se até a sede de Aracati ou a capital do Estado.

Os terrenos são caros, principalmente na rua principal, conservando-se a elitização desta área, mais acessível aos interessados, geralmente de fora, em investir em negócios ligados ao turismo, como bares e restaurantes.

A deterioração das condições ambientais, também como visto, é alarmante.

Mesmo assim, com tantas implicações negativas relacionadas às atividades turísticas, os nativos ou não as percebem como conseqüências prejudiciais à sua vida, ou, quando as percebem, valorizam muito mais o aumento da renda de suas famílias e a infra-estrutura advinda pela atividade como estrada, energia e água.

Dessa forma, os moradores nativos não possuem uma percepção ambiental e urbana que lhes possibilite selecionar alternativas de ação, interferir sobre os destinos ambientais e urbanos de Canoa Quebrada.

Apesar da ausência dessa percepção, o saudosismo é um componente forte entre os nativos, o que demonstra que mesmo não tendo tanta consciência crítica sobre a realidade, o

passado é considerado melhor em muitos aspectos, principalmente no que se refere à paisagem, à antiga solidariedade que existia na comunidade e à paz que imperava:

“ Não sei se é porque eu já nasci aqui, mas eu nunca vejo Canoa Quebrada como está hoje, crescida, evoluída, mas, sempre na minha mente eu vejo Canoa Quebrada como sempre foi, antes, boa, só a paisagem. Ficou muito marcado na infância da gente. Até em sonho, eu sonho com Canoa Quebrada antiga, com as casas antigas, as ruas antigas...” (Valdênia Barqueiro dos Santos, labirinteira, 37 anos).

“Pela paz, união que havia, antes era melhor. A ambição mudou as pessoas. Há pouca solidariedade. Esse pessoal novo não tem mais vínculo com a família. Antigamente, você dizia assim: ‘Fulano de tal está doente’. Na mesma hora um chegava com um chá, outro chegava com outra coisa... Hoje em dia, você precisa juntar uma equipe para pedir ajuda quando está necessitado, precisando de um remédio e não tem condições”. (Valdênia Barqueiro dos Santos, labirinteira, 37 anos).

Esses depoimentos reforçam o que Yi-Fu TUAN considera sobre a forte relação tempo e lugar: “Quando um povo deliberadamente muda seu ambiente e sente que controla o seu destino, tem pouco motivo para sentir saudade (...) Quando, por outro lado, um povo percebe que as mudanças estão ocorrendo muito rapidamente, rodando sem controle, a saudade de um passado idílico aumenta sensivelmente.” (*op. cit.*: 216).

Quanto a esse aspecto, ainda complementa: “O que pode significar o passado para nós? As pessoas olham para trás por várias razões, mas uma é comum a todos: a necessidade de adquirir um sentido do eu e da identidade (...) Para fortalecer nosso sentido do eu, o passado precisa ser resgatado e tornado acessível” (*op. cit.*: 206).

Essas considerações sugerem que grande parte dos nativos de Canoa Quebrada, atualmente, apesar das vantagens geradas pelo turismo, buscam resgatar a identidade perdida com o lugar. A paisagem é um dos elementos mais ressaltados como identitários do lugar. Sua percepção entre os nativos é altamente positiva. Não houve registros de experiências repulsivas, negativas ou desagradáveis. Entretanto, ela é altamente seletiva, pois foi identificada com grande vigor pela imponência de suas falésias e do mar, que conferem “personalidade” à Canoa Quebrada.

O valor afetivo à Canoa Quebrada talvez tenha sido o componente mais forte encontrado na percepção dos nativos . Além dos benefícios trazidos pelo turismo, também foi identificada uma forte ligação afetiva com o lugar, visto que todos os entrevistados encontram-se satisfeitos por ali residirem. Indagados sobre a razão de gostar e continuar morando em Canoa, as respostas denotam algum sentimento de pertença:

“ Eu gosto muito de meu lugar. Nasci aqui, me criei aqui. Daqui eu só saio pro cemitério”. (Sr. Fernando Freire dos Santos, pescador aposentado, 58 anos).

“ Porque eu gosto do meu ambiente. Nasci aqui, me criei aqui, trabalho aqui, convivo aqui, me casei aqui, minha família toda é daqui, meus pais eram daqui, aí eu gosto do meu lugar”. (D. Araci Santos de Oliveira, labirinteira, 72 anos).

De forma geral, a pesquisa permitiu apreender que para os nativos Canoa Quebrada é um lugar especial, centro de significados, “bom de morar”. Os problemas ambientais locais não são considerados, nem tampouco tomados para si a responsabilidade de suas causas. Desincumbe-se o indivíduo de sua parcela de participação nos destinos ou nas características ambientais do seu lugar. Dessa forma, a sintonia criada entre comunidade e paisagem converte Canoa em um lugar especial, que corresponde aos seus desejos, aspirações, anseios e necessidades. Isso talvez explique porque a população de Canoa Quebrada, apesar de tantos problemas identificados, é tão risonha, sossegada e amável.

4.2.2.1.2 Moradores Não Nativos

A presença do segundo grupo de agentes, dos moradores não nativos, desencadeou o processo de valorização do espaço que culminou nas alterações das relações sociais e organização espacial existentes, enfatizando-se o valor de troca do solo. A maior parte dessas pessoas que visitaram Canoa e resolveram ficar, principalmente estrangeiros, pretendiam implantar algum tipo de negócio voltado ao turismo.

Com mais condições financeiras que os nativos, construíram pousadas e restaurantes de maior porte, em localizações mais privilegiadas, próximas ao mar, descaracterizando o

espaço original, oferecendo serviços de hospedagem e de alimentação mais incrementados, desbancando os dormitórios e casas de alimentação simples dos nativos.

Assim como os nativos, a forma de ocupação também não obedecia nenhuma regulação urbanística e, muito menos, ambiental. Algumas pousadas e barracas foram implantadas, ou no sopé, ou em encostas bastante íngremes das falésias, desmontando-as e eliminando-as, refletindo um tipo de produção espacial destrutivo.

Também como os nativos com suas residências, em função da inexistência de mais espaços para implantação de bares e restaurantes na rua principal e de qualquer fiscalização, os proprietários invadem espaços públicos e de proprietários vizinhos, a cada dia e a qualquer custo, mediante construção de sacadas, escadas de acesso e jardineiras para o lado da rua, mesmo que isso quase acarrete seu fechamento.

Apesar da semelhança da produção espacial quanto à forma de apropriação, o que difere basicamente os nativos destes agentes são seus objetivos. Enquanto os primeiros buscam ampliar o valor de uso de suas residências e requalificar seu espaço vivido, os últimos ambicionam incrementar o valor de troca de suas propriedades e ampliar seus lucros.



Figura 31– Construção de sacadas, escadas e jardineiras invadindo o espaço público da rua e da propriedade vizinha, reduzindo a caixa de passagem da via para veículos e eliminado a possibilidade de construção de calçadas para pedestres. (Fotos da autora, agosto de 2002)

Por outro lado, a pesquisa também identificou moradores não nativos e brasileiros que foram movidos por outras expectativas ao optarem por viver em Canoa Quebrada. Constatou-se, com todos esses entrevistados, uma imensa insatisfação com a vida que desfrutavam em seus lugares de origem, muitos deles em grandes cidades como Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre, buscando melhor qualidade de vida, como demonstram os depoimentos:

“ Poucas são as pessoas que podem se dar o luxo de escolher um lugar para morar. Estava buscando uma outra alternativa de vida. Minha origem é rural, minha família é do interior. E olha que Belo Horizonte é uma cidade super 10 para você viver. Mas o estilo de vida de cidade já estava saturado. Queria continuar trabalhando, mas vivendo mais tranqüila”. (Andrezza Palatino Santos, mineira, moradora de Canoa há 16 anos, psicóloga).

“Tem dois tipos de pessoas (referindo-se a quem opta por viver em Canoa. Um dos tipos mencionados refere-se aos estrangeiros, que vem, segundo ela, ‘capitalizar’). Tem aquelas pessoas (o segundo tipo) que vem como eu, que vem em busca de uma coisa diferente, de uma qualidade de vida. (...) O clima me encantou e essa coisa desse ‘paraisão’ que era, esse não compromisso com a realidade, essa rusticidade , a felicidade do povo. Tinha um clima diferente...”. (Neíta Braul, gaúcha, moradora de Canoa há 12 anos, terapeuta ocupacional).

“ Primeiramente eu vim a turismo (...) Era autônoma, separada, sem filhos. Não tinha vínculo empregatício. (...) Uma das coisas que mais me pegou quando eu cheguei aqui foi a quebra de preconceito (...) São Paulo é uma cidade muito preconceituosa (...) Em dois meses eu vendi tudo (...) e vim com a cara e a coragem”.(Heloísa Helena Medeiros, paulista, moradora de Canoa há 9 anos).

Assim como com os nativos, os valores atribuídos à paisagem de Canoa Quebrada foram bastante positivos e até decisivos ao optarem pela nova moradia. Entretanto, o valor ecológico é mais enfatizado, pois o fator ocupação humana e suas conseqüências desastrosas nas frágeis falésias e dunas foram ressaltados por esses novos moradores, atribuindo fortemente essa degradação, não só física, mas também social, à presença dos estrangeiros:

“ A natureza aqui é uma coisa muito forte, muito grande. Aqui parece que o céu está mais próximo, o sol brilha mais. Este visual...(...) Tem que preservar, tem que ter campanha de conscientização...”

“Eles (os nativos) não sabem o valor disso (paisagem), foram criados aqui a vida toda, não dão o devido valor...”. (Fábio Rocha, 39 anos, mineiro, morador de Canoa há 5 anos)

São pessoas (gringos) que vieram para cá capitalizando, tentando pisar, inclusive, em cima dos

outros. (...) São pessoas que nunca fizeram nada pela comunidade. (...) Chego a escutar coisas do tipo: ‘ Eu estou pouco me danando para os problemas daqui. Eu dou o calote que eu quiser e depois vou embora e quero ver quem me acha na Europa’.(...) Escolhem a mulher mais inculta para casar (...) e aí então fica mais uma mulher abandonada, mais uma criança, uma mulher que vai mudar sua realidade, (...) e vai ter que voltar para sua origem. Isso socialmente é um crime.” (Neíta Braul, gaúcha, moradora de Canoa há 12 anos, terapeuta ocupacional).

Uma peculiaridade sobre esses novos moradores é que todos os entrevistados desenvolvem algum tipo de trabalho voluntário na comunidade, e são bastante atuantes, como já foi visto em itens anteriores. Esse novo modo de viver, de luta, de olhar para o futuro de forma mais otimista, condiz com o que Milton SANTOS (1997) aponta: os migrantes, os novos moradores tendem a criar uma identidade com o novo lugar mediante às novas experiências a que são submetidos, sem a contaminação do passado que os nativos carregam.

Dessa forma, para familiarizar-se, interessam-se por todos e por tudo o que acontece, possuem melhor consciência crítica, já que vêm “de fora” os problemas, brigam por novas alternativas, buscando com a afetividade que os atraiu para Canoa, experienciar o novo espaço de modo a transformá-lo em seu lugar.

Para TUAN (1983:176), essa afeição por um lugar pode surgir por diversos fatores, mas “um tipo de afeição profunda, pode se formar simplesmente com a familiaridade e tranquilidade, com a certeza da alimentação e segurança, com as recordações de sons e perfumes, de atividades comunais e prazeres simples acumulados através do tempo”, como demonstra o seguinte depoimento:

“ Gosto de morar aqui e me sinto bem. Porque eu sou uma pessoa muito sentimental e bairrista. Me agrada essa coisa de dar dez passos e dizer 20 ‘bons-dias’... Conhecer todo mundo me gera uma certa segurança (...).”(Heloísa Helena Medeiros, paulista, moradora de Canoa há 9 anos).

“Eu conheço mais gente daqui do que muita gente que nasceu aqui.” (Fábio Rocha, 39 anos, mineiro, morador de Canoa há 5 anos)

“Eu conheço, mais do que os lugares, todas as pessoas de Canoa Quebrada. (...) Um fator que eu acho muito importante é poder estar com meus filhos, almoçar com eles, estar próximos. Esse aspecto contribui muito para eu gostar de morar aqui.” (Andrezza Santos, psicóloga, moradora há 16 anos).

Quanto ao envolvimento com as causas de Canoa Quebrada, relatam:

“ Abraço hoje as causas de Canoa Quebrada. Sofro. Sinto. Tenho as melhores intenções, muitas vezes não compreendidas. (...) A gente vem de outra cultura, outros lugares e a maioria desse povo (nativos) mal conhece Fortaleza, eles não têm idéia do seja uma cidade, não entendem de erosão, de construção...” (Neíta Braul, gaúcha, moradora de Canoa há 12 anos, terapeuta ocupacional).

“ Eu sou muito atuante em termos de comunidade. Eu me interesso. (...)Eu percebo que as pessoas de fora têm a noção de que pode melhorar, se pode mudar alguma coisa, quem tem que fazer somos nós mesmos. Os nativos têm aquela posição um pouco mais comodista. Se é para mudar, alguém vai fazer.” (Heloísa Helena Medeiros, paulista, moradora de Canoa há 9 anos).

“Desde que eu cheguei eu comecei com um trabalho social ajudando na escola, no Recicriança. Era muito isso que eu buscava, um espaço em que a vida tivesse mais significância.” (Andrezza Santos, psicóloga, moradora de Canoa há 16 anos).

O fenômeno da aculturação ocorrido em Canoa Quebrada também é percebido de forma consciente por esse moradores. Reconhecem que o processo possuiu um lado negativo e outro positivo, diferentemente dos nativos que, apesar de admitir que houve mudanças nos costumes da comunidade, o aspecto econômico foi, e ainda é, o mais importante. Quanto ao fator negativo, levantados pelos moradores não nativos, já foi citado o fato da comunidade ter sido explorada e ludibriada por alguns estrangeiros que buscavam atingir seus objetivos lucrativos. Entretanto, os moradores não nativos brasileiros ressaltam que também trouxeram influências boas como hábitos de higiene, a cultura de estudar para se qualificar e melhorar de vida, além de hábitos alimentares mais saudáveis, como relata uma moradora mineira:

“A gente (forasteiros) mudou muito na mudança de padrões de comportamento dessa nova geração. Estudar melhor, higiene, saúde, em termos de comportamento, os homens passaram a ser mais companheiros, a dividir responsabilidade com as mulheres, com os filhos. Isso foi uma mudança positiva.” (Andrezza Santos, psicóloga, moradora de Canoa há 16 anos).

Do exposto, o que se pode aferir é que dos moradores não nativos de Canoa Quebrada, há dois grupos bem distintos: estrangeiros e brasileiros. Para os gringos, o fato de poder afirmar “Eu não sou daqui” é motivo forte para não sentir-se do lugar, não responsabilizar-se por ele, nem muito menos envolver-se com as causas da comunidade. “Seus objetivos estão muito claros: o de enriquecer às custas da descaracterização ambiental e

da comunidade de Canoa Quebrada”³⁵.

Quanto aos brasileiros, o envolvimento e a afetividade que desenvolveram durante os poucos ou muitos anos que vivem em Canoa, os aproximam bastante do sentimento de pertencimento ao lugar. Apesar do pouco tempo de moradia em relação aos nativos, visto que TUAN considera fundamental um passado, um tempo vivido, para sentir um lugar, suas práticas espaciais, experiências, sentimentos e conceitos tornam o espaço de Canoa Quebrada além de vivido, também percebido, diferentemente dos nativos, e sonhado, segundo a grade de práticas espaciais de HARVEY (1993), visto no capítulo 2. Nesse sentido, TUAN (1983:204) também admite: “Viver muitos anos em um lugar pode deixar na memória poucas marcas que podemos ou desejaríamos lembrar; por outro lado, uma experiência intensa de curta duração pode modificar nossas vidas.”

4.2.2.1.3 Turistas

As operadoras e os turistas não atuam diretamente na produção do espaço, através de ações concretas de organização espacial, mas é em função deles que o espaço de Canoa cresce, valoriza-se, modifica-se a cada dia e tem seu espaço apropriado e consumido. Para RODRIGUES (1996), a atividade turística, ao apropriar-se de um espaço, através de diversos agentes, (re)cria condições para a exploração/produção e reprodução do espaço geográfico.

Os primeiros considerados turistas de Canoa Quebrada, passavam pouco tempo na comunidade, diferentemente dos primeiros visitantes³⁶, mas forçou a criação de uma infraestrutura, mesmo que simples, para acomodação e alimentação, o que significou uma mudança na organização social e espacial do núcleo.

³⁵ Segundo depoimento de uma moradora não nativa brasileira.

³⁶ Os primeiros visitantes de Canoa foram importantes agentes na construção das novas relações culturais e sociais que passaram a existir no núcleo. A sua relação com o espaço, como foi visto, foi harmoniosa e muito diferente do que passou a acontecer posteriormente com a massificação da atividade turística. Por isso, apesar de sua importância na história de Canoa, os primeiros visitantes não foram considerados aqui, para efeito de análise, como agentes produtores do espaço.

O turistas atuais, na verdade, visitantes, por que a maioria passa somente parte de um dia, são os grandes protagonistas de um espaço produzido para o turismo. As operadoras turísticas programam, controlam a atividade e vigiam o uso que se impõe sobre o espaço, pois decidem quando vão ser feitas as visitas e em quanto tempo, o que vai ser visto, onde os turistas vão consumir, etc.

Como foi visto, na verdade, não foi o turismo industrializado que descobriu e criou uma imagem turística de Canoa Quebrada, mas sim, jovens contestadores que transformaram a comunidade num tipo de sociedade desejada, onde se negava valores de uma sociedade urbanizada. Os agentes do turismo e os especuladores, dentro deste processo, vieram num segundo momento, para se apropriar dessa imagem.

A paisagem também é alterada com a presença dos turistas. Como não se estabelece uma relação com o lugar, principalmente em função do tempo de visita curto e programado, o turista, que carrega consigo seu modo de vida urbano, muitas vezes, protagoniza também cenas de aniquilamento do patrimônio natural de Canoa Quebrada, com o lançamento de lixo na praia e nas ruas, circulação indisciplinada de veículos, etc.

As falésias são as que mais sofrem atos de vandalismo, através de esculturas de gosto duvidoso e inscrições de nomes e desenhos, numa tentativa de, mediante o escasso tempo de permanência no local, provar que “fulano esteve ali”. Outra depredação que a presença do turista impõe diz respeito às diárias travessias de *buggies* que os transportam para locais pré-determinados pelas agências ou para passeios mais distantes, erodindo e destruindo irreversivelmente as falésias. Quando não estão em Canoa através de agências, e circulam no núcleo com veículos próprios, estacionam em qualquer lugar, inclusive sobre as bordas das falésias, áreas mais frágeis e instáveis dessas unidades geomorfológicas.

Outro aspecto relevante diz respeito à alteração do espaço vivido da população local para a qual é imposta, em épocas de alta estação, uma rotina movimentada e atribulada, nas

principais vias do núcleo. A partir de, mais ou menos, dez horas da manhã chegam vários ônibus, quase que ao mesmo tempo, e descem 20 a 30 turistas de cada ônibus, que são recepcionados pelos *bugueiros*, que os acompanham até seus veículos e os transportam aos locais de interesse, tudo num sincronismo quase perfeito. Ao final do dia, os turistas são “recolhidos” no mesmo local. Essa cena diária remete para uma citação de DAMATA (1996) que, numa crônica bem humorada, afirma que “o turismo é uma forma de invasão e o turista, uma praga”.

Um aspecto aqui a ser considerado é o fato do visitante não caminhar por Canoa Quebrada. O ato de caminhar é uma forma de apropriação do lugar e isso não ocorre. Cria-se uma idéia de reconhecimento do lugar mas não o seu conhecimento, reconhecem-se imagens antes veiculadas mas não se estabelece uma relação com o lugar, não se descobre seu significado.

A rotina tranqüila do local, então, volta a prevalecer somente até à noite, quando, uma nova apropriação do espaço ocorre: a rua Broadway é fechada com correntes, transformando-se em calçadão exclusivo para pedestres, e os bares, restaurantes e boates funcionam, às vezes, até o dia amanhecer sem obediência a horário e volume máximo de som permitido, gerando conflitos de vizinhança.

Entretanto, constatou-se também que existe outro tipo de turista, que passa mais tempo, convive com a comunidade, cria vínculos afetivos e vivencia um pouco o lugar, como confirma uma pousadeira de Canoa:

“Tem turista que também traz benefícios. Tem pessoas com boa índole, que se encantam, amam a troca, convivem conosco. Esse turista é bom. Comem com a gente, se hospedam, passam férias, trazem seus filhos, brigam por Canoa. É uma troca muito boa.(...) Turista ruim é aquele que chega nesses ônibus (de operadora turística), que só deixa recurso em determinado estabelecimento, deixa sujeira, destruição das falésias (...) Leva uma imagem errada de Canoa Quebrada. (...) Não conhecem Canoa Quebrada e saem com uma imagem errada, difamando... Esse turista é maioria (...), que deixa esse sentimento de ambição, de discórdia entre o povo que vive de barraca, comércio pequeno... Isso

gera descontentamento.” (Neíta Braul, gaúcha, pousadeira).

Os turistas trazidos por operadoras, que só viram o que foi selecionado, conduzidos por guias, acabaram por homogeneizar-se na forma pela qual percebem o espaço de Canoa e relacionam-se com ele, com poucas exceções. A maior parte valoriza os aspectos ambientais relacionados à natureza, remetendo-se a frases feitas (talvez já mencionadas pelo guia durante a viagem): “isso é um paraíso”. “é de uma beleza encantadora” (...). Averiguou-se, assim, pouco senso crítico quanto à sua percepção de Canoa.

Quanto às exceções, verificou-se que ocorreram com turistas que saíram um pouco do esquema das operadoras, que caminharam, passearam pela vila, passando a ter uma visão diferenciada, como relata um entrevistado:

“A primeira imagem que tive de Canoa não foi muito boa. Descendo, vendo aquelas falésias destruídas, aquela ocupação irregular de barracas na praia... (...) A praia está muito maltratada. (...) Sempre gosto de sair da rua principal, ir para as ruas de dentro do lugar. Gosto de saber como as pessoas vivem...” (Cláudio Araújo, 27 anos, funcionário público turista de Natal, Rio Grande do Norte).

Como ressaltado por CARLOS (2001) no capítulo 2, existem espaços turísticos que , apesar de basearem-se na lógica da troca, do espaço como mercadoria, também podem ser lugar de encontros e de chances de se estabelecer vínculos com o lugar.

A pesquisa realizada com turistas em Canoa Quebrada sugere que estes vínculos são possíveis, e o envolvimento e a afetividade que liga alguns turistas a Canoa, faz com que a vila deixe de ser um espaço abstrato, fragmentado, para transforma-se num lugar de desejo, ou como na concepção de HARVEY (1993), um espaço percebido e imaginado.

Entretanto, a grande maioria dos turistas se encaixa num padrão de percepção homogeneizado de pouca consciência crítica. Percebeu-se que os desejos, os anseios, o imaginário permeado por paisagens criadas e manipuladas predomina sua mentes. A realização pessoal, a concretização de suas fantasias deixam pouco tempo e espaço para uma

reflexão mais apurada, valorizando, assim, somente a paisagem de Canoa Quebrada socialmente produzida, e não a vivida e experienciada.

4.2.2.2 Proprietários fundiários

Para RODRIGUES (1996), os agentes produtores iniciais do espaço podem ser denominados de “apropriadores” do território (proprietários, grileiros ou incorporadores).

MARX *apud* DIAS (s.d.), em sua obra *O Capital*, distinguia os proprietários fundiários enquanto classe social distinta em função da característica peculiar desse grupo de apropriar-se de porção crescente dos valores criados sem contribuir diretamente para a produção. Entretanto, outros autores, como Topalov e Harvey, consideram que essa era uma visão clássica que só era válida para a agricultura inglesa do século XIX, tendo em vista que, atualmente, as ações dos agentes produtores do espaço não se encontram isoladas, não sendo possível, dessa forma, considerar os proprietários de terra como agentes distintos.

Os proprietários atuais de parcelas de todo o território de Canoa, apropriaram-se não só de terras devolutas públicas, mas de áreas já com certo grau de adensamento de ocupação dos primeiros nativos do núcleo, através do simples registro em cartório ou através de usucapião, como já discutido na seção anterior (ver delimitação das parcelas apropriadas de Canoa Quebrada na Figura 32). Essa forma de apropriação foi questionada numa publicação do jornal local em abril de 2001:

“Historicamente as dunas não valiam um centavo. Local de difícil acesso e construção, ficaram até o ano de 1975 sem titulação particular, configurando o local como de terras públicas. (...) Os especuladores descobriram a falta de títulos particulares e se valendo do pouco interesse do verdadeiro dono, que é o Governo, ‘fabricam’ escrituras de usucapião e outras, se valendo da displicência dos cartórios, polícia, judiciário, políticos e comunidade (...). De posse dos documentos os ‘donos’ vendem para outros e assim os registros vão passando de mão em mão e desta forma se perde a ‘origem pública’, como se um objeto roubado depois de vendê-lo várias vezes ficasse legalizado, ou então, aproveitam para querer ganhar fortunas através da ‘indústria da indenização’”. (Jornal Canoaracati, Ano III, nº XV, p. 3).

Estes agentes tem, então, garantido o direito de auferirem renda em razão da existência da instituição jurídica da propriedade privada e tem apenas o interesse no valor de troca da terra.. Em Canoa Quebrada, eles também assumem o papel de incorporadores imobiliários. Nesse caso, a terra é parcelada e comercializada em forma de lotes e o proprietário obtém tanto a renda como o lucro.

Em entrevista concedida para esta pesquisa, o principal loteador relata como se deu o processo de apropriação dessas terras:

“Em 1978, comprei parte das dunas através de um corretor com o pessoal da Beirada, Cumbe e Canavieira (povoados localizados próximos à Canoa Quebrada). Em 1982, comprei outra gleba, já regularizada. Ficava em casa de nativos, levava 2 bugres, uma caminhonete, duas equipes de topógrafo, uma advogada e sacos de dinheiro. Ficava em Canoa em torno de 20 dias. Comprava tudo, levava para o cartório para regularizar.” (Sr. Walkimar, um dos “donos” de Canoa Quebrada. Entrevista realizada em 28 de julho de 2003).

Não obstante não terem sido implantados os loteamentos destes proprietários projetados desde a década de 80, somente a intenção de implantá-los, na época, suscitou a viabilização de acesso ao núcleo através da construção da estrada, desencadeando o processo de massificação do turismo e apropriação desenfreada do espaço. O próprio loteador confirma sua iniciativa:

“Fui eu que fiz a estrada subindo o morro, descendo a praia e a que margeia a praia. (...) Com a estrada, começou a subir tijolo, cimento, gelo. O forró passou a ser a óleo diesel. (...) Eu trouxe energia, levava nativo para médico, custeava o Natal das famílias... (...) Comprava de 2 a 3 páginas de revistas famosas lançando Canoa Quebrada. Abri escritório em várias cidades para vender terrenos. Levava 4 a 5 ônibus com gente do Brasil inteiro para conhecer Canoa e comprar lotes. Eu tinha uma espécie de barraca “stand de vendas”, com caranguejo e bebida para todo mundo. Em 1982, foram vendidos 4.000 lotes. Ninguém construiu nos lotes comprados na época por que ou era para investimento futuro ou porque Canoa começou a ficar com má fama, de drogas, essas coisas...” (idem)

Atualmente, com a promoção da requalificação do núcleo através do Projeto Canoa, esses proprietários interessaram-se novamente pela execução dos loteamentos, nas dunas, apesar de todo questionamento quanto à regularidade de posse destas terras.

Sabe-se também que a aprovação desses projetos, além de já ter caducado conforme a lei, se deu de forma irregular, com o registro em cartório anterior à aprovação da Prefeitura e sem que o parcelamento obedecesse aos requisitos básicos urbanísticos quanto às larguras mínimas das vias e doação de áreas para equipamentos comunitários e áreas livres.

Pelo processo legal, tais loteamentos devem ser aprovados novamente já considerando todas as normas ambientais e urbanísticas, bastante restritivas, resultantes do Plano de Gestão Ambiental do Projeto Canoa aprovadas recentemente. Também deve ser considerada a recente Resolução do CONAMA nº 303/2002 que define as dunas móveis como áreas de preservação permanente, ou seja, áreas não edificantes, inviabilizando, quase que totalmente, qualquer construção na área em questão, composta predominantemente de dunas, móveis e fixas, e faixa praial.

“Soube do projeto da APA e estou procurando regularizar. Pretendo relançar o loteamento com 900 lotes. (...) Quanto ao que foi estabelecido no zoneamento ambiental, acho que houve um pouco de exagero na exigência máxima de taxa de ocupação. Deveria ter liberado mais a faixa de praia para fazer empreendimentos hoteleiros de grande porte.” (idem).

Considerando os fatos e relatos coletados, constatou-se que a percepção de Canoa Quebrada por parte destes agentes, dos proprietários fundiários, restringe-se ao espaço enquanto valor de troca, de mercadoria a ser consumida aos pedaços e palco de conflitos de classes, aspecto evidenciado por LEFEBVRE, visto no capítulo 2.

Dessa forma, as práticas espaciais realizadas são somente materiais e resumem-se ao domínio e controle deste espaço através de sua apropriação privada. Não há relações pessoais, ao não ser de domínio e manipulação com os nativos e compradores de lotes, e também não foi verificado nenhum vínculo afetivo ou de familiaridade com a paisagem de Canoa, que é percebida somente como atratividade turística, passível de enquadrar-se em um padrão urbano, sob leis de mercado mediante estratégias imobiliárias.

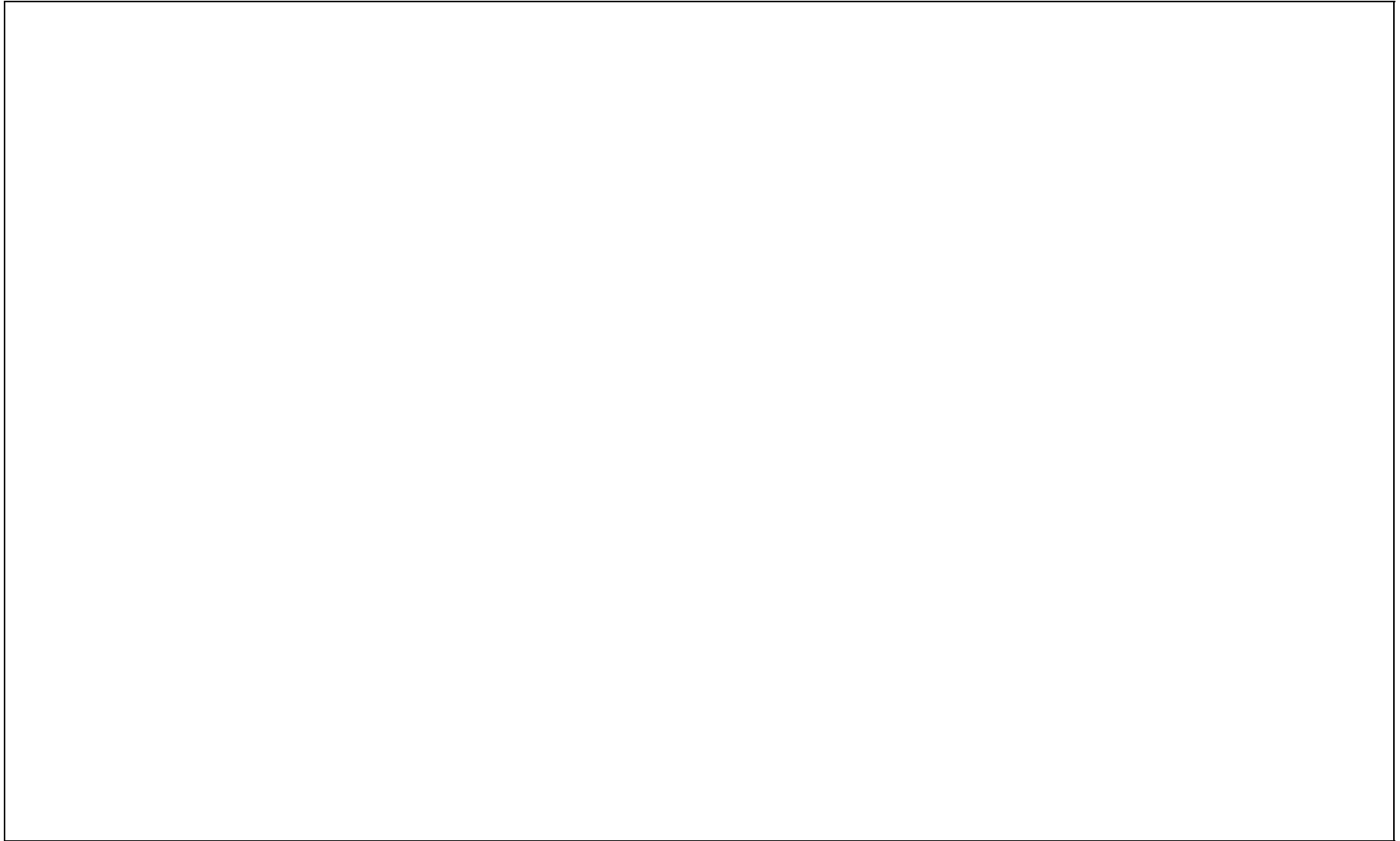


Figura 32 – Foto Aérea com delimitação de alguns loteamentos existentes desde 1982 em Canoa Quebrada.
Fonte: Projeto Canoa / PMA / GAU, março de 2002.

4.2.2.3 Estado

O Estado ocupa um papel fundamental no processo de produção do espaço, pois pode assumir a função de mediador dos conflitos entre os demais agentes, pode ser produtor direto do espaço, através de implantação de equipamentos e infra-estrutura, e produtor indireto do espaço, regulando o uso do solo urbano.

Segundo SAMSON *apud* CORRÊA (1995:25), são vários os instrumentos que o Poder Público dispõe no que se refere à produção do espaço:

- a) direito de desapropriação e precedência na compra de terras;
- b) regulamentação do uso do solo;
- c) controle e limitação dos preços de terras;
- d) limitação da superfície de terra que cada um pode se apropriar;
- e) impostos fundiários e imobiliários que podem variar segundo a dimensão do imóvel, uso da terra e localização;
- f) taxação de terrenos livres;
- g) mobilização de reservas fundiárias públicas, afetando o preço da terra e orientando espacialmente a ocupação do espaço;
- h) investimento público através de implantação de infra-estrutura;
- i) organização de mecanismos de crédito à habitação.

Todavia, é através da implantação de infra-estrutura e de serviços públicos e da elaboração de normas de usos e ocupação do solo que a atuação do Estado se faz de modo mais corrente, porém, nem sempre de forma socialmente neutra.

Através da regulamentação do uso do solo, o Estado tem papel fundamental na

valorização de espaços, principalmente os costeiros, tendo em vista que, por meio da legislação e do planejamento, ele cria limitações, impedindo ou induzindo os usos do solo, direcionando-os para padrões sustentáveis de uso ou estimulando a devastação.

Por outro lado, como produtor de espaços, responsável pela implantação de grandes obras, o Estado tem sido o maior agente impactante no espaço, notadamente nas zonas costeiras, com a capacidade de reverter tendências e gerar novas perspectivas ocupação.

A ação do Estado processa-se em três níveis político-administrativos e espaciais: federal, estadual e municipal.

Em âmbito federal, não obstante o desemparelhamento quase completo das instâncias de planejamento da União na época do governo Collor, a estrutura de planejamento que vem sendo remontada no Brasil parte para um modelo teórico descentralizado e participativo, dentro do princípio da cooperação entre a sociedade e o Estado e entre os níveis de governo.

Uma medida essencial para a promoção da política urbana no Brasil foi a aprovação da Lei Federal nº 10.257/2001, denominada Estatuto da Cidade, que regula os artigos 182 e 183 da Constituição e estabelece diretrizes urbanas federais e instrumentos jurídicos e urbanísticos a serem utilizados pelos municípios.

Pode-se destacar também, dentre outras ações federais, o Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro, aprovado em 1990, cujo instrumento principal de planejamento espacial, o macrozoneamento, tem encontrado ainda dificuldades de implementação, tendo em vista certa indefinição de critérios quanto à metodologia a ser adotada.

Para os estados, cabem estudos mais detalhados e, neste sentido, encontram-se programados no cronograma do Ceará, o Projeto de Gerenciamento Costeiro e o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado, ainda não iniciados.

Quanto ao município, como visto, foi dada ao poder público a atribuição

constitucional de promover a política urbana, aumentando sua responsabilidade. O artigo 30 da Constituição Federal dispõe sobre a competência dos municípios que devem: “(...) VIII – promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano; (...)”. O artigo 182 diz que a política de desenvolvimento urbano deve ser executada pelo Poder Público municipal, que deve “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”.

Desta forma, cabe aos municípios, através do plano diretor e de sua legislação urbanística municipal instituir instrumentos e padrões urbanísticos e ambientais, associado a um sistema eficaz de gestão e fiscalização do solo urbano.

Este controle municipal do uso e ocupação do solo deve ser feito de forma articulada com outras linhas de atuação responsáveis pela gestão da cidade como as de circulação e transportes, de preço da terra, de qualidade do meio ambiente, dentre outras.

Para o deputado federal Inácio Arruda (2001), “os Municípios precisam entender a magnitude da tarefa a eles delegada pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Cidade. (...) A Lei impõe inúmeras tarefas para o poder local de governo, tanto em nível legislativo, quanto executivo (...) traz o instrumental cirúrgico, que pode ser bem usado, ou não, de acordo com a habilidade do cirurgião, no caso as municipalidades”.

Segundo VILLA (1997), alguns problemas típicos podem ser enfrentados pelos municípios: escassez de recursos para aplicar em equipamentos e serviços coletivos e conflitos de interesses entre proprietários de terra, agentes de mercado imobiliário e usuários de terrenos e edificações.

Muito embora seja a falta de recursos um dos motivos para o Poder municipal não assegurar o controle do ordenamento urbanístico, a falta de interesse, ou a omissão intencional

que beneficia alguns segmentos da sociedade, é o que, geralmente, se faz mais presente. A ausência de uma compreensão urbanística e de uma consciência ambiental, por parte do Poder Público, são fatores decisivos para o descaso e o caos que se instala nas cidades.

Em Canoa Quebrada, a omissão é a marca principal da participação do Poder Público municipal na produção do espaço quanto ao disciplinamento do solo. Os dispositivos pertinentes à Lei Federal de Parcelamento do Solo, de 1979, e ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, aprovado em 2000, quase nunca foram observados e colocados em prática no que tange à aprovação e fiscalização de loteamentos e construções. A APA, desde a sua primeira tentativa de ser implantada, em 1998, até a elaboração do Plano de Gestão Ambiental, em 2002, nunca foi implementada.

Quanto à implantação de infra-estrutura, a construção da estrada de acesso do núcleo, no início da década de 80, cuja responsabilidade seria do município, foi obra da iniciativa privada. A implantação da rede de abastecimento de água foi produto de governos estaduais passados.

Os serviços urbanos referentes aos sistemas de esgotamento sanitário e drenagem urbana, pavimentação e iluminação pública das principais vias foram projetados para todo o núcleo, quando da elaboração do Projeto Canoa, no primeiro semestre de 2002. Todavia, para uma primeira etapa das obras, em função dos recursos disponíveis limitados, foram priorizadas as áreas de maior concentração de comércio e serviços voltados ao turismo, demonstrando o papel que o poder público tem em reforçar a valorização de espaços já privilegiados por outros aspectos.

Quanto aos impostos, cuja cobrança adequada corrobora para uma produção espacial mais justa, nunca foi cobrado, por exemplo, Imposto Predial sobre Território Urbano – IPTU de nenhum imóvel em Canoa Quebrada, apesar de seu território ser considerado urbano, por lei, desde 1993.

Somente neste ano, com o empenho do governo estadual em incrementar o turismo em Canoa Quebrada, através da implementação do Projeto Canoa que, como já foi mencionado, engloba Projeto de Requalificação do núcleo e Plano de Gestão Ambiental da APA, o poder público municipal, que foi responsável por uma parcela da contrapartida do projeto, começou a aparecer um pouco mais.

Entretanto, segundo a comunidade, a omissão imperante que se fez presente ao longo desses últimos 20 anos, é responsável, pelo caos que se instalou em Canoa Quebrada:

“Eu responsabilizo (os problemas de Canoa) à falta de uma legislação própria, de uma organização. Eu acho que a Prefeitura, o Governo do Estado tinham obrigação de saber do processo que estava sendo desencadeado. Isso aqui estava no abandono...” (Andreza, moradora há 16 anos).

“Eu tentei recorrer aos órgãos municipais, não consegui. Me disseram: ‘ Canoa Quebrada é terra de sem dono, ninguém pode fazer nada’.” (Neíta Braul, moradora há 12 anos).

“ Estamos tentando falar com a Prefeitura desde junho (de 2002) sobre os problemas de Canoa. A questão política aqui é um negócio sério.(...) Você roda, roda, roda e acaba caindo num problema: a omissão do poder público”. (Fábio Rocha, morador há 5 anos).

Até mesmo o principal proprietário fundiário remete ao Poder Público a responsabilidade pelo crescimento desordenado de Canoa:

“ Faltou ‘pulso’ dos governantes da época. A Prefeitura era totalmente omissa.” (Walkimar dos Santos, proprietário de terras de Canoa).

Verificou-se, através de alguns relatos, que grande parte da omissão da Prefeitura em relação à Canoa Quebrada, deve-se ao fato de ainda existir preconceito com a comunidade, em função de sua má fama de outras épocas, e também da dificuldade de diálogo com alguns membros, notadamente com os estrangeiros, considerados mal-educados.

A preocupação ainda que tardia do poder municipal quanto à produção do espaço de Canoa, através do possível cumprimento das normas urbanísticas e ambientais aprovadas em âmbito municipal, entretanto, não deve eliminar totalmente os conflitos de interesse existentes, nem os problemas ambientais e urbanos já consolidados e irreversíveis.

Pode, no máximo, evitar alguns comportamentos equivocados dos agentes da iniciativa privada e contribuir para uma distribuição mais justa dos benefícios da urbanização, visto que, em Canoa Quebrada, por enquanto, tal papel não tem se fundamentado em princípios de equilíbrio social e espacial.

Do exposto, pode-se aferir que uma das características do espaço reportadas por LEFEBVRE (ver capítulo 2) de controle administrativo e de instrumento político de controle social que o Poder Público tem em seu poder, é quase inexistente em Canoa Quebrada. Não se pode dizer que tal fato não traga conseqüências negativas, tendo em vista que a omissão também é uma forma obscura de controlar os lugares, beneficiando determinados segmentos da sociedade em detrimento de outros.

Sobre outras caracterizações de espaço destacadas por LEFEBVRE, evidencia-se, quanto ao Poder Público, a predominância de práticas espaciais materiais (produção de infraestrutura física, transporte, comunicações, etc) em relação à Canoa Quebrada, assim como ocorre com os grandes proprietários fundiários.

Entretanto, a distância/repulsão que a Prefeitura mantém em relação à comunidade e ao espaço de Canoa, encontra-se no campo dos espaços de representação (signos, códigos, etc), tendo em vista que a imagem negativa, um certo preconceito que existe com a comunidade reflete em uma prática espacial, ou seja, na omissão do controle e disciplinamento urbano e ambiental de Canoa Quebrada.

A pesquisa, nesse caso, ratifica a análise do espaço segundo a grade de HARVEY, vista no capítulo 2, onde se afirmou que analisando-se o imaginado e o percebido, pode-se compreender o vivido, ou seja, as práticas espaciais materiais citadas por LEFEBVRE.

Considerações Finais

A premissa inicial que fundamentou a realização deste trabalho de pesquisa foi a de que os processos de produção e apropriação do espaço resultam das relações que o homem tem com a natureza e das relações que possuem entre si, não só em sua forma real, material, mas também através de formas simbólicas – o pensamento sobre estas apropriações e transformações. Essa compreensão exige, inicialmente, que se entenda como esse espaço é produzido, enquanto objeto material e enquanto processo que envolve relações sociais.

No caso de Canoa Quebrada, no processo de valorização do espaço, seus objetos naturais, no dizer de Milton SANTOS (1997), foram transformando-se em objetos sociais. Como visto, seus espaços foram capturados pela lógica da troca, pela perspectiva capitalista da comercialização da terra e da especulação imobiliária. Assim como nas cidades, o novo espaço criado fragmentou-se e hierarquizou-se.

Entretanto, como foi verificado, apesar dos aspectos negativos que assolam Canoa Quebrada, o núcleo ainda atrai e encanta turistas de todo o país e do mundo. Acredita-se que, além da paisagem, enquanto mercadoria, a vida noturna e a massificada divulgação que sustenta o ideário de magia e liberdade são responsáveis pela fama de Canoa Quebrada e sua crescente atração e ocupação desordenada.

A ferramenta de análise utilizada, a percepção ambiental dos agentes produtores do espaço de Canoa Quebrada, fundamentada em princípios de Yi-Fu TUAN (1983), permitiu apreender que as experiências, as sensações, as idéias, os objetivos de cada grupo categorizado de agentes definem a sua interação com Canoa Quebrada e geram atitudes e ações conscientes ou inconscientes que trazem conseqüências que se ignorava por completo e que afetarão a qualidade de vida de várias gerações.

Como visto, segundo o psicólogo HOCHBERG (1996),“os aspectos do mundo

percebido constituem condições para o comportamento as quais consistem frequentemente em metas ou incentivos de ação”.

Dessa forma, foi possível identificar no presente estudo, diante de uma mesma realidade, duas maneiras básicas distintas de diálogo com Canoa Quebrada. Essa dualidade do contato com este espaço permitiu focar Canoa Quebrada como uma paisagem vivida, percebida e valorizada e como uma paisagem não vivida.

Os valores, os hábitos e as expectativas verificados através de conversas e observações de campo, confirmam essas constatações: Canoa Quebrada é ao mesmo tempo espaço turístico, abstrato, fragmentado, como ressalta LEFEBVRE, mas também é espaço vivido e percebido, é, ainda, fundamentalmente, lugar, tendo em vista que é conhecido e dotado de significado e valor por determinados agentes.

Quanto a essa última categoria, o lugar, pode-se aferir que Canoa Quebrada ainda pode ser analisada pela tríade habitante-identidade-lugar (CARLOS, 1996).

Como visto, a produção espacial dos nativos de Canoa foi, inicialmente, mediante a construção da habitação com valor de uso, de abrigo. Posteriormente, com base em novos ritmos, projetos, desejos e necessidades, a terra passou a ter valor de troca e outras práticas espaciais e sociais começaram a surgir. Apesar da invasão do turismo, e das tantas implicações urbanas e ambientais negativas ligadas a essa atividade, verificou-se que a percepção do nativo é limitada e seletiva, impossibilitada de criar novas alternativas e novas práticas espaciais. A forte valorização do emprego e da renda, como visto, impede uma visão mais crítica. O apego à paisagem, que não é considerada deteriorada, pois é, para eles, identitária do lugar, reflete a busca da identidade, a tentativa de se manter a familiaridade com o meio existente no passado. Além da relação com a paisagem, outros aspectos foram identificados como inerentes à dimensão do sentido de lugar, nas ruas residenciais na área do núcleo original, observando-se seus hábitos, seus comportamentos, suas experiências, seu

cotidiano, que expressam indiretamente um “Eu sou daqui” carregado de significados e sentidos que são tecidos por uma história e uma cultura únicas, que produzem sua identidade (Exemplos: varais de roupas estendidos nas ruas, animais amarrados em árvores no meio da rua, crianças brincando, mulheres e meninas fazendo labirinto nas varandas, homens conversando nas calçadas, etc).

Conforme Kevin Lynch (1960), o ambiente identificado, a paisagem conhecida por todos, fornece materiais para lembranças comuns e símbolos comuns que unem o grupo e permitem comunicação dentro dele. Essa organização simbólica da paisagem ajuda a reduzir o medo do externo, de outras novas relações que se estabelecem. A familiaridade com a paisagem de Canoa Quebrada dá, então, segurança e bem-estar. Daí a resistência em admitir que estão ocorrendo mudanças, que a paisagem está se modificando.

Outra constatação foi à percepção dos nativos diante dos problemas ambientais mais globais da APA de Canoa Quebrada considerados, no imaginário, problemas distantes, que não fazem parte de seu cotidiano, e portanto, inexistentes.

O sentimento de pertença, como visto, também é compartilhado entre os moradores não nativos brasileiros e alguns turistas que freqüentam constantemente Canoa Quebrada por longas temporadas e que desenvolveram uma afetividade e um envolvimento com o lugar, à medida que este adquiriu personalidade, tornou-se vivido. Segundo RODRIGUES (2001), “a percepção e o intelecto, por meio da experiência vivida e compartilhada, constroem o lugar na subjetividade e na intersubjetividade”.

Assim, Canoa apesar de ser lugar de passagem, de consumo, também ainda viabiliza oportunidades de encontros, de solidariedade, de laços de amizade. No caso, por exemplo, dos moradores não nativos brasileiros, que passaram a ter uma relação afetiva com Canoa Quebrada, dotando-a de valor, transformando o espaço em lugar de vivências, experiências, sua ação social se expressa mediante práticas espaciais resultantes da percepção do espaço

com uma consciência a mais que os nativos, um conhecimento diferenciado e uma ausência de passado no lugar que permitem um comportamento mais atuante, menos “contaminado”, e uma visão do futuro mais otimista.

Dessa forma, a luta para que Canoa se requalifique, melhore suas condições ambientais, receba ordenamento e disciplinamento urbanístico, vêm desse agentes que trazem consigo pensamentos anteriores de saber como é uma cidade caótica, saturada, poluída, que prejudica a qualidade de vida das pessoas. Foi fugindo dessa realidade já vivida, que esses novos moradores se instalaram em Canoa, para experimentar o espaço imaginado.

Quanto à maior parte dos turistas, na verdade visitantes, não se apropriam, não estabelecem nenhuma relação com o lugar, além daquela voltada ao consumo seja de serviços, seja da paisagem. Só fica, em seu imaginário, o reconhecimento do lugar e não o seu real conhecimento. Assim como os moradores estrangeiros, os “gringos”, proprietários de hotéis, pousadas, bares e restaurantes, suas práticas resultam em degradação da paisagem e exploração de nativos. Como não há vínculo, não há compromisso com o lugar. Canoa Quebrada só representa espaço abstrato, portador de signos que povoam o imaginário dos turistas tão bem explorados pelas operadoras e pelos próprios moradores estrangeiros.

No caso dos proprietários fundiários e do Poder Público, aferiu-se que, dentro de suas especificidades, sua percepção em relação à Canoa Quebrada limita-se ao seu potencial turístico. Dessa forma, suas práticas espaciais restringem-se à implantação de infra-estrutura que fomente e a consolide como importante receptor turístico e de compradores de lotes, parcelas da terra enquanto mercadoria.

Quanto a esse aspecto, cabe salientar que a importância de Canoa Quebrada e sua função de “âncora”, no cenário turístico do Município e do Estado tende a se reforçar em função de sua consolidação como núcleo requalificado urbanisticamente após a implantação completa do Projeto Canoa. Dessa forma, sua imagem, atualmente denegrida, poderá ser

revertida, atraindo novos investidores e empreendimentos para a área.

Face a essa nova realidade que poderá se impor, novas percepções, novos pensamentos, novos comportamentos deverão ser investigados. Um resgate à identidade do lugar junto à nova geração de canoenses torna-se fundamental e urgente tendo em vista a descaracterização crescente do núcleo e a perda de antigos valores e costumes da comunidade. Dessa forma, caso não seja reforçada a auto-estima desses jovens moradores, o sentido de lugar ainda constatado em Canoa poderá perder-se no tempo, e um novo espaço deverá sobrepor-se, artificial, vazio, e sem passado.

Referências Bibliográficas

AMORIM FILHO, Osvaldo Bueno. Topofilia, Topofobia e Topocídio em Minas Gerais. In: DEL RIO, Vicente & OLIVEIRA, Livia de (org.). **Percepção Ambiental – A Experiência Brasileira**. São Paulo. Studio Nobel, 1999.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como Preparar Trabalhos para Cursos de Pós-Graduação – Noções Práticas**. São Paulo. Ed. Atlas, 1999.

BARRETO, Margarita. Espaço Público: Usos e Abusos. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (org). **Turismo – Espaço, Paisagem e Cultura**. São Paulo. Editora Hucitec, 1996. p. 38–54.

BEZERRA, E.C. Precipitações. In: **Atlas do Ceará**, SEPLAN, 1989.

BLEY, Lineu. Morretes: Um estudo de Paisagem Valorizada. In: DEL RIO, Vicente & OLIVEIRA, Livia de (org.). **Percepção Ambiental – A Experiência Brasileira**. São Paulo. Studio Nobel, 1999.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. **Macrodiagnóstico da Zona Costeira do Brasil – Na escala da União**. Brasília, 1996.

CARLOS, Ana Fani A. **A Cidade**. São Paulo. Editora Contexto, 1997.

_____. **O Lugar no / do Mundo**. São Paulo. Editora Hucitec, 1996.

_____. O Turismo e a Produção do Não-Lugar. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (org). **Turismo – Espaço, Paisagem e Cultura**. São Paulo. Editora Hucitec, 1996 b. p. 25–37.

CASTRO, Iná Elias de. In: YÁZIGI, Eduardo (org.) **Turismo e Paisagem**. São Paulo. Editora Contexto, 2002. p.121-40.

CIRINO, Carlos Alberto Marinho. **Pescadores em terra – O caso de Canoa Quebrada. O**

imaginário no processo de transformação de uma colônia de pescadores do litoral cearense. Fortaleza, 1990, 96p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano.** São Paulo. Ed. Ática, 1995.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Políticas de Turismo e Construção do Espaço Turístico – Litorâneo no Nordeste do Brasil. In: LEMOS, Amalia Ines G. de (org.). **Turismo – Impactos Sócio-Ambientais.** São Paulo. Ed. Hucitec, 1999. p. 263-272.

_____. As paisagens artificiais criadas pelo turismo. In: YÁZIGI, Eduardo (org.) **Turismo e Paisagem.** São Paulo. Editora Contexto, 2002. p.107-19.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais.** Porto Alegre. ArtMed, 2000.

DAMATA, Roberto. Turismo a Contragosto. In: _____. **Torre de Babel – Ensaio, Crônicas, Críticas, Interpretações e Fantasias.** Rio de Janeiro, Ed. Rocco, 1996.

DAMIANI, Amélia Luisa. As Contradições do Espaço: Da Lógica (Formal) à (Lógica) Dialética, a Propósito do Espaço. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (org). **O Espaço no Fim do Século – a nova raridade.** São Paulo. Ed. Contexto, 2001, p.48-61.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Mar à Vista: Estudo da maritimidade em Fortaleza.** Coleção Outras Histórias, 12. Fortaleza. Museu do Ceará / Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002.

DEL RIO, Vicente & OLIVEIRA, Livia de. **Percepção Ambiental – A Experiência Brasileira.** São Paulo. Studio Nobel, 1999.

_____. Paisagens, Realidade e Imaginário: A Percepção do Cotidiano. In: **Paisagem e**

Ambiente: ensaios / Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. N. 7 (1995). São Paulo, FAU, 1986.

DIAS, Edson dos Santos. **Reflexões sobre o Processo de Reprodução Territorial da Cidade** (artigo). s.n.t.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. As Cidades Ilegíveis – Percepção Ambiental e Cidadania. In: DEL RIO, Vicente & OLIVEIRA, Livia de (org.). **Percepção Ambiental – A Experiência Brasileira**. São Paulo. Studio Nobel, 1999.

_____. Os Lugares Improváveis. In: YÁZIGI, Eduardo. **Turismo e Paisagem**. São Paulo. Editora Contexto, 2002. p.65-82.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. As Charqueadas. In: Souza, Simone de (Coord.). **História do Ceará**. Fortaleza. Universidade Federal do Ceará / Fundação Demócrito Rocha / Stylus Comunicações, 1989. p.63-78.

GOTTDIENER, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo. Edusp, 1997.

Grilagem institucional no litoral cearense: o adjetivo “ecológico” ao turismo em Tatajuba oculta expulsão das populações locais. Marulho – Boletim do Instituto Terramar, 2001.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo. Ed. Hucitec, 1980.

_____. **Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. São Paulo. Edições Loyola, 1993.

HOCHBERG, Julian E. **Percepção**. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1966.

HORA, Mara Lucia Falconi da. **A (Re)produção do Espaço Urbano e a Lógica dos Agentes Produtores** (artigo). s.n.t.

IBAMA, **Zonas Costeiras**. Disponível no site: www.ibama.gov.br, 2002.

- IPARATO, Ellade. O Usucapião Constitucional Urbano. In: SAULE JÚNIOR, Nelson (org.). **Direito à Cidade – Trilhas legais para o direito às cidades sustentáveis**. São Paulo. Instituto Pólis. Ed. Max Limonad, 1999.
- LAGE, Beatriz Helena Gelas & MILONE, Paulo Cesar. Impactos Sócio-Econômicos Globais do Turismo. In: _____. **Turismo – Teoria e Prática**. São Paulo. Ed. Atlas, 2000.
- LEFEBVRE, Henry. *La Produccion de L'Espace*. Paris. Anthropos, 1974.
- LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. São Paulo. Ed. Martins Fontes, 1960.
- MACEDO, Sílvio Soares. Paisagem, Turismo e Litoral. In: YÁZIGI, Eduardo (org.) **Turismo e Paisagem**. São Paulo. Editora Contexto, 2002.p.181-213.
- MACHADO, Lucy Marion C.P. Paisagem Valorizada. In: DEL RIO, Vicente & OLIVEIRA, Livia de (org.). **Percepção Ambiental – A Experiência Brasileira**. São Paulo. Studio Nobel, 1999.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (org.) **Turismo e Paisagem**. São Paulo. Editora Contexto, 2002. p.29-64.
- MEYER, Regina Maria Proserpi. Segregação Espacial. In: BLAY, Eva Alterman (org.). **A Luta pelo Espaço**. Petrópolis. Ed Vozes, 1979.
- MICHAND, Jean Luc. **La Ordenacion de Las Zonas Litorales**. Coleccion “Nuevo Urbanismo”. Instituto de Estudios de Administracion Local. Madrid, 1981.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. **Contribuições para a Gestão da Zona Costeira do Brasil – Elementos para uma Geografia do Litoral Brasileiro**. São Paulo. Editora Hucitec, 1999.
- MORAES, Antônio Carlos Robert & COSTA, Wanderley Messias. **Geografia Crítica - A Valorização do Espaço**. São Paulo. Editora Hucitec, 1999.

OBSERVATÓRIO entrega 20 denúncias. O “Caso Canoa” vai ao Tribunal de Justiça.

Jornal da Canoaracati, nº XV, ANO III, abril de 2001, página 3.

PAIVA, Maria das Graças de Menezes Venâncio. Inquietações sobre o turismo e o urbano na região Nordeste. In: **Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico**. LIMA, Luiz Cruz (organizador). Fortaleza. UECE, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATI. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracati - PDDU**. Aracati, 2000.

_____. **Plano de Ação Turística de Aracati – PAT**. Aracati, 2000b.

_____. **Projeto Canoa – Projeto de Requalificação Urbana e Plano de Gestão Ambiental da APA de Canoa Quebrada**. Aracati, 2002.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Natureza e Método de Análise do Espaço do Turismo. In: _____. **Turismo e Espaço – Rumo a um Conhecimento Transdisciplinar**. São Paulo. Ed Hucitec, 2001.

_____. Geografia e Turismo – Reflexões Preliminares. In: _____. **Turismo e Espaço – Rumo a um Conhecimento Transdisciplinar**. São Paulo. Ed Hucitec, 2001.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Produção e Consumo do e no Espaço – Problemática Ambiental Urbana**. São Paulo. Editora Hucitec, 1998.

_____. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (org). **Turismo – Espaço, Paisagem e Cultura**. São Paulo. Editora Hucitec, 1996. p. 55–62.

SALES, V.C.C. Sistemas Naturais e Degradação Sócio-Ambiental no Estado do Ceará. In: **Diagnóstico Sócio-Ambiental do Estado do Ceará – O Olhar da Sociedade Civil**. Fórum da Sociedade Civil Cearense Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento/BNB, Fortaleza,

1993.

SANTANA, Paola Verri de. A Mercadoria Verde: A Natureza. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (org). **O Espaço no Fim do Século – a nova raridade**. São Paulo. Ed. Contexto, 2001, p.177-189.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **O Uso do Solo e o Município**. Rio de Janeiro. 3ª ed. IBAM, 1990, 48 p.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo. Ed. Nobel, 1987.

_____. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo. Ed. Hucitec, 1981.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo. Ed. Hucitec, 1997.

_____. **A Natureza do Espaço**. São Paulo. Ed. Hucitec, 1997 b.

SAULE JÚNIOR, Nelson. O Direito à Moradia como Responsabilidade do Estado Brasileiro. In: _____. **Direito à Cidade – Trilhas legais para o direito às cidades sustentáveis**. São Paulo. Instituto Pólis. Ed. Max Limonad, 1999.

SCARIM, Paulo Cesar. A “Rara” Propriedade. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (org). **O Espaço no Fim do Século– a nova raridade**. São Paulo. Ed. Contexto, 2001, p. 172-6.

SERPA, Ângelo. A paisagem periférica. In: YÁZIGI, Eduardo (org.) **Turismo e Paisagem**. São Paulo. Editora Contexto, 2002. p.161-79.

SILVA, José Borzacchiello da. Discutindo a Cidade e o Urbano. In: SILVA, José Borzacchiello da; COSTA, Maria Clélia Lustosa; DANTAS, Eustógio Wanderley C. (org.). **A Cidade e o Urbano**. Fortaleza. Edições UFC, 1997.

_____. Espaço e Contradições. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (org). **O Espaço no Fim do Século – a nova**

raridade. São Paulo. Ed. Contexto, 2001, p. 42-7.

SILVA , José Borzacchiello da & CAVALCANTE, Tércia Correia. **Atlas Escolar, Ceará: espaço geo-histórico e cultural.** João Pessoa. Editora Grafset, 2002, 176p.

SIMS, Andrew. **Sintomas da Mente. Introdução à Psicopatologia Descritiva.** Porto Alegre. ArtMed Editora, 2001.

SOUZA, Maria Bruhilda Telles de. **Mitos e Símbolos na Migração Praiana – O Caso de Almofala.** Fortaleza, 1983, 169 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará.

SOUZA, M.J.N. Geomorfologia. In: **Atlas do Ceará**, SEPLAN, 1989.

SOUZA, Simone de (Coord). **História do Ceará.** Fortaleza. Universidade Federal do Ceará / Fundação Demócrito Rocha / Stylus Comunicações, 1989.

TELFORD, Charles W. & SAWREY, James M. **Psicologia. Uma Introdução aos Princípios Fundamentais do Comportamento.** Editora Cultrix. São Paulo, 1968.

TERRA Nossa Parte 4: o Conflito Continua. Jornal da Canoaracati, nº XVII, ANO III, agosto de 2001, página 6.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia. Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente.** São Paulo. Difel, 1980.

_____. **Espaço e Lugar. A Perspectiva da Experiência.** São Paulo. Difel, 1983.

_____. Geografia Humanística. In: CHISTOFOLLETTI, A. (org). **Perspectivas da Geografia.** São Paulo. Difel, 1982.

VASCONCELOS, Fábio Perdigão & SILVA, Caio Sílvio Braz Peixoto da. Análise de Impacto Ambiental em Zona Litorânea: Ocupação Desordenada do Solo e Erosão Costeira na Praia do Pecém (Ceará, Brasil). In: LEMOS, Amalia Ines G. de (org.). **Turismo – Impactos**

Sócio-Ambientais. São Paulo. Ed. Hucitec, 1999. p. 104-113.

VILLA, Bona de. **O Controle do Uso e da Ocupação do Solo Urbano pelo Município.** São Paulo. Fundação Prefeito Faria Lima. CEPAM, 1997.

YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (org). **Turismo – Espaço, Paisagem e Cultura.** São Paulo. Editora Hucitec, 1996.

_____. A Importância da Paisagem. In: _____. **Turismo e Paisagem.** São Paulo. Editora Contexto, 2002. p.11-27.